



Universidade de Brasília - UnB
Instituto de Ciências Humanas - IH
Departamento de Serviço Social – SER

RENATA MARIA DA CONCEIÇÃO

**A QUESTÃO RACIAL COMO EXPRESSÃO DA QUESTÃO SOCIAL:
UM DEBATE NECESSÁRIO PARA O SERVIÇO SOCIAL**

BRASÍLIA - DF
2013

RENATA MARIA DA CONCEIÇÃO

**A QUESTÃO RACIAL COMO EXPRESSÃO DA QUESTÃO SOCIAL:
UM DEBATE NECESSÁRIO PARA O SERVIÇO SOCIAL**

**Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Departamento de
Serviço Social da Universidade de
Brasília - UnB como requisito parcial à
obtenção do título de Bacharel em
Serviço Social, sob a orientação do
Prof. Dr. Reginaldo Guiraldelli.**

BRASÍLIA - DF

2013

Renata Maria da Conceição

**A QUESTÃO RACIAL COMO EXPRESSÃO DA QUESTÃO SOCIAL:
UM DEBATE NECESSÁRIO PARA O SERVIÇO SOCIAL**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Reginaldo Guiraldelli
Professor – Orientador - SER/UnB

Prof.^a Ms. Lucélia Luiz Pereira
Convidada - Examinadora Interna – SER/UnB

Assistente Social Cristina de Fátima Guimarães
SEPPIR – Membro externo

Brasília- DF, 19 de dezembro de 2013.

Agradecimentos

Agradeço a Deus. Agradeço à minha família, que sempre me deu seu apoio em meus estudos, em especial à minha mãe Liliane e minha tia Marlene, meus primos Andressa e Jeferson e ao meu esposo Lucas de Freitas, pelas horas de paciência e auxílio.

Agradeço ao meu professor orientador Reginaldo Guiraldelli pelo apoio e dedicação prestados e a todos os professores do curso, que foram tão importantes na minha vida acadêmica. Agradeço também a minha supervisora de estágio Cristina de Fátima Guimarães pelas horas de aprendizado e companheirismo. Agradeço a todo corpo docente do Departamento de Serviço Social da UnB, bem como a todos os colegas da SEPPIR-PR.

A Carne

A carne mais barata do mercado é a carne negra.

*Que vai de graça pro presídio
E para debaixo de plástico
Que vai de graça pro subemprego
E pros hospitais psiquiátricos*

A carne mais barata do mercado é a carne negra

*Que fez e faz história
Segurando esse país no braço
O cabra aqui não se sente revoltado
Porque o revólver já está engatilhado
E o vingador é lento
Mas muito bem intencionado
E esse país
Vai deixando todo mundo preto
E o cabelo esticado*

*Mas mesmo assim
Ainda guardo o direito
De algum antepassado da cor
Brigar sutilmente por respeito
Brigar bravamente por respeito
Brigar por justiça e por respeito
De algum antepassado da cor
Brigar, brigar, brigar*

A carne mais barata do mercado é a carne negra

Elza Soares

Resumo

O presente trabalho de pesquisa tem como objetivo contribuir com o debate acerca da temática da questão étnico-racial no processo de formação em Serviço Social. Essa temática se apresenta relevante para um exercício profissional comprometido com a questão social e com a garantia dos direitos humanos. A pesquisa buscou analisar se a questão étnico-racial está inserida no processo de formação profissional em Serviço Social, com ênfase para identificar a percepção de estudantes do curso de Serviço Social da Universidade de Brasília – UnB sobre a temática étnico-racial como expressão da questão social. A pesquisa realizada justifica-se pelo fato da questão racial ser uma demanda presente no cotidiano do fazer profissional do assistente social. A respectiva pesquisa se baseia na abordagem metodológica materialista histórica e dialética, por meio da qual é possível o reconhecimento da totalidade e contradição dos aspectos sociais, econômicos, políticos e culturais que perpassam a vida em sociedade. Por se tratar de um estudo descritivo-exploratório de abordagem qualitativa, considerado como o mais adequado para cumprir os objetivos propostos pela pesquisa, optou-se por utilizar a estratégia metodológica de coleta de dados por meio da aplicação de um questionário on-line na primeira fase da pesquisa e a realização de entrevista presencial. A pesquisa permitiu concluir pela necessidade de articulação das categorias de raça/etnia, classe e gênero para a compreensão das relações sociais e dos seus determinantes como fator fundamental para a intervenção profissional, haja vista as demandas sociais de origens diversas que se colocam como desafio no cotidiano do trabalho do assistente social.

Palavras-chave: Serviço Social; Questão Étnico-Racial; Questão Social; Formação Profissional.

Abstract

This research aims to contribute to the debate about the issue of ethnic and racial issues in the training process in Social Work. This theme presents relevant for a committed social question and the guarantee of human rights professional practice. The research sought to examine whether the ethnic and racial issue is included in the training process in Social Work with an emphasis on identifying the perception of students of Social Work at the University of Brasilia - UNB on ethnic-racial issue as an expression of the question social. The research is justified by the fact that this is a racial issue in the daily professional social worker to demand. Their research is based on the historical and dialectical materialist methodological approach, whereby it is possible to recognize the totality and contradiction of the social, economic, political and cultural aspects that underlie life in society. Because this was a descriptive, exploratory qualitative study , considered the most appropriate to meet the objectives proposed by the study, we chose to use the methodological approach for collecting data through the application of an online questionnaire in the first phase of the research and conducting personal interview. The research concluded by the need to articulate the categories of race/ethnicity, class and gender in understanding social relations and its determinants as key to professional intervention factor , given the social demands of diverse backgrounds facing a challenge in daily work of the social worker.

Keywords: Social Work, Ethnic and Racial Issues, Social Issues, Vocational Training.

Lista de abreviaturas e siglas

ABEPSS - Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social

CFESS - Conselho Federal de Serviço Social

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

MNU - Movimento Negro Unificado

ONU - Organização das Nações Unidas

SAE - Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República

SEPPIR - Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

UnB - Universidade de Brasília

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO 1. FUNDAMENTOS SÓCIO-HISTÓRICOS DA QUESTÃO SOCIAL	14
1.1. O Debate da Questão Social na Contemporaneidade: uma análise a partir de seus intérpretes.....	19
1.2. Particularidades da Questão Social na Formação Social Brasileira.....	28
CAPÍTULO 2. QUESTÃO SOCIAL <i>versus</i> QUESTÃO RACIAL: uma aproximação necessária?.....	49
2.1. Raça, Etnia, Racismo, Preconceito e Discriminação: uma discussão conceitual.....	55
2.2. A Questão Racial no Brasil: esboço crítico-interpretativo do racismo.....	65
2.3. A Questão Racial na Agenda das Políticas Públicas brasileiras.....	76
CAPÍTULO 3. FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL: A NECESSIDADE DO DEBATE DA QUESTÃO RACIAL PARA AFIRMAÇÃO DO PROJETO ÉTICO POLÍTICO	87
3.1. Percurso Metodológico	97
3.2. Análise de Dados	99
CONSIDERAÇÕES FINAIS	125
REFERÊNCIAS.....	128
APÊNDICE.....	135

INTRODUÇÃO

Na atualidade, o debate da questão étnico-racial tomou uma dimensão para além do mero debate acadêmico e passou a compor e incorporar discussões envolvendo a sociedade como um todo no que tange inclusive às políticas públicas de combate ao racismo e outras formas de discriminação. Nesse cenário, com a criação em 2003 da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República - SEPPIR a temática da questão étnico-racial passa a compor a agenda de governo e isso demonstra o reconhecimento das lutas históricas do Movimento Negro brasileiro.

Diante disso, esta pesquisa é fruto de minha inserção em um campo de estágio no qual tive contato com a implementação de políticas públicas com recorte racial, bem como com o debate no âmbito da profissão de Serviço Social com a temática étnico-racial. A partir das experiências vivenciadas, foi possível iniciar um processo de reflexão crítica sobre o tema.

No esteio das discussões sobre a questão racial, com o advento do julgamento do Supremo Tribunal Federal - STF, acerca da constitucionalidade da política de cotas raciais no Brasil, espera-se que a pesquisa aqui empreendida subsidie futuras discussões no âmbito da formação em Serviço Social. É importante ressaltar a relevância dessa temática para um exercício profissional comprometido com a questão social, a questão racial e com a garantia dos direitos humanos.

Essa pesquisa parte de premissas de que a sociedade brasileira está marcada por índices alarmantes de desigualdades sociais, e é nesse sentido que o profissional de Serviço Social tem a competência de intervir sobre uma realidade de múltiplas violações de direitos. Os princípios do código de ética profissional orientam para uma intervenção cujo posicionamento ético e político ante essas violações seja em favor da equidade e justiça social, buscando desenvolver uma atuação que extrapole a mera competência técnico-operacional. Rocha (2011), afirma que [...] “nesse sentido, a apropriação da categoria raça/etnia pelos profissionais de Serviço Social faz-se necessária para uma melhor apreensão crítica das relações raciais e suas múltiplas determinações” (p. 01).

Por isso, o profissional de Serviço Social se depara com uma realidade complexa e multifacetada, na qual no conjunto das relações sociais a discriminação racial se apresenta atravessada por determinantes de classe, gênero e de geração. Assim, a partir de uma perspectiva crítica cabe ao profissional refletir sobre as ferramentas teórico-metodológicas disponíveis para uma intervenção comprometida com o enfrentamento destas formas de opressão e discriminação (ROCHA, 2011).

No mais, a pesquisa empreendida trata da questão étnico-racial e sua relação com a formação em Serviço Social, em especial na Universidade de Brasília - UnB e visa responder a seguinte indagação: Há mudança na percepção dos discentes de Serviço Social da Universidade de Brasília – UnB em relação à questão étnico racial, a partir do seu ingresso no curso?

Diante dessa inquietação, identifica-se que existe a necessidade de se ampliarem os estudos e debates sobre a questão étnico-racial no âmbito da formação e exercício profissional em Serviço Social.

Assim, esse projeto pretende analisar se a questão étnico-racial está inserida no processo de formação profissional em Serviço Social, pois segundo Rocha (2009),

A articulação das categorias de raça/etnia, classe e gênero para a compreensão das relações sociais e dos seus determinantes constitui fator fundamental para a intervenção profissional, haja vista as demandas sociais de origens diversas que se colocam como desafio no cotidiano do trabalho do assistente social (p. 541).

Com o foco na formação profissional do/a assistente social, a pesquisa analisa à luz dos dados de pesquisa, legislações existentes, as orientações político-pedagógicas do projeto de formação profissional e os princípios do projeto ético-político com ênfase para identificar a percepção de estudantes do curso de graduação em Serviço Social da UnB sobre a temática étnico-racial como expressão da questão social.

A pesquisa se baseou na abordagem metodológica materialista histórico-dialética, adotando como técnica de coleta de dados a aplicação de questionário on-line aos discentes e posteriormente a realização de entrevistas semi-estruturadas.

Foram selecionados como sujeitos da pesquisa para compor o universo empírico deste estudo os alunos do curso de Serviço Social da UnB, dos turnos noturno e diurno, matriculados nas disciplinas de Estágio em Serviço Social – I e II,

dos quais foram selecionados 4 alunos cotistas para a realização das entrevistas. Este recorte se justifica na medida em que se pressupunha que estes alunos já haviam cursado disciplinas essenciais para a formação crítica na profissão, bem como já estavam em seu campo de estágio tendo contato com a questão social e com a realidade do fazer profissional, na qual poderia emergir a questão racial, temática em debate nessa pesquisa.

Os temas abordados na entrevista tiveram como foco o debate sobre a questão étnico-racial e sua percepção no âmbito da formação em Serviço Social. A pesquisa baseou-se na voluntariedade dos participantes em responder ao questionário e posteriormente as entrevistas.

As divisões dos capítulos deste estudo se estruturam da seguinte forma: no primeiro capítulo realiza-se a contextualização sócio-histórica da questão social, abordando desde sua gênese na fase do capitalismo industrial do século XIX, o processo de constituição e desenvolvimento da classe operária e seu ingresso no cenário político, bem como a contemporaneidade de seu debate a partir das interpretações teórico-críticas aqui trazidas. Também se enfatizou o processo de formação da questão social no Brasil com sua gênese na formação socioeconômica e política que se estrutura desde o período colonial, possuindo como base o modo de produção escravista que visa satisfazer ao pré-capitalismo europeu do século XVI.

No segundo capítulo discute-se a aproximação da questão social com a questão racial, a partir da perspectiva da questão racial como marca de nossa sociedade colonial e elemento estruturante na exclusão dos negros do quadro de direitos, constituindo-se como uma expressão da questão social que permanece latente até os dias de hoje. Neste capítulo apresenta-se o conceito de raça, etnia, racismo, preconceito e discriminação, posto que a apreensão dessas categorias por parte do profissional de Serviço Social faz-se necessária para uma análise crítica das relações sociais. Debate-se também a questão racial no Brasil como um esboço crítico-interpretativo do racismo, sugerindo-se que a questão racial tem sua gênese na formação social do Brasil a partir da época da colonização portuguesa e essa particularidade se reflete na classificação do tipo de racismo praticado no país. Reestruturada no capitalismo, a dimensão racial ganha uma nova significação, que

só pode ser apreendida a partir do conhecimento da história do negro na sociedade brasileira. Sobre a inserção da questão racial na agenda das políticas públicas brasileiras, este capítulo discorre sobre o acesso a direitos e cidadania por parte da população negra, demonstrando que este se deve em virtude das lutas promovidas pelo movimento negro no decorrer da história do país, buscando demonstrar a especificidade da natureza da questão racial na composição de políticas públicas, seus avanços, retrocessos, limites, desafios políticos, burocráticos e institucionais.

No terceiro capítulo realiza-se a discussão sobre a necessidade do debate da questão racial na formação do profissional em Serviço Social para afirmação de seu projeto ético político. A formação em Serviço Social passou por diversas transformações no desenvolvimento sócio-histórico do país. No Movimento de Reconceituação a profissão aproxima-se da tradição marxista, o que resultou em um processo de ruptura com o tradicionalismo presente na profissão. Assim, o Serviço Social assumiu um compromisso com a classe subalterna, mas que não se expressa em um simples compromisso de classe, pois também abrange o prisma da desigualdade racial vivenciada no Brasil, refletindo esse comprometimento em seu projeto ético-político.

Por fim são apresentadas as análises dos dados obtidos na pesquisa realizada com os discentes do curso de Serviço Social da UnB, bem como das entrevistas que foram realizadas, no intuito de identificar a percepção sobre a temática étnico-racial como expressão da questão social entre os mesmos.

CAPÍTULO 1: FUNDAMENTOS SÓCIO-HISTÓRICOS DA QUESTÃO SOCIAL

A “questão social” e suas respectivas expressões surgem a partir de condições históricas particulares resultantes do modo de produção e reprodução capitalista. Apesar de não ser um fenômeno necessariamente “novo”, a “questão social” ganha no capitalismo industrial do século XIX uma magnitude mundial, que sob a ótica da teoria social de Marx pode ser explicada por meio de seus fundamentos econômicos e históricos determinados pela própria dinâmica social do sistema capitalista.

Essa dinâmica do processo de industrialização, que tem início no século XVIII, origina uma nova ordem societária que é contraditória em sua essência, pois na medida em que o capitalismo produz riquezas e condições materiais para se desenvolver, também produz a miséria e condições para ser suprimido (MARX, 2010). Assim, para compreender as expressões da “questão social” em sua totalidade¹ é necessário analisar os fundamentos sócio-históricos do desenvolvimento do sistema de produção capitalista e suas contradições, no espaço de disputas de interesses das classes sociais por meio de uma perspectiva crítica².

Dessa forma, a “questão social”, analisada por uma concepção crítica em termos marxianos, não pode ser considerada uma categoria que existe em si mesma, não pode ser apreendida, funcionando como um conceito de natureza reflexiva que possui diversas formas de manifestações no campo do real (PONTES, 1995). Seguindo essa concepção, o que existe na realidade não é a “questão social” em si, mas sim suas expressões que se manifestam na aparência e no campo do imediato, como por exemplo, a questão da reforma agrária, a questão racial e as desigualdades de gênero.

Essas expressões da “questão social” no campo do real não anulam a essência de sua unidade, ou seja, suas expressões podem ser múltiplas, mas a “questão social” é una e decorre da contradição entre capital versus trabalho (SANTOS, 2012). Entretanto, essas expressões, sob a ótica liberal, são sistematicamente

¹ Segundo Lukács, Totalidade é uma categoria ontológica que representa o concreto, síntese de determinações. É um complexo constituído de outros complexos subordinados, sendo toda parte também um todo. Um complexo de forças com relações diversas que agem em conjunto. Essa complexidade não elimina o caráter de elemento (1979, p. 39).

² Referente à perspectiva crítica considera-se elementos de matrizes marxistas e marxianas, porém a expressão “questão social” não faz parte da teoria marxiana, o que não impossibilita sua articulação para análise do tema.

separadas e naturalizadas com a intenção de dissociar a “questão social” do desenvolvimento metabólico do capitalismo, logo, de sua essência a “*lei geral de acumulação capitalista*”³.

Contrariamente à corrente liberal, a perspectiva crítica designa como base estrutural formadora da “questão social” o processo de acumulação e reprodução ampliada do capital que tem sua síntese na “lei geral da acumulação capitalista” (SANTOS, 2012), associada a um intenso processo de incorporação de *capital constante*⁴, que corresponde a inovações tecnológicas, configuradas na lógica de acumulação para valorização do capital e ampliação de *mais-valia*⁵.

Essa valorização do capital e a intensa exploração de mais-valia ocorrem na mesma proporção da desvalorização dos salários da “classe que vive para o trabalho”. De acordo com Karl Marx, a “acumulação capitalista sempre produz, e na proporção de sua energia e de sua extensão, uma população trabalhadora supérflua relativamente, [...] que ultrapassa as necessidades médias de expansão do capital, tornando-se, desse modo, excedente” (2001, p.733). Esse excedente de mão-de-obra é chamado de *exército industrial de reserva*.

Entende-se por exército industrial de reserva o contingente de trabalhadores “excedentes”, aptos ao trabalho, mas “condenados à ociosidade socialmente forçada, acirrando dessa forma a concorrência entre os trabalhadores em relação à oferta e a procura, fato este que interfere significativamente na regulação dos salários” (IAMAMOTO, 2001). São exatamente a reificação de expressões da “questão social”, pois nessa lógica, o desemprego é um fator positivo para a manutenção de mão-de-obra barata, o que torna possível a intensificação do trabalho.

³ A *Lei Geral de Acumulação Capitalista* foi elaborada por Karl Marx em *O Capital*, lei segundo a qual “uma massa crescente de meios de produção, graças à produtividade do trabalho social, pode ser colocada em movimento com um dispêndio progressivamente decrescente de força humana” (p. 209). Tal Lei decorre do desenvolvimento lógico dos pressupostos adotados por Marx, desde a revelação da contradição entre valor e valor de uso, do surgimento da mais-valia, pois “todos os métodos de produção da mais-valia são, simultaneamente, métodos de acumulação, e toda expansão da acumulação torna-se, reciprocamente, meio de desenvolver aqueles métodos” (LIMA, 2009, p.06).

⁴ Equivale, segundo Marx à parte do capital empregada nos instrumentos de trabalho e no maquinário necessário à produção de um modo geral (SANTOS, 2009, p.263).

⁵ A extração de Mais Valia é a forma específica que assume a exploração sob o capitalismo, a *differentia specifica* no modo de produção capitalista, em que o excedente toma a forma de lucro e a exploração resulta do fato da classe trabalhadora produzir um produto líquido que pode ser vendido por mais do que ela recebe como salário (BOTTOMORE, 1993, p. 227).

Essa condição é facilitada pelo aumento tecnológico que em contraste com a diminuição de postos de trabalho, gera o chamado *desemprego estrutural*⁶ e o excedente correspondente ao *exército industrial de reserva* (MARX, 2010). O emprego da tecnologia permite a diminuição das horas de trabalho, que apropriada pelo capital é utilizada para abolir postos de trabalho visando o aumento do lucro.

Porém, o desemprego estrutural não é uma consequência direta desse avanço tecnológico, mas resultado da decisão do capitalista em valorizar o capital e gerar *mais-valia*, intensificando o trabalho de um número reduzido de empregados e ultrapassando o tempo socialmente necessário para a produção (SANTOS, 2012). Esses trabalhadores passam a agregar mais funções, pois ao permanecer no trabalho são mais explorados na intensidade de horas trabalhadas.

O capitalismo incorpora esses elementos em seu desenvolvimento formando um proletariado cada vez maior, uma massa de trabalhadores que não possui os meios materiais para subsistir, explorados pela classe burguesa. Essa exploração amplificada dos trabalhadores inicia-se com a industrialização no século XIX e nesse processo se origina o termo “questão social” para designar os resultados da pauperização absoluta (SANTOS, 2012).

Apesar da expressão “questão social” surgir no período industrial concorrencial para designar o pauperismo, situações de desigualdades e exploração do trabalho humano já existiam anteriormente ao processo de industrialização. Não era inédita a desigualdade entre as diversas camadas sociais, muito menos a polarização entre detentores ou não de propriedade privada. O que surge de novo é a generalização da pobreza, que crescia na razão direta em que aumentava a capacidade social de produzir riquezas (NETTO, 2009).

A polarização entre classes se expressa nos modos de produção anteriores ao próprio capitalismo, tais como o feudalismo e o escravismo, mas ocorre que no sistema capitalista a produção não dependia tanto de processos da natureza e assim, foi possível criar forças de trabalho numerosas que aliadas à tecnologia e ao desenvolvimento da ciência trouxeram condições mais favoráveis para aumentar a produção em nível nunca antes imaginado.

⁶ Segundo Santos (2009), desemprego estrutural é aquele em que a vaga do trabalhador foi substituída por máquinas ou processos produtivos mais modernos, resultando no desaparecimento dos postos de trabalho.

Conforme Santos (2012, p.29),

“[...] a pobreza existente antes do capitalismo era determinada socialmente pela divisão entre classes, mas se devia, principalmente, ao baixo desenvolvimento das forças produtivas que deixavam, por exemplo, a produção agrícola inteiramente vulnerável às pragas que acometiam as plantações ou outras catástrofes naturais, produtoras de longos períodos de fome e epidemias nos países do “velho mundo”.

Apesar do aumento da capacidade de produção do sistema capitalista trazer a possibilidade de superação da escassez, o modo como estão postas as relações sociais e econômicas impedem a realização dessa superação. Essa supressão somente é possível caso sejam abolidas as formas de exploração do trabalho que garantem a apropriação privada do que é socialmente produzido (NETTO, 2001).

Além dessas expressões, a “questão social” possui outra característica importante que a particulariza enquanto expressão das relações sociais na sociedade capitalista, que são seus desdobramentos sociopolíticos. Dessa forma, é possível contextualizar a “questão social” não somente como a mera expressão das desigualdades sociais, mas também resultante da *luta de classes*⁷, considerando que estas sejam constitutivas da “questão social”.

De acordo com Santos (2012, p.30),

A luta de classes atinge o cerne do processo de produção da questão social, ou seja, as relações sociais contraditórias e antagônicas entre capitalistas e trabalhadores que torna cada vez mais socializado o processo de produção de riqueza e, com a mesma intensidade, privatizando o seu resultado final.

Os aspectos históricos inerentes à luta de classes envolvendo *proletariado*⁸ e *burguesia*⁹ se concretizam no período que Marx denomina como “acumulação primitiva do capital”. O movimento histórico que leva à fase de acumulação primitiva está vinculado ao processo de transição entre o feudalismo e capitalismo, também

⁷ Segundo Marx: “A história de todas as sociedades que existiram até hoje é a história da luta de classes. Desde o homem livre e escravo, patricio e plebeu, senhor feudal e servo, mestre de corporação e companheiro, em suma, opressores e oprimidos, estiveram em constante antagonismo entre si, travando uma luta ininterrupta, umas vezes oculta, outras aberta - uma guerra que sempre terminou ou com uma transformação revolucionária de todas as sociedades ou com a destruição das classes em luta (MARX; ENGELS, 2012, p.04).

⁸ Compreende-se a classe dos trabalhadores assalariados modernos que, privados de meios de produção próprios, se vêem obrigados a vender sua força de trabalho para poder existir (MARX; ENGELS, 2012, p.468).

⁹ Por burguesia compreende-se a classe dos capitalistas modernos, proprietários dos meios de produção social que empregam o trabalho assalariado (MARX; ENGELS, 2012, p.468).

denominado de “pré-história do capitalismo”, que tem como resultante a emergência de uma nova classe social (SANTOS, 2012).

O processo de constituição e desenvolvimento da classe operária e seu ingresso no cenário político manifestam-se no cotidiano das relações sociais, e esta contradição entre o proletariado e a burguesia passa a exigir, por parte do Estado, novas formas de intervenção para além da mera caridade e repressão (CARVALHO e IAMAMOTO, 2009).

Neste contexto sócio-histórico de exploração e, como resultante das contradições das relações sociais entre classes, configura-se as particularidades da “questão social”. Interessante notar que a discussão sobre produção e reprodução das relações sociais, inscritas num determinado momento histórico, trata-se de movimentos inseparáveis na totalidade concreta - de condições de vida, de cultura e de produção de riquezas (BEHRING; BOSCHETTI, 2010).

É nesse sentido que se busca analisar a “questão social” em sua concretude real, ou seja, em sua totalidade. Por isso a compreendemos como resultado do conflito dialético entre capital e trabalho no decurso do capitalismo.

Por “questão social”, no sentido universal do termo, queremos significar o conjunto de problemas políticos, sociais e econômicos que o surgimento da classe operária impôs no curso da constituição da sociedade capitalista. Assim a “questão social” está fundamentalmente vinculada ao conflito entre capital e trabalho (CERQUEIRA FILHO, 1982, p.21).

A partir do que foi apresentado, emerge a importância da discussão acerca da “questão social” na contemporaneidade, demonstrando que as interpretações e o debate sobre essa problemática envolvem a construção de elaborações teóricas e políticas que guardam especificidades do momento histórico em que se inserem.

Ressalta-se que o surgimento do termo “questão social” está diretamente relacionado com as modificações ocorridas no capitalismo concorrencial, como será demonstrado no próximo item.

1.1. O debate da Questão Social na Contemporaneidade: uma análise a partir de seus intérpretes

O debate teórico em torno da “questão social” está vinculado aos seus significados e usos, fazendo-se necessária uma análise à luz das transformações políticas, econômicas, culturais e sociais ocorridas nos últimos anos nas sociedades capitalistas em seu estágio monopolista.

Essas mudanças levaram alguns autores a interpretarem que havia uma “nova sociedade” em curso, com “novos problemas sociais e políticos”, ou seja, que estaria em evidência uma nova “questão social”. Porém, é importante considerar que essa dinâmica societária se processa por meio de continuidades e rupturas em que certos elementos permanecem historicamente e outros mudam conforme as transformações sociais (PASTORINI, 2010).

Sendo assim, não seria o caso de se afirmar uma nova “questão social”, mas sim, a existência de novos elementos e novas expressões concretas da “questão social”, sendo que esta continua a manter seus traços essenciais e constitutivos de outrora. Por isso é importante trazer para o debate a análise histórica, visando uma compreensão crítico-interpretativa do termo.

Do ponto de vista histórico, o termo “questão social” surge no contexto do *capitalismo-concorrencial*¹⁰ para designar a pauperização massiva da população europeia, que vivenciava os resultados da industrialização do século XVIII. Era a primeira vez na história que quanto mais aumentava a capacidade de produzir riquezas, maior era o contingente de pobreza. Este processo contraditório era novo porque as mesmas condições de produção que geram o pauperismo serviam para sua supressão (NETTO, 2009).

Entretanto, a “questão social” tem seus desdobramentos econômicos, políticos e sociais, que contrariamente aos interesses da ordem burguesa, não se processou de uma forma passiva, pois os pauperizados protestavam contra as situações de

¹⁰ O capitalismo concorrencial surge com o advento da Revolução Industrial, onde a burguesia assume a produção em uma escala muito maior que o período anterior, empregando com maior eficiência e exploração os recursos naturais (matéria-prima, energia), técnicos (com a invenção de máquinas) e humanos (mão-de-obra assalariada). A efetiva separação entre os meios de produção, agora sob controle da burguesia, e a força de trabalho leva ao surgimento do proletariado e da “questão social”. Disponível em: <<http://espacoeconomicotocolando.blogspot.com.br>> Acesso em 11/11/2013.

exploração e opressão a que eram submetidos. Conforme Netto (2009), foi a partir da efetiva eversão contra a ordem burguesa que a condição de pauperização passa a designar-se como “questão social”, assumindo uma dimensão política.

Consolidando-se como classe dominante, a elite burguesa recorre à repressão para conter essa eversão, mas a os trabalhadores reagem à exploração extenuante, condicionada na *mais-valia absoluta*¹¹, por meio de greves e manifestações, expondo a “questão social”. Configurando-se como divisor da constituição da “questão social”, o período das lutas de 1848 expôs o antagonismo entre os projetos das duas classes fundamentais dentro do capitalismo (SANTOS, 2012).

A Revolução de 1848 caracterizou-se como uma ameaça à manutenção da ordem burguesa, pois afetou suas expressões culturais, ideológicas, teóricas incluindo suas bases políticas. Representou a passagem histórico-universal do proletariado de *classe em si a classe para si*¹², na compreensão que para a supressão da “questão social” é necessária a eliminação da sociedade burguesa (NETTO, 2009).

O envolvimento da burguesia nesses processos de luta se deu com o interesse de destituir a monarquia, para instaurar uma nova ordem societária com base material no consumo de mercadorias. Porém, a partir da Revolução de 1848, encerra-se o ciclo progressista da burguesia, principalmente porque sua intenção não era uma revolução para eliminar as desigualdades. Essa classe desejava apenas realizar uma reforma que ajustasse as desigualdades aos interesses do capital (NETTO, 2009).

A ordem burguesa começa então a deslocar a problemática da desigualdade e da exploração do campo da “questão social” para o âmbito do Estado, para que fosse tutelada pelo direito formal, que concebe a igualdade de oportunidades em

¹¹ Mais valia absoluta envolve crescimento da taxa de mais valia através de um aumento do valor total produzido por cada trabalhador sem alteração do montante de trabalho necessário (BOTTOMORE, 1993, p. 228).

¹² A diferença entre “classe em si” e “classe para si” e a transformação de uma em outra, é descrita por Marx nos seguintes termos: “As condições econômicas transformaram a massa do país em trabalhadores. O domínio do capital criou uma situação comum, interesses comuns a esta massa. Assim, esta massa já constitui uma classe frente ao capital, ou seja, uma ‘classe em si’, mas não ‘por si mesma’. Na luta, esta massa se une, constitui uma classe ‘por si mesma’. Os interesses que defendem se tornam os interesses da classe.” Uma classe é “em si” pelo simples fato de existir. Uma classe é “para si” quando toma consciência do que a distingue de outras classes, ou seja, quando adquire “consciência de classe”. Disponível em: <<http://sociologiawdf.blogspot.com.br/p/as-classes-sociais-no-capitalismo.html>> Acesso em 11/11/2013.

detrimento da igualdade de condições, culpabilizando o indivíduo (BEHRING; BOSCHETTI, 2010). O termo “questão social” passa a ser ressignificado pelos representantes ideológicos da burguesia, que adequavam sua designação ao pensamento conservador, naturalizando e dissociando da análise econômica da sociedade burguesa, sob as bases teóricas do liberalismo.

Em seguida, a Grande Depressão de 1929 fomenta uma grave crise de confiança no capitalismo como modelo ideal de sociedade. Como consequência, propõe-se o “*Welfare State*”, também conhecido como “Estado de Bem Estar Social”, que representa a regulação de alguns direitos para a classe trabalhadora, sem alterar substancialmente o cerne da “questão social” (BEHRING; BOSCHETTI, 2010).

Pelos princípios do Estado de Bem Estar social, todo o indivíduo teria o direito, desde seu nascimento até sua morte, a um conjunto de bens e serviços que deveriam ter seu fornecimento garantido, seja diretamente através do Estado ou indiretamente, mediante seu poder de regulamentação sobre a sociedade civil. Dentre esses direitos estariam a educação em todos os níveis, a assistência médica gratuita, o auxílio ao desempregado, a garantia de uma renda mínima, recursos adicionais para a criação dos filhos, entre outros. O Estado passaria a investir recursos na área social por intermédio de políticas públicas como forma de complemento indireto aos salários e objetivando amenizar as sequelas da “questão social” e evitar sua radicalização.

Porém, a sustentação do *Welfare State* não foi possível por longo tempo, devido a vários motivos, sendo dois deles cruciais nesse enfraquecimento. O primeiro é o fortalecimento do movimento operário, que ocupa espaços políticos e sociais estratégicos, passando a pressionar cada vez mais por acordos coletivos; havia também um baixo contingente de exército de reserva, levando respectivamente a outra problemática que é a diminuição da *mais valia*, fatores que desfavoreciam a acumulação do capital (BEHRING; BOSCHETTI, 2010).

As políticas adotadas no início da década de 1930 se basearam na doutrina keynesiana, no momento em que o sistema capitalista atravessava uma de suas mais graves crises. Enquanto o liberalismo clássico defendia a ideia de que o desenvolvimento econômico de uma nação estaria atrelado a um princípio de não-

intervenção do Estado na economia, o keynesianismo defendia a necessidade do Estado em buscar formas para se conter o desequilíbrio da economia. Entre outras medidas, os governos deveriam aplicar grandes remessas de capital na realização de investimentos que aquecessem a economia de modo geral (SOUSA, 2010).

Promovendo tais medidas de incentivo, os níveis de emprego aumentariam e consequentemente garantiriam que o mercado consumidor desse sustentação real a toda essa aplicação de recursos. Somente a partir da década de 1970, novas correntes de pensamento econômico combateram os princípios do pensamento keynesiano. Nessa época, a retração dos altos índices de desenvolvimento alcançados nas duas décadas seguintes à Segunda Guerra Mundial pôs em cheque a doutrina econômica baseada no keynesianismo. (SOUSA, 2010).

Os “anos de ouro” do capitalismo regulado pelo Estado começam então a se exaurir com uma crise clássica de superprodução, catalisada pela alta nos preços do petróleo entre 1973 e 1974, que encerraram a política de articulação do pleno emprego com política social. O modelo keynesiano de reanimação monetária do sistema capitalista estava estagnado e não conseguia diminuir o desemprego que em cada recessão aumentava (BEHRING; BOSCHETTI, 2010).

O capital responde a essa crise da década de 1970 por meio de uma revolução tecnológica e organizacional da produção, ou seja, uma reestruturação produtiva. Essa corrida tecnológica gerou desemprego crônico e estrutural e a flexibilização do trabalho, desestruturando as conquistas de direitos sociais do *Welfare State*.

As transformações do capitalismo vivenciadas mundialmente influenciaram autores como Rosanvallon e Robert Castel a discutir os resultados dessa nova configuração societária. Os autores partiam do pressuposto de que entre burguesia e proletariado havia uma harmonia conquistada com o advento do *Welfare State* e, nesse sentido, compreendiam que a “questão social” constituída no passado havia sido superada pela sociedade salarial.

Porém, com o esgotamento do *Welfare State*, surgiu uma nova configuração de pobreza, que foi denominada por eles como uma “nova questão social”. Mas como já foi apresentado, não é possível pensar em uma “nova questão social”, sendo que ainda persiste a contradição essencial entre capital/trabalho que apenas está

intensificada, emergindo em múltiplas expressões. O que se observa é que esses autores não se pautaram nessas perspectivas para apresentarem seus argumentos.

A discussão sobre a existência de uma “nova questão social” irrompe na Europa e nos EUA no final da década de 1970 e no início dos anos 1980, quando alguns dos grandes problemas à acumulação capitalista (como desemprego, pobreza, exclusão), vistos como residuais e conjunturais durante os “30 anos gloriosos” nos países centrais e em alguns países periféricos, passam a ser percebidos como problemas que atingem um número não negligenciável de pessoas de forma permanente (PASTORINI, 2010).

Esse fato demonstra a necessidade da redefinição quanto aos modos de regulação econômicos e sociais, pois essas pessoas, atingidas pela nova conjuntura da sociedade capitalista, passam a ser vistas como “novos sujeitos” e “novos atores sociais”. Para Castel (2012), esses novos indivíduos são designados a partir de sua posição de supranumerários, que não têm lugar determinado na estrutura social, nem seu sistema de distribuição das posições reconhecidas, pois desde muito tempo existem necessitados, indigentes, inaptos, carentes e até mesmo indesejáveis de todos os tipos. Mas esses novos sujeitos não se adequavam a nenhum desses.

Os diferentes estágios capitalistas produzem diferentes manifestações da “questão social”, e por isso a questão inicial se mantém, o que não leva a desconsiderar as suas expressões e refrações (NETTO, 2009), o que não parece ter sido evidenciado por Castel.

Conforme Rosanvallon (1995), o surgimento de uma “nova questão social” estaria indicado no crescimento do desemprego e no aparecimento de novas formas de pobreza e exclusão social, de maneira que estaria evidenciado o esgotamento do modelo de proteção social, baseado no risco coletivo, demonstrando o descompasso na adaptação dos métodos de gestão social em relação à nova realidade. O Estado-providência se encontraria então numa crise filosófica que contestaria sua base de sustentação: o princípio de solidariedade e concepção de direitos sociais.

Para Castel (2012), a crise dos anos 1970, representada pelo agravamento da problemática do emprego, fruto do aumento do desemprego e da precariedade das condições laborais resultantes das novas exigências tecnológico-econômicas do atual estágio do capitalismo moderno, tem-se tornado um processo irreversível e

inexorável. A questão da estabilidade do sistema capitalista é vista como principal problema para o autor. Sem desconhecer a importância que o desemprego representa para a sociedade salarial, ele entende que a precarização torna-se um risco contemporâneo, pois alimenta a vulnerabilidade social, ampliando o processo de desfiliação social (PASTORINI, 2010).

Para Castel (2012, p.527-529), sob o ângulo do trabalho, existem três pontos que distinguem a “nova” questão social da anterior:

1 - a desestabilização dos estáveis (uma parte da classe operária integrada e dos assalariados da pequena classe média está ameaçada de desestabilização);

2 - a instalação do trabalho na precariedade, ou seja, a formação de um trabalho aleatório, descontínuo e literalmente insignificante, que não pode servir de base à projeção de um futuro controlável;

3 - a precarização do emprego e o aumento do desemprego, que são a manifestação de *um déficit* de lugares ocupáveis na estrutura social, entendendo-se por lugares posições às quais estão associados uma utilidade social e um reconhecimento público.

Para Castel e Rosanvallon as transformações societárias que estavam em cursos indicariam o surgimento de uma ruptura com a “questão social” do século XIX. A “antiga” categoria de exploração não mais abarcava, segundo o entendimento dos autores, os atuais invalidados pela conjuntura (inúteis para o mundo, segundo Castel) e os novos pobres e excluídos (segundo Rosanvallon) (PASTORINI, 2012).

Caberia ao Estado responder de forma inovadora, ultrapassando as formas de regulação social que tiveram seu ápice nos “Trinta Anos Gloriosos”, com o *Welfare State* nos países do centro capitalista. Os autores apresentam então alternativas de ação à sombra do Estado capitalista como, por exemplo, o Estado estrategista e o Estado-providência ativo.

Para Castel o Estado estrategista teria a função primordial de manter a coesão social e essa alternativa não implicaria nem mais nem menos Estado, mas um Estado que interviria de forma estratégica, implementando políticas de inserção social (reparadoras e preventivas) para as populações mais pobres e/ou aqueles invalidados pela conjuntura da crise (CASTEL, 2012).

O Estado-providência ativo defendido por Rosanvallon parte da premissa de que as políticas universais estão ultrapassadas e, por isso, o Estado deve assumir a forma de *Estado-providência ativo*, deixando de ser um distribuidor de subsídios e um administrador das regras universais, e se transformando num Estado de serviços, baseado em ajudas diferenciadas, solidárias e individualizadas (ROSANVALLON, 1995).

Em sua obra “*A nova Questão Social*”, o autor Rosanvallon explica que o crescimento do desemprego no início dos anos 1980 e o aparecimento das novas formas de pobreza, formam uma “nova questão social”, configuradas pela crise do Estado-providência. Considera que os modelos bismarckiano e beveridgeano desse Estado são ultrapassados para conter a “nova questão social”. Assim, apresenta-se a necessidade de reformulação do princípio da solidariedade (PASTORINI, 2012).

O Estado-providência ativo deveria se basear num novo princípio de solidariedade, construído a partir do sentimento cívico (intimamente vinculado à identidade cultural da sociedade). Para isso, o autor denomina uma tríplice dinâmica que substanciaria esse Estado por meio da articulação entre socialização, descentralização e autonomização, que inclui:

- desburocratizar e racionalizar a gestão dos grandes equipamentos e funções coletivas: é a via de uma *socialização* mais flexível [...]
- remodelar e preparar certos serviços públicos para torná-los mais próximos dos usuários: é a via da descentralização. Visa colocar as tarefas e as responsabilidades das coletividades locais nos domínios sociais e culturais;
- transferir para coletividades não públicas (associações, fundações, agrupamentos diversos) tarefas de serviços públicos: é a via da *autonomização* (ROSANVALLON, 1997, p.85-86, *apud* PASTORINI, 2010).

Para Rosanvallon, essa tríplice dinâmica funcionaria na medida em que seria papel do Estado-providência ativo dar a cada um os meios específicos para modificar o curso da sua vida, em um sentido individualizante, como forma de superar a “nova questão social”.

O posicionamento do autor não questiona a ordem estabelecida. Pensa a intervenção estatal como instrumento de coesão social no momento da redistribuição e, dessa forma, naturaliza as mudanças ocorridas no mundo da produção como se fossem a-históricas, procurando uma solução à sombra do Estado capitalista (PASTORINI, 2010).

Entretanto, Rosanvallon não considera que no capitalismo cada vez mais mundializado e dominado pela ideologia neoliberal, que fomenta a defesa do individualismo em detrimento da coletividade, seria impraticável a inclusão de todos como trabalhadores ou como beneficiários das políticas sociais.

De acordo com Pastorini (2010), as políticas de inclusão que são implementadas em muitos países encontram-se impregnadas pela ideia de que o “inserido” deve de alguma forma pagar pela sua inserção, ou pelo trabalho ou por submissão, agradecimento, lealdade, etc, contrariando a ideia de um Estado provedor de solidariedade.

Com isso, entende-se que a própria lógica do sistema capitalista em seu atual estágio não permite conceber a inclusão de todos por meio das políticas sociais, cabendo ao indivíduo ser culpabilizado por sua condição de “inapto”, de não inserido.

Por sua vez, Castel (2012, p. 30) compreende a “questão social” como,

[...] uma aporia fundamental sobre a qual uma sociedade experimenta o enigma de sua coesão e tenta conjurar o risco de sua fratura. É um desafio que interroga, põe em questão a capacidade de uma sociedade (o que, em termos políticos, se chama uma nação) para existir como um conjunto ligado por relações de interdependência.

Castel faz uma narrativa cronológica da evolução da “questão social”, como se a mesma se metamorfoseasse no decorrer do tempo, não considerando a processualidade do capitalismo como um dado de ruptura nesse *continuum* de contradições e tensões sociais.

Para Castel, a “nova” questão social configurada no período “pós-salarial”, tem sua problemática central na “desestabilização dos estáveis” determinada pelas novas exigências tecnológicas e econômicas do capitalismo moderno. De acordo com sua análise, os indivíduos são cada vez mais excluídos dos coletivos protetores, dificultando a existência das antigas formas de solidariedade e obrigando

o Estado a realizar o papel da integração que obedeceriam a uma lógica de discriminação positiva, focalizando os mais “pobres dos pobres” (PASTORINI, 2010).

Essa forma de pensar a “questão social” acarreta uma visão fragmentada da realidade social, minimizando a relação contraditória entre capital e trabalho no seio do capitalismo. A “questão social” se consolida exatamente na relação capital/trabalho, pois a cada novo estágio do desenvolvimento capitalista, percebem-se expressões mais complexas correspondentes à intensificação desta exploração, indicando que a superação da “questão social” com a necessária supressão do capitalismo não está relacionada com a realização de uma nova “Idade do Ouro” do capitalismo. “O problema teórico consiste em determinar concretamente a relação entre as expressões emergentes e as modalidades imperantes de exploração” (NETTO, 2009, p.48).

Do ponto de vista histórico, no capitalismo, a “questão social” vincula-se estreitamente à questão da exploração do trabalho, ou seja, a “questão social” apresenta-se, desde as suas primeiras manifestações, estreitamente vinculada à questão da exploração capitalista, à organização e mobilização da classe trabalhadora na luta pela apropriação da riqueza social (PASTORINI, 2010).

Essa luta se realiza a partir da mediação entre a sociedade civil e o Estado, que reflete uma dupla característica de coerção e concessão, de concessão e de conquista. De acordo com Octávio Ianni,

[...] as diversidades e os antagonismos sociais começam a ser enfrentados como situações suscetíveis de debate, controle, mudança, solução ou negociação. Ainda que na prática predominem as técnicas repressivas, a violência do poder estatal e a privada, ainda assim o direito liberal adotado nas constituições e nos códigos supõe a possibilidade da negociação. E o protesto social sob diversas formas, no campo e na cidade, sugere tanto a necessidade da reforma como a possibilidade da revolução (2004, p.88).

Perante essas situações conflituosas e contraditórias, compreendemos que a “questão social” posta no capitalismo continua sendo um conjunto de problemas que diz respeito à maneira como os homens se organizam para produzir e reproduzir num contexto histórico determinado, que tem suas expressões na esfera da reprodução social. Sendo assim, concordamos com Pastorini (2004) quando afirma que a “questão social” vai assumir expressões particulares dependendo das peculiaridades de cada formação social e da forma de inserção de cada país na ordem capitalista mundial, como é o caso do Brasil.

1.2. Particularidades da Questão Social na Formação Social Brasileira

O processo de formação da questão social no Brasil tem sua gênese na formação socioeconômica e política que se estrutura desde o período colonial, possuindo como base o modo de produção escravista que visava satisfazer ao pré-capitalismo europeu do século XVI. De acordo com Prado Junior (2004), no período das “grandes navegações”, o Brasil tornou-se Colônia de exploração de Portugal, constituindo um importante mercado de exportação de base agrícola que enriquecia a Metrópole.

Esta particularidade na formação da sociedade brasileira se manifesta nas diversas expressões da “questão social” contemporânea, pois a questão da *colonialidade*¹³ permanece latente e determina ainda hoje as posições de poder tanto nas relações sociais quanto a nível geopolítico mundial.

A exploração sócio-econômica do Brasil, que ocorre no período da expansão marítima e comercial europeia dos séculos XV e XVI, se forjou sob o signo sádico da escravidão. A partir disso se estruturam as bases parasitárias do desenvolvimento capitalista da Europa impulsionando a demanda por mão de obra escrava para a Colônia. Nesse processo de surgimento e expansão do capitalismo europeu, o *Pacto colonial* submetia a colônia a uma intensa e desigual troca de mercadorias pelo sistema de escravidão, que garantia uma produção barata de produtos tropicais, aumentando o lucro e a reprodução ampliada de capital (QUEIROZ, 1993).

A escravidão funcionava como peça chave da alta lucratividade dos capitalistas coloniais, de forma que se situava diretamente vinculada à realização da produção nas melhores condições econômicas possíveis. Na perspectiva desta lógica não são admitidas interrupções que necessariamente aumentassem os seus custos.

¹³ Essa colonialidade do controle do trabalho determinou a distribuição geográfica de cada uma das formas integradas no capitalismo mundial. Em outras palavras, determinou a geografia social do capitalismo: o capital, na relação social de controle do trabalho assalariado, era o eixo em torno do qual se articulavam todas as demais formas de controle do trabalho, de seus recursos e de seus produtos. Isso o tornava dominante sobre todas elas e dava caráter capitalista ao conjunto de tal estrutura de controle do trabalho. Mas ao mesmo tempo, essa relação social específica foi geograficamente concentrada na Europa, sobretudo, e socialmente entre os europeus em todo o mundo do capitalismo. E nessa medida e dessa maneira, a Europa e o europeu se constituíram no centro do mundo capitalista (QUIJANO, 2005, p.03). Disponível em: <<http://www.bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lander/pt/Quijano.rt>>. Acesso em 13/11/13.

A disponibilidade de terras e as condições geoclimáticas no Brasil favoreciam a exploração de mercadorias tropicais que tinham boa aceitação no mercado europeu, porém essa produção exigia grandes investimentos que só compensavam se explorados em larga escala, ou seja, necessitavam de grande contingente de mão-de-obra (FURTADO, 2003).

A Europa não possuía grande contingente de reservas de mão-de-obra disposta a migrar para um continente desconhecido por meio de uma travessia extremamente arriscada, bem como o assalariamento se mostrava impraticável naquelas circunstâncias.

Para a compreensão do contexto em que se inicia a acumulação primitiva no Brasil Colônia é necessário considerar que a impossibilidade de criar um trabalho assalariado e a escassez de mão-de-obra, articulada à relação de dominação total de todas as formas de produção desenvolvidas na Colônia, fizeram os portugueses investirem em trabalho escravo. Aproveitando-se das experiências com o comércio de escravos e por já explorarem a costa da África, iniciaram a comercialização de negros para abastecer a nova Colônia (SANTOS, 2012).

O vínculo entre capitalismo e escravismo se fortalece na medida em que não bastava a experiência técnica dos portugueses na fase produtiva, a capacidade comercial e o poder financeiro dos holandeses para tornar viável a empresa colonizadora agrícola das terras do Brasil. Existia também o problema da mão-de-obra. Transportá-la na quantidade necessária da Europa teria requerido uma inversão demasiadamente grande, que provavelmente tornaria antieconômica toda a finalidade lucrativa.

Segundo Furtado (2003, p.17-18),

As condições de trabalho eram tais que somente pagando salários bem mais elevados que os da Europa seria possível atrair mão-de-obra dessa região. [...] por essa época os portugueses eram já senhores de um completo conhecimento do mercado africano de escravos. As operações de guerra para captura de negros pagãos,[...] haviam evoluído num bem organizado e lucrativo escambo que abastecia certas regiões da Europa de mão-de-obra escrava. Mediante recursos suficientes, seria possível ampliar esse negócio e organizar a transferência para a nova colônia agrícola da mão-de-obra barata, sem a qual seria economicamente inviável.

Os interesses pré-capitalistas europeus são contundentes contra Portugal na corrida para a expansão comercial que resultará nesse vínculo simbiótico entre os dois sistemas. Dialeticamente, o tráfico negreiro cumpriria o seu papel no

abastecimento de mão-de-obra escrava para exploração da Colônia, propiciando ao sistema capitalista a possibilidade de acumulação necessária ao salto qualitativo que se iniciaria com a Revolução Industrial (QUEIROZ, 1993).

Ao se apropriar do excedente produzido pelo escravo, a Metrópole amplia de maneira extraordinária a sua acumulação primitiva, sendo esta indispensável ao desenvolvimento do sistema capitalista europeu. Interessa notar a síntese dialética deste fato que é demonstrada de maneira bastante inteligível por Queiroz (1993, p. 10),

[...] Tal mecanismo explica ainda o aparente paradoxo representado pelo crescimento do trabalho livre no Velho Mundo e a expansão do cativo no continente americano. São na verdade duas fases do mesmo processo: enquanto a acumulação de capital estimula na Europa as condições para o surgimento da indústria que pressupõe o trabalhador livre e assalariado, a necessidade de ampliação dessa acumulação impõe o trabalho compulsório na América.

A exploração do trabalho escravo compulsório como modo de produção no Brasil Colônia representou um dos negócios lusitanos mais rentosos por mais de três séculos. Esses trezentos anos de escravidão negra contribuíram de maneira decisiva como particularidade da “questão social” na configuração sócio-histórica do Brasil. A forma como ocorreu o povoamento e a ocupação do território brasileiro, realizada de acordo com as atividades mais rentáveis de cada ciclo econômico, também determinou as desigualdades regionais vigentes ainda hoje no país¹⁴ (SANTOS, 2012).

No início da colonização brasileira, a terra aparentemente não dispunha de metais preciosos. O litoral não fornecia tais artigos, mas, e principalmente pela pressão concorrencial europeia, Portugal ocupa o litoral que a princípio só teria um “único” fator de produção abundante, a terra.

Se a terra era o principal produto de exploração econômica, sua base era os produtos agrícolas que tinham considerável demanda no “Velho Mundo”. Por isso a escolha do açúcar, produto do qual os portugueses já tinham experiência técnica de produção, e preenchiam todos os requisitos para a exportação (QUEIROZ, 1993).

O Nordeste transforma-se no pólo dinâmico da economia durante o primeiro século e meio de colonização por meio da lavoura da cana de açúcar,

¹⁴ Em relação à concentração de renda, as regiões Norte e Nordeste ainda hoje ocupam o posto de regiões mais desiguais do país, segundo dados do IBGE de 2010.

correspondendo aos territórios do Recôncavo Baiano, Pernambuco, Sergipe, Alagoas e Bahia, que fazem parte da costa nordestina. Mas a produção não era exclusiva dos portugueses, pois o Nordeste também foi ocupado por holandeses que vão “dominar os segredos da produção” e quando expulsos do país montam uma indústria açucareira diminuindo os lucros da venda do açúcar produzido no Brasil (QUEIROZ, 1993).

No século XVIII, eclode o surto minerador, com foco nas regiões Centro-Sul do país. Jazidas concentradas em Minas Gerais vão exigir o desenvolvimento das regiões próximas e a transferência do poder político-administrativo para o Rio de Janeiro (SANTOS, 2012). Nesse período houve grande afluxo de trabalhadores negros para a exploração das minas, que se esgotaram pelo modo predatório de extração.

Com o exaurimento das minas, a agricultura volta a ser uma opção economicamente viável, estimulada principalmente pela Revolução Francesa, que vai desorganizar as colônias antilhanas que concentravam produção de açúcar, elevando o seu preço novamente. Outro produto que entra em cena é o algodão, também por consequências das tensões anglo-americanas pós-independência dos Estados Unidos. Tal produto será a matéria prima mais aclamada da Revolução Industrial Inglesa (QUEIROZ, 1993).

Nesse período, a Inglaterra ocupa posição de destaque no cenário mundial como principal potência bélica e econômica, impulsionando a economia mundial do século XIX. Quando a industrialização avança pela Europa, a Inglaterra deixa seu posto de principal indústria do mundo, mas continua a cumprir seus papéis de banqueira e financista da expansão do modelo de exploração em bases colonialistas (HOBBSAWM, 2007).

Assim, o processo de formação da sociedade brasileira é reflexo da dinâmica do desenvolvimento econômico-industrial da Europa e se constitui em um desenvolvimento social marcado por intensas desigualdades e um grande legado de problemas.

A questão do acesso desigual a terra e a nunca realizada reforma agrária é resultado de como as grandes propriedades territoriais agrárias foram utilizadas para a agricultura de monocultura extensiva, estimulada por interesses comerciais, que

colocou em papel secundário a agricultura familiar de subsistência, que, estando fora do raio dos negócios lucrativos, fica relegada, provocando o disparate da fome e da subnutrição num país com a extensão territorial de terras agricultáveis como o Brasil.

O contexto sociopolítico brasileiro da época encontra suas bases no *patrimonialismo*¹⁵, que se expressa principalmente pela corrupção, denotando, desde sempre, nenhuma fronteira entre interesses públicos e privados por parte da administração da Coroa portuguesa e dos colonos instalados no Brasil (SANTOS, 2012).

Como consequência do “desenvolvimento desigual” em que existe uma contradição entre modernidade das forças produtivas na Europa e padrões retrógrados nas relações de trabalho no Brasil, a radicalização da “questão social” é o principal fator de herança do processo de construção nacional (IAMAMOTO, 2011). Este processo se reflete na condição da população negra¹⁶ que, primeiro como escravo, torna-se um elemento essencial de produção e logo com a abolição da escravidão continua como alvo de exclusão por parte do poder dominante sob o signo das ideologias racistas.

Como demonstrado, o escravo foi fundamental em todos os processos de desenvolvimento pré-capitalista para gerar condições de trabalho assalariado no mercado internacional e no mercado nacional brasileiro, garantindo formas de produção e reprodução de um sistema que tem como principal característica gerar a desigualdade entre homens (QUEIROZ, 1993).

A classe oligárquica, representada pelos grandes senhores agrícolas, vai sofrer com as consequências da crise econômica deste momento. Interessa notar que o processo de independência representa uma mudança político-institucional que se dá sem grandes mudanças na estrutura de classes (FURTADO, 2003). De acordo com o autor, o país enfrentava uma crise financeira por não conseguir alcançar resultados positivos na balança comercial pelo fato das mercadorias industrializadas

¹⁵ O “patrimonialismo brasileiro” pode ser conceituado enquanto uma prática social que não efetua a fundamental diferença entre a esfera pública e a privada na vida política (SILVEIRA, 2005).

¹⁶ O estatuto da Igualdade Racial, Lei nº 12.288/2010, estabelece em seu art. 1º, inciso IV que a população negra engloba “o conjunto de pessoas que se autodeclaram pretas e pardas, conforme o quesito cor ou raça usado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou que adotam autodefinição análoga”.

superarem as exportações nacionais, e ainda existia uma pressão britânica para a abolição do tráfico de escravos (1850) que fornecia mão-de-obra barata para o país.

A grande questão na interrupção do tráfico e consequentemente da exploração de escravos era abrir mão do trabalho destes na produção, pois,

[...], com efeito, o engenho era uma complexa combinação de terra, técnica, equipamentos e capital a exigir considerável quantidade de braços. A começar a lavoura. Antes do plantio havia que derrubar a mata e prepará-la, ou seja, atear fogo aos restos de vegetação remanescente e resolver a terra com a enxada. Em seguida, o escravo deveria cuidar das ervas daninhas, o grande inimigo do canavial [...] A fabricação do açúcar envolvia uma série de operações demoradas e exaustivas, numa ordem sequencial que abrangia a moagem da cana, o cozimento, a purga, secagem e encaixotamento do produto final. [...] O engenho funcionava então 24 horas do dia, parando apenas algumas delas para limpeza dos equipamentos e revezando turmas de negros. [...] na mineração: constituiu a força de trabalho sobre a qual se assentou ali toda a atividade produtiva. [...] Era o negro que extraía o ouro dos córregos e do seio da terra, perfurava as galerias, lavava o cascalho, permanecendo horas a fio, quando não dias inteiros, com as pernas dentro d'água. [...] a lavoura de café. [...] abriam e fechavam covas. Limpavam, carpiam ou cortavam talhões. Os intervalos, antes que os cafeeiros criassem saias, recebiam culturas auxiliares. Na colheita, apanhavam o café dos galhos ou do chão [...] (QUEIROZ, 1993, 26-29).

Nesse contexto de disputas de projetos portugueses e britânicos é que o Brasil torna-se independente de Portugal e o Estado Nacional brasileiro começa a ser forjado, a partir da hegemonia dos proprietários de terras em articulação com setores da burguesia comercial que formavam a classe dominante da economia mercantil (FILHO, 2011). Porém, quase que subitamente, o país passa a submeter-se aos interesses econômicos da Inglaterra que nesse período pretendia expandir o mercado consumidor internacional.

Porém o Brasil tinha todas as suas atividades econômicas calcadas no trabalho escravo e era forçado agora a criar espaços para o trabalho assalariado (FURTADO, 2003). Para não perder poder e mesmo assim responder aos interesses de um sistema capitalista emergente, as classes dominantes apoiaram-se na formação de um Estado nacional baseado em uma ordem administrativa patrimonialista e burocrática, objetivando a dominação em nível regional e nacional (FILHO, 2011).

Nesse período, a concentração de capital que provém das plantações de café dará estabilidade à economia e beneficiará investimentos em transportes e manufaturas, como a do ferro que proporcionará a criação de um mercado de trabalhadores assalariados, sendo a gênese do proletariado industrial brasileiro

(SANTOS, 2012). Mas é importante ressaltar que essa manufatura coexistia com o trabalho escravo, que mesmo sofrendo os impactos da abolição do tráfico negreiro, ainda existia como forma de trabalho no país.

Nesse ínterim a questão social se faz evidente, pois conforme Ianni (2004),

É claro que durante a vigência do regime de trabalho escravo havia uma questão social. O escravo era expropriado no produto do seu trabalho e na sua pessoa. Nem sequer podia dispor de si. [...] Não se abria nenhuma possibilidade de negociação. A questão social estava posta de modo aberto, transparente (p. 88).

Torna-se um problema para a produtividade a “escassez” de mão-de-obra por causa das pressões inglesas pelo fim do tráfico. O próprio desmonte do sistema escravocrata com a abolição em 1888 interfere na continuidade do trabalho nas lavouras de café. De acordo com Santos (2012), a partir desse marco temporal começa uma forte política de imigração de mão-de-obra europeia para o Brasil, que vai impor uma uniformização do regime de trabalho assalariado, contrapondo-se ao antigo regime que passa a ser antieconômico.

A abolição da escravatura não melhorou a condição de vida do negro. A posição política a favor da imigração e as raras oportunidades de trabalho digno ao ex-escravo, auxiliaram na profunda desigualdade social da população negra, fruto consideravelmente de preconceitos (SANTOS, 2012). A situação era tal que segundo Florestan Fernandes,

A desagregação do regime escravocrata e senhorial se operou, no Brasil, sem que se cercasse a destituição dos antigos agentes de trabalho escravo de assistência e garantias que os protegessem na transição para o sistema de trabalho livre. Os senhores foram eximidos da responsabilidade pela manutenção e segurança dos libertos, sem que o Estado, a Igreja ou outra qualquer instituição assumissem encargos especiais, que tivessem por objeto prepará-los para o novo regime de organização da vida e do trabalho. O liberto viu-se convertido, sumária e abruptamente, em senhor de si mesmo, tornando-se responsável por sua pessoa e por seus dependentes, embora não dispusesse de meios materiais [...] para realizar essa proeza nos quadros de uma economia competitiva (1978, p.15)

O sistema capitalista industrial quando já estruturado na Europa começa um processo reverso de desmonte do sistema escravista, pois precisava ampliar seus mercados, o que exigia o fim de certas prerrogativas do antigo sistema (SANTOS, 2012). A Independência do Brasil (1822) muda sua forma de inserção no sistema

econômico mundial, apesar de que não há uma relevante transformação na classe política que controlava as relações econômicas no país.

Nas protoformas da organização econômica brasileira, a área urbana era extremamente pobre, principalmente pelo fato de existir um predomínio absoluto da economia agrária, materializada na propriedade privada. Comércio e indústria estavam ligados necessariamente aos detentores de grandes propriedades rurais, transformando a classe agrária em principal classe política, mesmo depois com a urbanização das cidades (QUEIROZ, 1993).

Essa consolidação da classe agrária brasileira torna-se possível por meio da estruturação política patrimonial centrada na figura do senhor. A relação entre o público e a sociedade ocorre de forma assimétrica, pois os cidadãos não eram portadores de direitos, pois dependiam da benesse pública que era instituída a partir dos interesses do senhor (ARAÚJO; BARRETO; HEILBORN, 2010).

A “questão social”, formada a partir deste caráter excludente, elitista e patrimonialista, estava expressa na opressão vivenciada pelos não detentores de propriedade privada. Forjou-se a noção da legitimidade da existência de um segmento excluído da participação na vida social e oficial do país, ou seja, excluída do corpo de direitos, formando uma população pauperizada que possuía raça, etnia, gênero e localização.

Um fator que contribuiu significativamente para reforçar essa exclusão durante o período do Império (1822 a 1889) foi a adoção da *Lei de Terras*¹⁷ em 1850, que ratificou a posse de terras prevista anteriormente na legislação portuguesa, entregando a propriedade da terra aos senhores “sesmeiros”, em detrimento da população que vivia e trabalhava da terra (ARAÚJO; BARRETO; HEILBORN, 2010). Esta lei, seguindo a lógica do capital, determinava a concentração e apropriação por parte da elite dos meios materiais de subsistência da maioria da população, no caso a terra.

¹⁷ A Lei de Terras, como ficou conhecida a lei nº 601 de 18 de setembro de 1850, foi a primeira iniciativa no sentido de organizar a propriedade privada no Brasil. Até então, não havia nenhum documento que regulamentasse a posse de terras e com as modificações sociais e econômicas pelas quais passava o país, o governo se viu pressionado a organizar esta questão. Foi aprovada no mesmo ano a lei Euzébio de Queirós, que previa o fim do tráfico negreiro e sinalizava a abolição da escravidão no Brasil. Grandes fazendeiros e políticos latifundiários se anteciparam a fim de impedir que negros pudessem também se tornar donos de terras (THEODORO, 2008, p.33).

Assim como a lei de terras representou a garantia da posse aos senhores, a Abolição da Escravatura, que ocorre oficialmente em 1888, não representou para a parcela da população negra a sua inserção como sujeitos de direitos na vida política e social do país, pois foram relegados à exclusão social. Concomitante a esse processo, o Estado brasileiro financiou a imigração de mão-de-obra europeia para substituir o trabalho servil e “*branquear*”¹⁸ o país.

Seguindo essa lógica do capital, essa estratégia resulta, segundo Araújo; Barreto; Heilborn (2010, p.23) na,

[...] criação de um expressivo excedente de força de trabalho, fazendo com que a maior parte do contingente de ex-escravos/as, livres e libertos/as, viesse engrossar as fileiras dos/as desempregados/as, dos/as subempregados/as e dos/as trabalhadores/as informais.

Esse fato histórico é determinante na estruturação das desigualdades sociais e na concentração de renda do país. Em relação aos recém libertos, o Brasil não estruturou políticas públicas específicas de inclusão, ao contrário preferiu tratar com descaso esse contingente populacional. No entanto, esses processos sociais não são aceitos passivamente pela população negra, afinal é uma expressão da “questão social” que tem seus desdobramentos políticos, pois a pressão da massa marginalizada, em diferentes momentos, pressionará a elite por direitos, como por exemplo, o fim do regime escravista.

Nesta época ocorreram ainda os movimentos de revolta e resistência contra as situações de opressão, como a “Cabanagem”, movimento de radicalização que acontece de 1835 a 1840, e que se destaca como primeira revolta em que a população pobre toma o poder e proclama a secessão do Império do Brasil na forma de República.

A Revolta dos Malês, ocorrida na Bahia em 1835 se mostra como outro importante movimento de resistência da população negra. Neste episódio os/as

¹⁸ No final do século XIX, acontece a disseminação da política de branqueamento do país, pois a elite havia adotado “teses científicas” de eugenia racial para defender o branqueamento da população como fator necessário para o desenvolvimento econômico e social do país. A Elite branca da época apoiou, pois considerou como certo que o país não se desenvolveria, tendo em vista que a maioria da população era composta por negros e mestiços. Havia também o conceito de que a ‘raça’ branca era superior a outras ‘raças’, considerado o negro e o índio como ‘sub-raças’. Disponível em: <<http://asociologystudent.wordpress.com/tag/politica-de-branqueamento-brasileiro>>. Acesso em: 13/11/2013.

escravos/as e libertos/as se revoltaram contra a elite branca e foram violentamente reprimidos. Tinham como bandeira *“uma Bahia só de africanos”*¹⁹.

Outro importante movimento de resistência foi a Quilombagem, extremamente representativa das lutas sociais e do embate de classes da época. Possuiu importância não só pela quantidade, mas por sua continuidade histórica. A Quilombagem é um movimento emancipacionista que antecede, em muito, o movimento liberal abolicionista.

Moura (1989, p. 22) explica que a quilombagem é um,

[...] movimento de rebeldia permanente organizado e dirigido pelos próprios escravos que se verificou durante o escravismo em todo território nacional. Movimento de mudança social provocado, ele foi uma força de desgaste significativa ao sistema escravista, solapou as suas bases em diversos níveis - econômico, social e militar - e influiu poderosamente para que esse tipo de trabalho entrasse em crise e fosse substituído pelo trabalho livre.

Com o advento da República ocorrem algumas mudanças de orientações políticas, mas as orientações econômicas permanecerem inalteradas. Nesse período a política econômica se baseava no aumento das exportações e manipulação da taxa de câmbio a depender da pressão internacional, sempre visando a manutenção dos lucros dos produtores nacionais, importadores e empresas multinacionais que iniciavam seus investimentos no Brasil (FRANCO, 1992).

No campo econômico pode-se afirmar que durante o período da Primeira República ou República Velha, que vai de 1889 a 1930, a economia brasileira esteve à mercê das mudanças na economia internacional, que se baseava no padrão ouro, e estava ligada aos interesses dos produtores de café. A República Velha se estruturou a partir da *“política de valorização”*²⁰, que marca a economia cafeeira agroexportadora. Ressalte-se que o capital internacional era o principal financiador dessa política e, com a crise de 1929, tornou-se impossível obter crédito no exterior e manter os preços elevados (SANTOS, 2012).

Nesse momento o país se consolida no mercado mundial como agroexportador, produtor de matérias primas, adequando-se a uma nova divisão

¹⁹ A maioria da população negra do país se encontra nos Estados da região Nordeste, principalmente na Bahia, onde 17,1% se autodeclararam negros (2,4 milhões de pessoas), segundo o Censo do IBGE, 2010. Também na Bahia se encontra a maior população negra fora da África do mundo.

²⁰ Segundo Santos (2002, p. 68), a política de valorização do café consistia na elevação artificial do preço do café através da compra de grandes quantidades que tinham seu ingresso racionado no mercado, fazendo parecer que havia escassez do produto, quando, na verdade, acumulavam-se imensos estoques que, a partir de 1925, foram sendo sistematicamente destruídos.

internacional do trabalho que favorecia os mercados dos países industriais e definia as relações de trabalho baseadas na extrema exploração da força de trabalho no interior da grande propriedade como forma de assegurar baixos custos de produção.

No campo jurídico-político é importante notar que, de forma contraditória e no afã positivista, a Constituição de 1891 é promulgada e relega a proposta de universalização da educação básica, que incluiria mestiços/as e negros/as, ao mesmo tempo que priorizou a educação universitária dos/as filhos/as da elite nacional, criando as universidades de engenharia, direito e medicina (ARAÚJO; BARRETO; HEILBORN, 2010). Essa elitização da educação representou mais uma particularidade da “questão social” no Brasil e se constitui em uma dívida estrutural da história nacional que ainda hoje tem forte reflexo na vida social do país.

A exploração da força de trabalho em contradição ao grande capital formado pela apropriação da riqueza socialmente produzida se reflete na forma como é tratada a “questão social” no período oligárquico, ou seja, como “caso de polícia”. Os conflitos desencadeados ao longo da República Velha passam a ser reconhecidos como parte de uma questão social que a princípio é tratada com repressão das autoridades e da classe dominante (IANNI, 2004).

Antes de 1930, a “questão social” não aparecia no discurso político dominante. Não porque não existisse, mas porque não tinha condições de se impor como questão inscrita no pensamento dominante.

A “questão social” emerge como um problema no Brasil no quadro do processo de industrialização e implantação do modo de produção capitalista e do surgimento do operariado e da fração industrial da burguesia. O início do processo de industrialização se dá antes de 1930, mas só adquire dinamismo a partir daí. Ou seja, a “questão social” aparece como expressão concreta das contradições entre o capital e o trabalho, entre empresariado industrial e operariado, no interior do processo de industrialização capitalista e já não podia mais ser combatida apenas sub-repticiamente como caso de polícia (CERQUEIRA FILHO, 1982).

O crescimento do mercado em função da limitação da capacidade brasileira de importar, tanto pelas crises internacionais do capitalismo, sobretudo a de 1929, quanto pelos estímulos governamentais, principalmente a partir da chamada Revolução de 1930, prepararão o terreno para a continuidade do processo de

industrialização, baseado no padrão de substituição de importações. Com efeito, deste fato não resultará somente a expansão da produção industrial, mas também o crescimento da classe operária e o surgimento de novas contradições (CERQUEIRA FILHO, 1982).

As bases sociais de apoio a uma República de teor oligárquico, como era o caso da República brasileira no início do século XX, estavam ruindo com o crescente processo de urbanização que diversificava os estratos sociais e também a produção econômica, impulsionada durante e após a primeira guerra mundial.

É nesse período que ocorrem as primeiras greves do país, influenciadas pelas ideologias trazidas pelos trabalhadores imigrantes que compõe a nova classe operária, entre elas o anarcossindicalismo e o comunismo marxista, que a partir dos movimentos anarquistas e em ruptura com estes, vai organizar o Partido Comunista do Brasil - PCB em 1922, representando a insatisfação com as situações de pobreza e exclusão social da maioria dos brasileiros.

Essa é a nova realidade sociopolítica do país, representada por integrantes de setores médios não integrantes da tradicional elite latifundiária/coronelística a contestar o velho paradigma do Brasil como país inferior, que passa a ser visto como uma nação de pleno direito, com perspectivas de se modernizar e se industrializar. Resultante desse processo em curso, surge também o tenentismo, rebelião dos 18 do Forte de Copacabana, em 1922 e a Coluna Prestes em 1924. Também nesse período acontece a “Revolução de 1930”, que insere o Brasil, plenamente, na contemporaneidade e na sociedade capitalista (ARAÚJO; BARRETO; HEILBORN, 2010).

A “Revolução de 1930” depõe o então presidente Washington Luís e dá posse a Getúlio Vargas, expressando a insatisfação de setores da burguesia agrária em aliança com a classe média e demais profissionais liberais, cuja ascensão social estava ligada diretamente aos empregos criados com o processo de urbanização decorrente da economia agroexportadora e do crescimento da burocracia estatal (SANTOS, 2012). Esta “Revolução” se constitui em um compromisso entre alguns setores da velha elite latifundiária, discriminados pelo governo da República Velha, e os novos setores dinâmicos da sociedade industrial e urbana.

O Período Getulista (1930-1945) transforma o país em uma nação industrial e por isso sua importância para a história econômica do Brasil, uma vez que consolida o processo de substituição de importações, dando início à segunda fase da constituição do capitalismo brasileiro, também chamada de industrialização restringida, iniciada por volta de 1933 até 1955.

Apesar disso, a política industrialista de Getúlio Vargas não deve, entretanto, fazer imaginar que este rompeu subitamente com os interesses da burguesia agrária, posto que a política de valorização do café continuasse sendo implementada até 1944, ao mesmo tempo em que a manutenção, até 1953, de uma política cambial que desvalorizava a moeda brasileira, associada à política de valorização do café foi um dos fatores que impulsionaram a indústria de bens de capital e a política de substituição de importações (FURTADO, 2003).

A dinâmica da acumulação passa a se assentar na expansão industrial e concorre para este fato uma série de fatores relacionados à crise capitalista mundial de 1929, que vai se prolongar até a Segunda Guerra Mundial, bem como uma deliberada política nacionalista que dará início ao desenvolvimento de setores importantes da indústria de base. Esta política vai ser financiada com empréstimos externos que apareciam como a única alternativa para levantar as imensas somas de capital necessárias à aquisição de uma tecnologia internacionalmente monopolizada.

Getúlio Vargas implementa, do ponto de vista político, a centralização do poder como marca de seu governo, implanta um “governo forte” e inaugura um discurso nacionalista, buscando transferir para si as bases de poder arraigadas nos regionalismos. Ao mesmo tempo em que o populismo começa a formar-se com as medidas de legislação social e do trabalho, também se consolida a política intervencionista de investimento direto na industrialização (SANTOS, 2012).

A complexidade de forças políticas e interesses a administrar no interior deste Estado centralizado e intervencionista, somada à incapacidade hegemônica das classes resulta no processo de autonomização do Estado, que tinha seu sentido, grau de liberdade e limites determinados pela luta política refletindo-se na estrutura burocrático-administrativa deste.

Segundo Draibe (1985, p.43),

[...] a autonomia do Estado [...] adquiriu expressão material na medida em que cresceu, através de órgãos, sua capacidade regulatória e intervencionista. Por outro lado, o mecanismo político de reprodução da autonomia do estado manifesta-se exatamente na sua capacidade de atendimento - através de suas políticas - de interesses múltiplos, heterogêneos, ao 'reequilibrar', dentro de suas estruturas, interesses tendencialmente desequilibrados.

Decorrente dessa autonomização, o Estado passa a ser o agente econômico por excelência na medida em que é no âmbito de seu papel dirigente que se conforma uma unidade entre os diferentes interesses, traduzida nos projetos econômicos e sociais propostos como “políticas do Estado” e “para toda nação”. Exemplo disso é o surgimento das “empresas públicas” e das “sociedades de economia mista”, que concentrou os investimentos iniciais básicos da indústria de base (SANTOS, 2012).

A partir de 1930 ocorrem mudanças em relação às respostas estatais para a “questão social”, afinal o período getulista representa um marco em relação às medidas de legislação sobre o trabalho, possuindo então um perfil diferenciado que esta legislação vai assumir como resposta à “questão social”.

Segundo Santos (2012, p. 75), com a Constituição de 1934, o Estado tanto preservaria os direitos sociais, quanto regularia os contratos de trabalho (com a carteira de trabalho), as profissões e os sindicatos, através do Ministério do Trabalho. Essas características ficariam conhecidas, juntamente com o “controle ideológico” do governo sobre os sindicatos, como corporativismo sindical.

Getúlio Vargas buscava capitalizar para si o prestígio da promulgação dessa legislação que o faria entrar para a história como o “pai dos pobres”. Em relação à política educacional há também significativas mudanças nesse período, pois, investiu-se nos três níveis de ensino, mas com foco na estruturação do nível secundário, que antes era incipiente e passa a contar com uma política profissionalizante no intuito de qualificar mão-de-obra para as indústrias em expansão (FAUSTO, 1997).

A queda de Getúlio Vargas não representou o fim de sua ideologia, pelo contrário, segundo Santos (2012, p. 79), a presença do populismo como ideologia de Estado, garantindo a transição da hegemonia da burguesia cafeeira para a burguesia industrial se revela no nível do discurso das classes dominantes em que a

“questão social” continua a ocupar lugar de destaque e no desenho constitucional do país estabelecido em 1946.

Soma-se a esse contexto que as condições de vida da maioria da população começam a se deteriorar visivelmente, especialmente nos centros urbanos onde se proliferaram habitações sem as mínimas condições de higiene e conforto, restando para os trabalhadores como opção os morros e os subúrbios.

Após o suicídio de Getúlio Vargas em 1954, seu vice João Café Filho assume e realiza as eleições de 1955 na qual é eleito Juscelino Kubitschek, tendo João Goulart como vice. O governo JK se fez sob a base de uma política econômica nacional-desenvolvimentista que consistiu na combinação de uma forte intervenção estatal em áreas estratégicas (transportes, energia e comunicação), como incentivo direto à industrialização nacional e atração do capital estrangeiro com concessão de expressivas facilidades fiscais (SANTOS, 2012).

Nesse período, o governo JK elabora o chamado Plano de Metas, que elencava as principais áreas a receber recursos, visando o desenvolvimento. O avanço nas metas anteriormente previstas foi possível graças aos investimentos advindos do setor público nas áreas de eletricidade, transporte, alimentação, indústria de base e educação. Os objetivos do Plano de Metas, exceto nas áreas de produção de alimentos e educação, foram cumpridos de 1957 a 1961 (ARAÚJO; BARRETO; HEILBORN, 2010).

Esse projeto de desenvolvimento foi financiado por meio do aumento dos gastos públicos e da emissão de moeda, realizada de forma exagerada e descolada do crescimento da base produtiva, gerando inflação e desvalorização da moeda nacional, o que acabou por ampliar a dívida brasileira em dólares, criando um círculo vicioso.

Este ciclo resultava em mais inflação, desvalorizando os salários, gerando movimentos e greves contra a chamada “*carestia*”²¹ no final do governo JK. Tal quadro passou a afetar o crescimento econômico no final desse governo.

Segundo Araújo; Barreto; Heilborn (2010, p.33),

O crescimento da economia, em média 7% no período, permitiu o aumento do padrão de vida das camadas médias, que passaram a ter acesso aos

²¹ Segundo Araújo; Barreto; Heilborn (2010, p. 35) *carestia* significa: “crise econômica e social, escassez de dinheiro para comprar alimentos, remédios e manter o mínimo de qualidade de vida”.

bens de consumo duráveis como geladeira, carro ou televisão. Esta situação também favoreceu um grande período de calma política e de garantias democráticas raras naquele momento histórico: as tentativas de golpe praticamente não existiram e as repressões política e social foram mínimas (...) esta é a fase da “bossa nova”.

Vale considerar que esse “progresso” escondia elementos preocupantes: a inflação e o endividamento do país, o agravamento da “questão social” pela exclusão dos trabalhadores deste processo, assim como a manutenção do pacto social com a elite latifundiária do país. Isso fez com que a terra continuasse concentrada e a miséria levasse os trabalhadores do campo a migrar para a cidade.

Nesse momento o mundo urbano passa a superar o campo em população e surgem os cinturões de favelas.

Para uma análise crítica deste contexto sócio-histórico e das particularidades a ele inerentes é preciso compreender, segundo Iamamoto (2009, p. 27) que,

[...] a ‘questão social’ deve ser apreendida, como o *conjunto* das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade.

Sucessivamente a JK, o governo de João Goulart ou Jango como também era conhecido representou uma tentativa de retomada da política do segundo governo de Getúlio Vargas: nacionalismo e distribuição de renda. Seu Plano Trienal visava realizar ações que corrigissem as disparidades sociais que o recente desenvolvimentismo havia gerado. Dentre outras medidas, propunha a reforma agrária e imposto progressivo. Também buscou implementar as chamadas reformas de base, que visavam a nacionalização de empresas e restrição ao capital estrangeiro.

As propostas apresentadas pelo governo Jango leva a um aumento da agitação e tensão social. Em contrapartida, começa a se realizar um processo muito intenso de oposição por parte das elites empresariais, da grande imprensa e de setores das camadas médias temerosos da implantação de uma república sindicalista.

Conforme Fausto (1997), muito embora fosse fácil identificar que tais medidas não visavam à implantação do socialismo - como o acusaram as forças que o interromperam para instalar a ditadura militar em 1964 - o simples fato de

pretenderem mexer na estrutura distributiva de renda para atenuar as desigualdades, impediram sua concretização. Ademais, o período é marcado por uma intensificação das lutas sociais que já vinham de períodos anteriores, comandados por estudantes, movimentos católicos de esquerda e pelas ligas camponesas.

Em 13 de março de 1964, João Goulart realiza grande comício na Central do Brasil para anunciar as reformas de base. Uma semana depois, os setores reacionários e de direita (militares, igreja e empresários) organizam a Marcha da Família com Deus pela liberdade. Em 31 de março, os militares aplicam o golpe, tomando o poder e, interrompendo, assim, o crescimento das organizações sociais e uma possível realização da cidadania (ARAÚJO; BARRETO; HEILBORN, 2010).

Na época da ditadura militar o Estado direcionou o desenvolvimento econômico e social do país através do planejamento econômico, possibilitando o chamado “Milagre Econômico”. Mas apesar de o país ter crescido a taxas superiores a 15% anuais, o quadro social não sofreu grandes alterações e as cidades continuaram inchadas com grande concentração de pobreza.

Segundo Nogueira (2004, p.18), se em 1960 os 50% mais pobres da população dispunham de 17% da renda nacional, em 1980 essa porcentagem havia diminuído para 12%, ao passo que os 10% mais ricos aumentaram sua participação de 39% para 50% no mesmo período.

O Estado desenvolvimentista implantado pelos militares tinha como perspectiva implícita de que o crescimento econômico por si só era capaz de alterar o quadro social. Isso não ocorreu de fato, pois o próprio crescimento acelerado começou a se arrefecer no final dos anos 1970, com a segunda crise do petróleo²². Já na década

²² No começo da década de 1970, as nações produtoras de petróleo começaram a regular o escoamento da produção petrolífera por conta de sua natureza não renovável. Como consequência, em 1973, o valor do barril mais que triplicou em um curto período de três meses. Nessa mesma época, a crise entre os produtores orientais e o bloco capitalista piorou com o estouro da Guerra do Yom Kippur. Esse foi um dos vários conflitos entre árabes e judeus envolvendo os territórios da Palestina. Discordando da ofensiva judaica, as nações árabes vizinhas, produtoras de petróleo, organizaram um boicote contra toda a nação que apoiasse a causa dos israelenses. Não suportando a elevação do barril para a casa dos US\$ 40,00, vários países abandonaram a guerra. Outra crise de grandes proporções também aconteceu no ano de 1979, quando os iranianos organizaram a deposição do ditador Xá Reza Pahlevi. Com a sua saída do poder, o cenário político do Irã foi controlado pelos xiitas apoiadores do aiatolá Khomeini. Até a organização do setor petrolífero desta nação, o barril de petróleo atingiu o estratosférico preço de US\$ 80,00. Somente na

de 1980, o Brasil juntamente com outros países do mundo, é afetado pela crise econômica mundial.

As particularidades da “questão social” deste período se expressam na grande parcela da população que se encontrava em condição de pobreza e de miséria, sem acesso à educação, à saúde e a serviços públicos básicos. Resultante desse modelo de abertura ao capital estrangeiro e sua associação ao capital nacional, que teve como base a exploração intensa da mão de obra nacional, que só foi viável em função do altíssimo nível que atingiu a repressão social (ARAÚJO; BARRETO; HEILBORN, 2010).

Nessa fase ocorreram intervenções nos sindicatos, proibição de entidades sociais e populares e repressão a todo e qualquer movimento reivindicatório, bem como houve a eliminação (institucional e física) da oposição política, por meio do fechamento de partidos, da censura aos meios de comunicação, prisões, torturas e desaparecimentos como meio de repressão.

A redemocratização em 1985 acontece por meio da chamada “abertura gradual e segura”, com a anistia, a legalização dos partidos em 1979 (no caso dos partidos comunistas somente em 1985), e a eleição de Tancredo Neves e José Sarney em 1985 pelo colégio eleitoral. Os setores populares e democráticos atingidos pelo golpe reagiram através de várias ações, desde as guerrilhas organizadas às mobilizações populares e sindicais, como as Greves do ABC em 1979.

Estas ações, associadas à crise internacional decorrente do choque do petróleo e a crise da dívida externa brasileira, deram bases para a retomada da democracia, que se realizou graças a uma enorme mobilização de forças da sociedade brasileira, sintetizada no movimento pelas “Diretas Já”, promovendo enormes manifestações em todo o país (ARAÚJO; BARRETO; HEILBORN, 2010).

O processo constituinte foi uma tentativa de confluir as demandas sociais decorrente da dívida social histórica para com os diversos grupos vulnerabilizados do país. A promulgação da Constituição de 1988 refletiu a ação efetiva dos movimentos sociais, entre eles o movimento negro, em busca de espaço no cenário

político brasileiro, revelando as expressões da “questão social” até então relegadas do plano institucional.

No contexto mundial dos anos 1980 e 1990 do século XX, acontecia a desregulamentação da movimentação financeira do capital, contraditoriamente, ao aumento da intervenção do Estado para estabilizar o mercado e controlar as crises dos sistemas financeiros e das empresas, utilizando-se de recursos oriundos de diversas fontes, como o fundo público e em especial dos contribuintes de baixa renda (IAMAMOTO, 2011). Assim, os Estados passam a intervir a favor do grande capital financeiro.

Ainda segundo Iamamoto, o capital internacionalizado produz, dessa forma, a concentração da riqueza em um pólo social e, noutro, a polarização da pobreza e miséria, potencializando exponencialmente a lei geral da acumulação capitalista, em que se sustenta a “questão social”. A crise do início dos anos 1970 marcou essa mudança do papel do Estado, resultando em uma tentativa incipiente de reanimação monetária do capital, em que a manutenção do quadro recessivo força a reestruturação do capital.

Os esforços do capital na retomada das taxas de lucro nos anos 1980 tiveram impacto crucial no Brasil, cujos mecanismos de ação passaram por: eliminação, absorção ou redução de pequenas empresas; introdução de técnicas de produção mais avançadas; redução da produção de produtos com demanda em estagnação e aumento daqueles com maior procura; racionalização de custos com matérias primas, energia, força de trabalho e emprego de capital fixo; crescimento da velocidade de circulação do capital; intensificação dos processos de trabalho, no sentido de aumentar de maneira mais durável a taxa de *mais valia relativa* (BEHRING; BOSCHETTI, 2010).

Como consequência desse processo que se baseia na doutrina neoliberal, que surge como saída para o capital em crise, emerge o agravamento da exploração e das desigualdades sociais dela indissociáveis, bem como o crescimento da exclusão do acesso aos mercados por parte de grandes contingentes populacionais, já que estes não conseguem mais transformar suas necessidades sociais em demandas monetárias (IAMAMOTO, 2011). A classe que necessita de trabalho para sobreviver é a mais afetada pelas políticas de cunho neoliberal.

Importante ressaltar que as finanças relacionadas às dívidas públicas e do mercado acionário das empresas se apóiam na decisão política dos Estados e no suporte das políticas fiscais e monetárias. Elas encontram-se enraizadas na redução do padrão de vida do conjunto dos trabalhadores, que ocorre pela privatização do Estado, desmonte das políticas públicas, mercantilização dos serviços, flexibilização da legislação trabalhista e reestruturação produtiva por meio da imposição da redução dos custos empresariais (com ênfase na redução dos custos do “fator trabalho”) elevação das taxas de exploração, que resultam no aumento da *mais-valia* para o capitalista (IAMAMOTO, 2011).

Essas medidas adotadas sob a égide do neoliberalismo tiveram resultados devastadores sobre a vida da classe trabalhadora, tais como o aumento do desemprego, destruição de postos de trabalhos, redução dos salários devido ao aumento da oferta de mão-de-obra e redução de gastos com políticas sociais. Esse processo afetará de forma contundente o Brasil, as radicais mudanças nas relações Estado/sociedade civil, orientadas pelas diretrizes neoliberais do “Consenso de Whashintgon”²³, que estabelecem políticas de ajuste em nome da chamada crise fiscal do Estado, que resultam não só na generalização da privatização da coisa pública, mas impacta diretamente nas formas de sociabilidade, atingindo as formas culturais, a subjetividade, as identidades coletivas e estimulando desesperanças (IAMAMOTO, 2011).

Conforme Iamamoto, durante o governo Fernando Henrique Cardoso, entre os anos de 1995 a 2003, segundo dados oficiais do IPEA (2005), tem-se que o crescimento da taxa de desemprego, saltou de 6,2% para 10%. Considerando os índices do IBGE, houve um aumento da informalidade de 44,7% para 45,5% no mesmo período e uma brutal queda da renda média real dos trabalhadores de 15% em oito anos, entre 1996 e 2002. No que se refere à remuneração, pelos dados de 2003, os homens auferem remuneração em média 60% maior que as mulheres e a dos brancos é 100% superior a dos negros.

²³ A expressão Consenso de Washington criada em 1990, significava uma espécie de denominador comum de recomendações de políticas econômicas que estavam sendo cogitadas pelas instituições financeiras baseadas em Washington D.C. e que deveriam ser aplicadas nos países da América Latina, tais como eram suas economias em 1989. Desde então a expressão é usada para abrigar todo um elenco de medidas promovidas pela política oficial do Fundo Monetário Internacional em 1990 e para promover o “ajustamento macroeconômico” dos países em desenvolvimento que passavam por dificuldades (ARAÚJO; BARRETO; HEILBORN, 2010, p. 41).

Ainda segundo a autora, a renda *per capita* média domiciliar, em 2003, de R\$ 360,50, equivalente a um salário mínimo e meio encobre disparidades regionais, de etnia, de gênero, além do recorte rural-urbano, onde os negros correspondem a 66% dos pobres, somando-se a este quadro o analfabetismo, a precariedade da educação, as elevadas taxas de mortalidade infantil, materna e a mortalidade por causa externas, especialmente a violência e as questões de segurança (homicídios, crime organizado, precariedade do sistema de segurança e justiça criminal, entre outros) (IAMAMOTO, 2011).

A debilidade histórica da democracia no Brasil, com as tradições político-econômicas e socioculturais que passam a ter a partir da Constituição de 1988 uma perspectiva da construção de um padrão público universal de proteção social, coloca-se em um quadro de grande complexidade na implementação dos direitos sociais, conforme previsto no artigo 6º da CF, que institui como direitos a educação, saúde, trabalho, moradia, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade e à infância e a assistência social, visto que tais direitos não se materializam efetivamente, principalmente quando se faz uma análise com recorte racial e de gênero.

CAPÍTULO 2: QUESTÃO SOCIAL versus QUESTÃO RACIAL: uma aproximação necessária?

A formação do capitalismo no Brasil teve por particularidade bem mais do que a formação de classes sociais distintas por sua condição material, pois representou por consequência também um sistema de discriminação e exclusão baseadas na cor da pele.

A questão racial marca a fase colonial como um elemento estruturante na exclusão dos negros da sociedade e do quadro de direitos, constituindo-se como uma expressão da questão social que permanece latente até os dias atuais.

Florestan Fernandes (1989, p.75) já afirmava que “na desigualdade existem os mais desiguais; a desigualdade racial é uma das desigualdades estruturais da sociedade brasileira”. Portanto, a aproximação entre questão social e questão racial contribui como importante ferramenta na apreensão crítica das relações sociais e suas múltiplas dimensões.

Diante do quadro de expropriação da classe trabalhadora e de níveis alarmantes de desigualdades sociais, vê-se que a condição étnico-racial funciona como um importante mecanismo de seleção para o acesso a direitos (ROCHA, 2009). Na sociedade capitalista os direitos sociais estão associados ao trabalho, dessa forma, a questão racial exclui o negro das oportunidade de acesso a empregos que lhe garantam o mínimo de dignidade, posto que o trabalho é central na maneira como os homens se organizam para produzir e reproduzir socialmente.

A configuração da sociedade capitalista enraíza as expressões da “questão social” como inerentes a esse modo de produção e de organização social, naturalizando a existência de um nível de desigualdade²⁴, tornando-o socialmente aceito, mantendo assim, seu poder ideologicamente legitimado e o status privilegiado da classe dominante.

²⁴ Conforme Guimarães (1999, p.30), “[...] há diversas maneiras de naturalizar as hierarquias sociais. O termo “natural”, empregado em sentido amplo, significa uma ordem a-histórica ou trans-histórica, isenta de interesses contingentes e particulares, representando apenas atributos gerais da espécie humana ou das divindades. A ordem natural presumida [...] pode ter uma justificativa teológica (origem divina); científica (endodeterminada); ou cultural (necessidade histórica a exemplo do evolucionismo [...]) em todos os casos, quando essa ordem natural delimita as distâncias sociais assiste-se a sistemas de hierarquização rígidos e inescapáveis”.

Portanto, a luta de classes, presente em toda a história da humanidade, pressupõe a existência de uma estrutura de classes e estratificação social, e nessa dinâmica estão inseridos complexos elementos ideológicos que participam da determinação da posição de classe (MARX e ENGELS, 2012). Dessa forma, o racismo se insere como construção ideológica incorporada e realizada por um conjunto de práticas materiais de discriminação racial, determinando a posição dos não-brancos nas relações de produção e distribuição das riquezas socialmente produzidas.

Classe e raça estão articuladas em um sistema no qual as desigualdades estruturais são inerentes à sua formação e consolidação, posto que a construção ideológica de raça é um elemento chave para entender a formação das classes, já que as minorias raciais não estão fora da estrutura de classes nas sociedades capitalistas multirraciais, possuindo como determinante primário o racismo para definições de “lugares” nessas sociedades (HASENBALG, 1979).

Os elementos ideológicos como o racismo e o preconceito foram criados para subjugar as pessoas por pertencimento a determinada raça, formando as bases necessárias para a manutenção e polarização dentro da nova organização do trabalho. A classe dominante, branca, assimilou a lógica do capital sem abrir mão de antigas práticas racistas, que apesar de sofrerem transformações, eram totalmente compatíveis com o capitalismo,

[...] os componentes tradicionais das relações raciais não permanecem intactos após destruição do escravismo. As ‘sobrevivências’ do antigo regime são elaboradas e transformadas dentro da estrutura social modificada. A sociedade capitalista transforma o significado da raça como dimensão adscritiva dentro de um sistema de estratificação e mobilidade social em que a competição e atributos adquiridos são enfatizados. A sociedade capitalista de classe confere uma nova função ao preconceito e discriminação raciais: as práticas racistas, sejam ou não legalmente sancionadas, tendem a desqualificar os não-brancos da competição pelas posições mais almejadas que resultam do desenvolvimento capitalista e da diferenciação da estrutura de classes (HASENBALG, 1979, p.77).

A partir desta perspectiva, a subjugação do negro tem um objetivo primordial nesse sistema, que é perpetuar as diferenças entre classes sociais e estabelecer uma forma específica de sociabilidade, na qual o pertencimento étnico-racial determina o posicionamento assimétrico e desprivilegiado dos não-brancos na estrutura social. A raça, como atributo socialmente elaborado, representa o aspecto

subordinado da reprodução das classes, ou seja, é parte da reprodução e distribuição dos agentes nas classes (HASENBALG, 1979).

Portanto, o “lugar do negro” é uma expressão autêntica da questão social, que se constrói na contradição entre capital/trabalho fundamentado em preconceitos e discriminações e na hierarquização social. Para o negro essa classificação é marcante, pois por muito tempo lhe foi negado o acesso aos meios materiais de subsistência, forçando-os a situações de superexploração em subempregos que criaram no imaginário social um sentimento de subalternidade referente ao “lugar do negro”, afinal a formação de uma mão-de-obra para o trabalho livre não gerou a emancipação dessa população (HASENBALG, 1979).

O movimento negro brasileiro, em sua configuração moderna, surgiu no início do século XX, quando emerge na cena pública os primeiros protestos contra o preconceito de cor. Nesse período, apareceram as primeiras formas de atuação antirracistas mais próximas daquilo que conhecemos hoje, ou seja, o enfrentamento público das manifestações preconceituosas daqueles que impediam os descendentes de africanos a exercerem seus direitos sociais, políticos e civis. O grande desafio enfrentado por esse ativismo político foi a contradição instituída no processo de modernização brasileira, pois a força de trabalho que contribuiu quatro séculos para a construção do Brasil passara a ser considerada desqualificada para o mercado de trabalho (ARAÚJO; BARRETO; HEILBORN, 2010).

A luta pelo reconhecimento de direitos por parte do movimento negro, em busca da emancipação representa avanços e retrocessos que expressam a questão social como dialeticamente relacionada à questão racial. Nesse aspecto, é importante destacar que não há uma hierarquia de importância entre classe, raça e gênero, mas sim uma ligação estrutural e dinâmica entre todas elas, mostrando a complexidade posta dentro das formas de produção e reprodução das relações sociais no capitalismo que se pautam no patriarcado, no racismo e no sexismo.

Em nossos dias, quem separa o racismo da luta de classes tende ao desconhecimento, descaracterização e simplificação desses fenômenos. O racismo foi sempre uma manifestação especial da dominação. A dominação moderna combina racismo, patriarcalismo e luta de classes (GONÇALVES FILHO, 2007).

Considerando dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio - PNAD (2010), no Brasil, 51% da população é formada por negros, entretanto, apesar de alguns avanços, ainda existe uma grande desigualdade racial no país. Exemplo disso é que os negros representam apenas 20% dos brasileiros que ganham mais de dez salários mínimos e também representam apenas 20% dos brasileiros que chegam a fazer pós-graduação no país²⁵.

O acesso à educação é geralmente considerado como um dos principais fatores associados ao alcance de melhores oportunidades no mercado de trabalho e, conseqüentemente, um melhor rendimento. Para grande parte da população, o aumento da escolaridade é visto como o principal caminho de mobilidade social ascendente dos indivíduos (HERINGER, 2002). Nessa perspectiva, a oferta de educação para os negros continua em menores proporções se comparada com o acesso dos brancos.

Segundo estudos da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República - SAE (2012), no que se refere à precarização da educação, 13% dos negros com idade a partir de 15 anos ainda são analfabetos e, somando todas as raças, o total de pessoas que não sabem ler nem escrever no país chega a 10% da população.

O maior percentual de analfabetismo entre a população negra está registrado no Nordeste, 21%, seguido do Norte e do Sul, abaixo da média, cada um com 10%, seguidos da região Centro Oeste, 9% e do Sudeste, com 8%. Segundo os estudos coordenados pela subsecretaria de Ações Estratégicas da SAE, a maior concentração de negros analfabetos por faixa etária está registrada a partir de 65 anos, compondo 45% desse grupo em todo o País. No Nordeste esse percentual se agrava e 57% da população negra com idade a partir de 65 não sabem ler nem escrever. No Centro-Oeste, 43% da população negra com idade a partir de 65 anos são analfabetos. No Norte, 42%, no Sul, 39% e no Sudeste 33%²⁶.

Considerando todos os segmentos raciais no total do país, 31% das pessoas com 65 anos ou mais são analfabetos, incluídos os que se declaram negros. A maior

²⁵ Disponível em: http://www.ipea.gov.br/PDFs/politicas_sociais/bps_20_cap08.pdf acesso em 25/11/2013.

²⁶ Disponível em <http://www.sae.gov.br/site/?p=11130> acesso em 25/11/2013.

concentração está no Nordeste, onde 51% das pessoas nessa faixa etária não sabem ler, nem escrever.

Segundo estudo realizado pelo Dieese, em parceria com a Fundação Seade e o Ministério do Trabalho e Emprego (TEM), apesar de os índices relativos ao biênio 2011-2012 revelarem progresso em relação à maior ocupação dos negros, com taxas de queda no desemprego nas regiões metropolitanas pesquisadas, essa população segue tendo seu esforço produtivo menos reconhecido. Em média, suas remunerações por hora ficam limitadas a 63,9% do ganho-hora dos não negros.

A pesquisa englobou as regiões metropolitanas de Belo Horizonte, Fortaleza, Porto Alegre, Recife, Salvador e São Paulo. Dos negros ocupados no mercado, 27,3% não haviam concluído o ensino fundamental (que vai do 1º ao 9º ano) e apenas 11,8% concluíram o ensino superior. Entre a população não negra, 17,8% dos ocupados não terminaram o ensino fundamental e 23,4% formaram-se em uma faculdade. Este cenário se reflete nos ganhos salariais, apesar de não ser determinante para as desigualdades constatadas.

Esses dados demonstram que os negros, em todas as estruturas produtivas, estão em ocupação de menos prestígio, e mesmo quando têm maior escolaridade, estão em níveis mais precarizados. Os dados comprovam a presença da discriminação racial no mercado de trabalho (DIEESE, 2013).

Ainda segundo a pesquisa do Dieese, foi comprovado também que quanto maior o nível de escolaridade, a desigualdade entre a remuneração de negros e não negros aumenta. Por exemplo, na indústria de transformação, a desigualdade de rendimento por hora dos negros em relação aos não negros era de 18,4% no ensino fundamental incompleto e de 40,1% para aqueles com ensino superior completo. Ou seja, quanto maior o nível de escolaridade, maior a desigualdade salarial entre negros e não negros.

Esses dados mostram que a questão social, que se constitui na contradição entre capital e trabalho, carrega a expressão da questão racial por meio do racismo e impede a efetivação dos direitos sociais constitucionalmente previstos. A luta do movimento negro, que em 1996 marchava para exigir direitos e destinação de verbas públicas para o campo da educação, saúde, emprego entre outros,

demonstra que a população negra, maior consumidora dos serviços públicos, deseja e luta pelo acesso igualitário a esses serviços, assim como a população branca.

Quando o movimento negro ganha força e se institucionaliza em meados da década de 1970, reivindicando direitos, passam por um processo análogo ao que Karl Marx denomina como emancipação política em seu livro *“A Questão Judaica”*.

Marx considera que “a emancipação política representa um grande progresso, pois se caracteriza como a derradeira etapa da emancipação humana dentro do contexto do mundo atual”, pois segundo o autor esse é o estágio mais avançado que se pode alcançar, considerando os limites intrínsecos à uma sociedade baseada na exploração e desigualdade. Para Marx, é necessária uma “emancipação social” mais ampla, que só pode ser realizada na emancipação humana (WEFFORT, p. 237, 2008).

Essa emancipação política seria um processo de conquistas de direitos, pois no entendimento de Marx, só seria possível atingir a emancipação humana com a substituição do modo de produção capitalista por uma forma de associação na qual existam condições do livre desenvolvimento e movimento dos indivíduos sob o comando destes (BOTTMORE, 1993).

Dessa forma, a luta por acesso a direitos, empreendida pelo movimento negro, busca a emancipação política, porém se articulada com as lutas sociais organizadas da classe trabalhadora, possibilitaria a conquista da emancipação humana, pautada em uma sociabilidade realmente livre, justa, democrática e igualitária, independente de gênero, raça, classe, etc.

Sendo assim, é importante aproximar a questão social da questão racial, entendendo esta última como expressão real e concreta da primeira, mas com suas especificidades advindas do racismo e de mecanismos de discriminação racial vigentes no sistema capitalista. Por isso, identifica-se a necessidade de se contextualizar historicamente as categorias envolvidas nesse debate, como será realizado no tópico seguinte.

2.1. RAÇA, ETNIA, RACISMO, PRECONCEITO E DISCRIMINAÇÃO: uma discussão conceitual

Ao partimos da análise da questão racial como expressão da “questão social” devemos estabelecer conceitualmente o que entendemos pelas categorias de raça, etnia, racismo, preconceito e discriminação. A apreensão dessas categorias por parte do profissional de Serviço Social faz-se necessária para uma análise crítica das relações sociais.

A ideia de raça possui uma historicidade particular que se faz necessária para compreender o racismo. Podemos destacar que o campo semântico do conceito de raça é determinado pela estrutura global da sociedade e pelas relações de poder que a governam. Assim, os conceitos de negro, branco e mestiço não significam a mesma coisa nos Estados Unidos, no Brasil, na África do Sul, na Inglaterra e em outros países. Por isso que o conteúdo dessas palavras é etno-semântico, político-ideológico e não biológico, conforme apontado por Munanga (2003).

A noção de raça difere de outras noções essencialistas, como a de sexo, por exemplo, que apesar de também utilizar as mesmas práticas discricionárias e naturalizadoras do social, é diferente de ‘raça’ em dois sentidos, conforme destaca Guimarães,

[...] primeiro lugar, porque a noção de raça não se refere a nenhuma diferença física inequívoca, como ocorre com a noção biológica de sexo (cujas naturalidade, para ser suplantada, precisa da noção de gênero); segundo porque a noção de raça classifica os indivíduos segundo critérios ambíguos, mas justificados numa teoria específica, em que a ideia de ‘raça’ é central. [...] então cada racismo só pode ser compreendido a partir de sua própria história (1999, p.10).

O termo “raça” já significou antes do século XIX, por muito tempo, a constituição de determinados grupos de pessoas articuladas por uma origem comum, sendo empregado nas línguas européias a partir do início do século XVI (GUIMARÃES, 1999). Como ainda não se empregava a conotação biológica, alguns teóricos consideram que as teorias racialistas só surgiram a partir do século XIX, com o chamado *racismo científico*²⁷.

²⁷ Sobrepondo-se aos dogmas religiosos reinantes até então, as teorias raciais deram “status” científico às desigualdades entre os seres humanos e através do conceito de raça”

Nesse contexto histórico, as teorias “pseudocientíficas” racialistas do século XIX buscavam sistematizar as diferenças morfológicas (físicas) e hereditárias, por meio de uma teoria de hierarquização racial (biológica). Justificavam práticas de ódio racial, extermínio, segregações, bem como o incentivo a políticas *antiassimilacionistas*²⁸ e antimiscigenação, resultando em processos como o colonialismo, nazismo e apartheid.

Legitimados pela biologia, que era a grande ciência da época, os teóricos do *darwinismo social*²⁹, formadores das teorias do racismo científico, enfatizaram os atributos externos e fenótipos como critérios deterministas essenciais para julgar a moral e a capacidade de existência futura dos povos (SCHWARCZ, 2012), consideravam os não-brancos como inferiores e sujeitos à subjugação, tendo como resultado a intolerância da mistura racial e as práticas xenofóbicas e racistas.

A religião também teve influência marcante na construção de ideias sobre a raça, pois na história, desde quando os judeus eram discriminados no início do século XV na Europa, por divergirem como grupo religioso em relação ao cristianismo, foram considerados como uma raça diferente e perseguidos pela Igreja que não aceitava a mistura com o seu sangue (ARAÚJO; BARRETO; HEILBORN, 2010). A ideia de “sangue” é típica do racismo antissemita, diferentemente do racismo baseado apenas no fenótipo, que possui uma concepção que introduz o *determinismo hereditário*³⁰ como sustentação ideológica.

puderam classificar a humanidade, fazendo uso de sofisticadas taxonomias (GIAROLA, 2010) Disponível em: <http://www.historiaehistoria.com.br/materia>. Acesso em 25/11/2013.

²⁸ Assimilação é o processo social em virtude do qual indivíduos e grupos diferentes aceitam e adquirem padrões comportamentais, tradição, sentimentos e atitudes de outra parte. É um ajustamento interno e indício da integração sócio-cultural, ocorrendo principalmente nas populações que reúnem grupos diferentes. Em vez de apenas diminuir, pode terminar com o conflito. Disponível em: http://www.prof2000.pt/users/dicsoc/soc_a.html#assimilacao Acesso em 25/11/2013.

²⁹ As teorias que vieram a ser conhecidas por darwinismo social procuravam uma aplicação no mundo social das teorias darwinistas sobre adaptabilidade, sobrevivência e evolução das espécies, que na teoria original se restringia ao mundo natural. Ao contrário do que muitos pensam, não foi Darwin quem cunhou a ideia da “sobrevivência do mais forte” no sentido de um conflito entre espécies ou dentro de uma mesma espécie, foi o sociólogo inglês Herbet Spencer. (ARAÚJO; BARRETO; HEILBORN, 2010, p. 45).

³⁰ A respeito do *determinismo biológico ou hereditário*, erroneamente pensava-se que um indivíduo poderia ser determinado pela sua “raça”, indicando assim traços de sua personalidade, como sendo de origem biológica.

A Igreja pregava que havia um sangue “puro” de acordo com as teorias bíblicas do *monogenismo*³¹, que compartilhavam a tese de que a descendência humana provinha de Adão, seguindo a ordem do Velho Testamento. Não se referia a povos “pagãos” encontrados nas Américas, justificando sua existência do mesmo modo determinista, “domesticando” o índio como um ser ingênuo que necessitava de salvação para sua alma e reservando ao negro o castigo da maldição eterna de Noé³², no qual a escravidão estaria no destino dos povos africanos.

Outras hipóteses que surgiram para explicar a origem da raça humana são as *poligenistas*, segundo as quais a origem da humanidade partiu de diversos lugares, constituindo subespécies pelo mundo, baseado na classificação por “cor” que era critério básico da biologia. Nesse período, as teses do monogenismo e as poligenistas estavam em disputa, na corrida para solucionar o enigma do surgimento e das diferenças da humanidade (ARAÚJO; BARRETO; HEILBORN, 2010).

A tese que predominou foi a do monogenismo, principalmente porque as concepções poligenistas se fundiram a esta, concebendo a humanidade a partir das diferenças raciais que eram determinantes para justificar as desigualdades na moral (ética), na beleza (estética), na capacidade de progredir (perfectibilidade). Nesse contexto, ganhava força teorias de “degeneração da raça”, evidenciadas pelos termos que surgiram para designar a miscigenação entre indígenas e brancos, resultando em mestiço/*mameluco*, e entre negro e branco, igual a *mulato*, advindo da mula uma espécie infértil e inferior (ARAÚJO; BARRETO; HEILBORN, 2010).

Nesse conjunto de concepções, a ideia de raça e os fenômenos do racismo alimentam-se de fontes heterogêneas, forjadas em espaços distintos, não pertencendo a um processo linear, mas encontram superposições e concorrências. Considerando todos esses processos que ocorreram até a chegada do século XX, dois foram essenciais para a construção da raça e a emergência do racismo como fenômenos estruturantes da história.

³¹ Sistema antropológico que considera todas as raças humanas proveniente de um tipo único primitivo (ARAÚJO; BARRETO; HEILBORN, 2010, p. 33).

³² Refere-se à Maldição de Cam - Capítulo 9 do Gênesis: “18 E os filhos de Noé, que da arca saíram foram Sem (Ásia), Cam ou Ham (África) e Jafé (Europa); e Cam é o pai de Canaã. 24 E despertou Noé do seu vinho e soube o que o seu filho menor lhe fizera. 25 E disse: Maldito seja Canaã; servo dos servos sejam aos seus irmãos. 26 E disse: Bendito seja o SENHOR, Deus de Sem e seja-lhe Canaã por servo. 27 Alargue Deus a Jafé, e habite nas tendas de Sem; e seja-lhe Canaã por servo (ARAÚJO; BARRETO; HEILBORN, 2010, p. 32-33).

O primeiro é a consolidação do Estado Nacional/Nação, sua organização territorial e político-econômica, que requer o surgimento de teorias que justifiquem sua unificação cultural; e o segundo é a intensificação das relações da Europa, a partir da expansão europeia na era imperialista, que se utilizam das teorias racialistas para a dominação de outros povos a partir da descoberta do “Novo Mundo” (SCHWARCZ, 2012). Teorias estas que levaram ao surgimento da “raciologia” e criação de concepções racistas internamente (contra os judeus) e externamente (contra os “homens de cor”).

Prevalencia a convicção da hierarquização racial, em que as raças europeias eram superiores aos não brancos, resultando na problematização da mestiçagem. A concepção desta mistura de raças, constituída em épocas anteriores, no final do século XIX, nos países europeus e no Brasil, ganhou explicações “pseudocientíficas” deterministas, que concluíam que a mestiçagem levaria à degeneração da raça “pura branca” ou quando construtiva planejava nesse cruzamento a preservação do gene original da então “raça branca” que induziria ao branqueamento (MUNANGA, 2008).

Nas disputas ideológicas para explicar a raça e a mestiçagem, o darwinismo social foi o responsável por integrar em um grande sistema as teorias de “sobrevivência do mais forte” e “mais apto”. A “lei do mais forte” dependia de sua raça, sobrepondo uma sobre as outras, determinadas pela lei natural e universal.

Assim, justificou-se por muito tempo o direito natural das raças “superiores” dominarem as “inferiores”, inclusive a pobreza e a desigualdade entre as classes eram explicadas pela ideia de raças “superiores”, associando classe e raça, do mesmo modo que gênero e raça, pelas características mentais e psicológicas inferiores atribuídas às mulheres (ARAÚJO; BARRETO; HEILBORN, 2010).

A antropologia evolucionista era a ciência do período colonial que especulava sobre estágios de evolução das “sociedades primitivas”, traçando uma linha evolutiva da raça humana, que caracteriza os costumes dos povos não europeus como costumes do passado da humanidade, dividindo a sociedade em três estágios civilizatórios: primitivo, barbárie e civilização (ARAÚJO; BARRETO; HEILBORN, 2010). Somente com o desenvolvimento da Antropologia moderna é que os pressupostos dessa evolução da civilização da raça humana vão ser questionados.

O método etnográfico surge da chamada antropologia moderna e seus dois importantes precursores foram Franz Boas e Bronislaw Malinowski, que rebatem, a partir dos seus trabalhos de campo, as grandes teorias evolucionistas. Franz Boas defendeu a ausência de um determinismo racial nas capacidades morais e intelectuais, apesar de não refutar a existência de raças humanas, esvaziando o conceito de raça como explicador de diferenças e adotando em substituição a esse o conceito de *cultura* (ARAÚJO; BARRETO; HEILBORN, 2010).

A partir desse período em que a antropologia cultural afasta-se do conceito de raça, contraditoriamente, assiste-se ao surgimento do nazismo e das práticas políticas de segregação e baseadas na raça. Com o fim da Segunda Guerra Mundial e seus horrores ainda expostos, a Unesco, com o intuito de compreender as causas raciais da guerra, organiza reuniões (1947, 1951 e 1964) com biólogos, geneticistas e cientistas sociais para discutir os estudos sobre “raça” e sobre relações raciais (GUIMARÃES, 1999).

Publicam em 1951 a primeira declaração sobre raça, com escritos famosos como o de Lévi-Strauss, que defendia a importância da diversidade cultural. Mas será a partir de 1964 que as discussões sobre raça vão ter resultados mais expressivos, como a reconceituação do termo “raça”. De acordo com Guimarães (1999), “raça” passa a ser um conceito limitado para classificar os seres humanos e por isso, sugeriu-se sua substituição por “população”, grupos distintos, mas que não diferem significativamente entre o padrão de traços humanos, apenas no que se refere a grupos sanguíneos.

O termo “raça” passa a ser incipiente para determinar as diferenças entre os grupos humanos. Assim as diferenças fenotípicas entre indivíduos e grupos humanos, bem como diferenças intelectuais, morais e culturais, não podem mais ser atribuídas às diferenças biológicas. Passam a depender de construções socioculturais e elementos ambientais. Assim, os fenótipos ganhariam sentido social apenas por meio de crenças, valores e atitudes (GUIMARÃES, 1999).

A partir disso, o termo étnico começa a ganhar espaço e substituir de forma positiva o termo raça. No entanto, existe uma problemática entre a mistura desses conceitos, pois a “raça” é definida pelo fenótipo, considerado por terceiros como determinado e imutável, já a etnia abrange para além do fenótipo e comportamento

dos membros de determinado grupo, estabelecendo categorias mais indeterminadas e flexíveis (GUIMARÃES, 1999). O conceito de etnia foi apropriado pela antropologia, tendo grande associação a nova significação do termo cultura do pós-guerra que surge para substituir o termo “tribo” que se tornara pejorativo.

A concepção de que uma cultura era imutável, particularizada na *aculturação*³³, não encontrava bases na realidade dinâmica, fazendo surgir os conceitos de *etnicidade* e *identidade*. No contexto histórico do pós-guerra, os países asiáticos e africanos lutavam por independência, no qual acontecia também a institucionalização do *apartheid*. Intensificando essa luta, esses vão ser acontecimentos de peso na produção de uma identidade comum africana e na reelaboração do conceito de etnia e negação do termo raça (ARAÚJO; BARRETO; HEILBORN, 2010).

Com base nesses autores, a conceituação tradicional de etnia era definida como a origem comum – real ou imaginária – em que se partilhavam elementos culturais (estáticos e a-históricos) que seriam imutáveis, tais como língua, religião, costumes e território. Essa conceituação de etnia sofreu uma mudança significativa, em que etnia passa a significar o resultado de um processo classificatório e relacional, por meio do qual um grupo se diferencia de outro a partir de traços “historicamente construídos”, deixando de ser imutáveis e naturalizados (ARAÚJO; BARRETO; HEILBORN, 2010).

A etnia tornou-se um conceito mais flexível, que não identifica um determinado grupo só por seus traços culturais, mas também por uma relação de auto-identidade étnica, sendo a percepção da diferença e não a diferença objetiva (elementos simbólicos partilhados) que define o grupo étnico. A construção da diferença e da identidade torna-se dependente da relação com outros grupos.

Assim, a identidade étnica depende não apenas da auto-identificação do grupo, mas também de ser identificado como tal por outros grupos. Dessa forma, a identidade negra assumida pelos africanos e afro-descendentes parece estar em continuidade com a forma pela qual o Ocidente a definiu, ou seja, a partir de uma categoria racial. Entretanto, a principal diferença se encontra na transformação

³³ Termo utilizado pela antropologia americana para os processos de mudança cultural (ARAÚJO; BARRETO; HEILBORN, 2010, p. 54).

operada nos novos significados atribuídos ao negro, no sentido de positivação dessa identidade (ARAÚJO; BARRETO; HEILBORN, 2010).

Nesse sentido, a etnicidade configura então a capacidade de mobilização da identidade étnica para valorização dos elementos e características que a compõe historicamente. Os grupos raciais seriam então um tipo particular de grupos étnicos, pelo fato de considerarem a “raça” um signo de diferenciação entre grupos humanos, originando uma certa etnicidade ou, sendo esta preexistente, sedimentando-a (GUIMARÃES, 1999).

O discurso sobre etnicidade é o mais aceito nos círculos acadêmicos pelo peso pejorativo que foi agregado ao termo “raça”, sendo rejeitada a separação da ideia de “raça” e de etnia. Porém, evitar a utilização do termo raça apresenta uma problemática, já que nas relações sociais ainda persistem classificações raciais, como destaca Guimarães (1999).

De acordo com Guimarães (1999), o conceito de raça só faz sentido no âmbito de uma ideologia ou teoria taxonômica, denominada de *racismo*³⁴.

Tal conceito é plenamente sociológico apenas por isso, porque não precisa estar referido a um sistema de causação que requeira um realismo ontológico. Ou seja, não é necessário reivindicar nenhuma realidade biológica das “raças” para fundamentar a utilização do conceito em estudos sociológicos (GUIMARÃES, 1999).

A conceituação de raça se torna então eminentemente social, construída no bojo de um sistema ideológico.

O caminho metodológico para desmistificar raça, segundo Guimarães (1999), é considerar três condições: a primeira, a desigualdade estrutural entre grupos humanos; a segunda é uma ideologia que justifique tal desigualdade e a terceira como estas formas de desigualdades são naturalizadas no seio da sociedade. Portanto, para definir o que é racismo, primeiro define-se o que é raça e, dessa forma, a utilização do racismo é uma premissa necessária, pois reconhece “raça” como uma categoria de significação na produção e distribuição de juízos morais em relação ao “outro”.

³⁴ A definição de racismo para Guimarães (1999, p. 32) é derivada de uma doutrina racista, isto é de uma teoria das raças.

Não há raças biológicas na espécie humana, ou seja, nada que classificamos como real ou científico correspondente à raça, pois “raça” não passa de um conceito nominal, uma categoria inventada no mundo social, só existindo nele (GUIMARÃES, 2012). É forjada como uma forma de identificar pessoas no imaginário social, articulada a ordens culturais, crenças e valores.

Em síntese, a raça é uma construção histórica e social, que embasou diversos discursos nacionalistas, produzindo discriminações e preconceitos na configuração mundial. A partir da desconstrução da naturalidade do conceito biológico do termo raça este pode ser entendido como uma categoria de classificação, uma construção local, histórica e cultural, que tanto pertence à ordem das representações sociais – assim como o são fantasias, mitos e ideologias – como também exerce influência no mundo real, a partir da produção e reprodução de identidades coletivas e de hierarquias sociais politicamente poderosas (SCHWARCZ, 2012).

O termo “raça”, como categoria classificatória dentro das relações sociais, apresenta-se, de forma ambígua, podendo ser utilizado para discriminar positivamente e negativamente os indivíduos, já que as crenças em atributos distintivos ligados às raças ainda persistem, como base de construção de tipos de diferenças entre pessoas, apesar de todo o esforço científico moderno para desnaturalizá-las (SCHWARCZ, 2012). As concepções raciais, de cunho negativo, por exemplo, ainda são produzidas e reproduzidas na sociedade, gerando o fenômeno do racismo que se expressa de forma explícita ou velada.

De acordo com Telles (2003), é perfeitamente compreensível a preocupação com o uso do termo raça no que se refere ao fortalecimento de distinções sociais que não possuem nenhum valor biológico, porém deve ser levado em conta que o termo continua sendo importante para designar as relações sociológicas. Dessa forma, o conceito a ser utilizado para analisar a questão racial é o conceito sociológico de “raça” e não o biológico que não tem nenhuma validade.

Além do mais, preconceitos fundamentados em ideologias raciais ainda existem independente do que diga a genética e, por isso, a luta antirracista busca se organizar a partir da compreensão dessas construções sociais, apropriando-se do conceito sobre “raças sociais” (GUIMARÃES, 2012). Essa postura da luta antirracista em ressignificar o antigo conceito de “raça”, que foi uma arma ideológica para

subjugar os povos não-brancos, para lutar contra o racismo, justifica-se pelo fato de que para existir racismo, deve-se antes existir a concepção de “raça”.

No Brasil essa apropriação do termo “raça” acontece não simplesmente para confirmar a existência de racismo, mas serve para visualizar contra o que se está lutando,

Não se trata de discutir se existe ou não discriminação racial no Brasil. Esse dado já foi amplamente constatado. Faz-se necessário, portanto, passarmos para uma outra esfera de preocupação: dar visibilidade ao fenômeno e buscar romper as barreiras que impedem os passos iniciais para a constituição de uma sociedade que não discrimine a pluralidade de credos, cores/raças, estratos sociais, entre outras (LIMA; OLIVEIRA; SANTOS, 1998, p. 37).

Diante disso, observa-se que o racismo no Brasil tem suas particularidades, começando pela sua forma de classificação que “dispensa” o termo “raça” e usa convencionalmente o termo “cor”, diferentemente dos Estados Unidos que usa literalmente o termo “raça” para classificação da população.

Antes de contextualizar esse “racismo à brasileira”, é necessário revisitar o conceito de racismo para compreender tais especificidades.

O racismo, como construção ideológica incorporada e realizada através de um conjunto de práticas materiais de discriminação racial, é o determinante primário da posição dos não-brancos nas relações de produção e distribuição (HASENBALG, 1979, p.114). O racismo pode ser entendido então, como um conjunto de opiniões pré-concebidas com a função principal de valorizar determinadas diferenças biológicas entre os seres humanos. Essa valorização leva alguns a acreditarem em uma espécie de superioridade de acordo com seu pertencimento racial.

Além do mais, racismo e preconceito são formas de ver um determinado grupo, enquanto a discriminação se caracteriza como uma ação, manifestação ou comportamento no mundo físico que prejudique uma pessoa, ou grupo de pessoas, por possuir uma característica biológica peculiar (cor, sexo, porte físico, etc.) (HASENBALG, 1979).

Porém, racismo e preconceito são fenômenos distintos, pois no primeiro caso existe uma concepção de superioridade racial de um grupo em relação a outro, que confere a este último uma deficiência moral ou intelectual. Ou seja, o racismo é uma ideologia que postula a hierarquização de determinados grupos humanos, que no

caso específico do racismo brasileiro pode ser traduzida em superioridade de brancos sobre negros e indígenas.

O preconceito se traduz na construção mental ou afetiva de uma ideia negativa sobre um determinado grupo humano a partir da perspectiva do arcabouço moral do sujeito que o julga. Dessa forma, o preconceito pode ser compreendido como um julgamento negativo prévio que resulta em estigmatização e construção de estereótipos (TEIVE, 2006).

Assim, o preconceito é um pré-julgamento, uma ideia pré-concebida que é construída sem maior reflexão ou aprofundamento da compreensão antes de ter todas as informações sobre quem se julga. Nesse contexto, o preconceito está contaminado por visões distorcidas da realidade, bem como por sentimentos e visões que reproduzem continuamente um passado que persiste em influenciar as relações sociais do presente.

O preconceito é um fenômeno associado a práticas de dominação, possui vinculação direta com a formação sociocultural de nossa sociedade e combina estereótipos e compulsão. Segundo Crochík (1997), o preconceito remete à dominação, reage às mudanças individuais ou sociais e auxilia na manutenção de uma situação estabelecida. Assim, devemos considerar o preconceito como um caso de atitude associada à dominação, uma combinação de opiniões irrefletidas e de impulsos compulsórios por efeito de um desejo ou projeto de dominação.

A discriminação é toda e qualquer distinção, exclusão ou preferência que resulte em anulação das oportunidades de igualdade e o tratamento entre indivíduos ou grupos humanos. De acordo com Hasenbalg (1979), ocorre a discriminação sempre que uma pessoa seja impedida de exercer um direito (ao trabalho, por exemplo), por motivos injustificados, arbitrários, racistas, não podendo usufruir as mesmas oportunidades e o mesmo tratamento de que gozam outras pessoas, em função da raça, sexo, idade ou qualquer outro critério arbitrário.

O estatuto da Igualdade Racial, Lei nº 12.288/2010, em seu art. 1º, inciso I, define discriminação racial ou étnico-racial como:

[...] toda distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada em raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica que tenha por objeto anular ou restringir o reconhecimento, gozo ou exercício, em igualdade de condições, de direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural ou em qualquer outro campo da vida pública ou privada.

A discriminação objetiva o preconceito em forma de ações ou comportamentos, podendo ser direta ou manifesta, quando é claramente expressa, ou indireta, sendo caracterizada como uma discriminação encoberta por uma aparência de neutralidade em relação à pessoas e grupos, gerando desigualdades. As práticas discriminatórias constituem formas concretas de dominação, assim como o preconceito (GONÇALVES FILHO, 2007).

O papel histórico do movimento negro no enfrentamento dessas questões e demandas da dimensão racial na sociedade brasileira se mostra extremamente importante, posto que as práticas discriminatórias presentes em nosso cotidiano são muitas vezes veladas pela ideia de “democracia racial”. Dentre as expressões da “questão social”, as desigualdades sofridas pela população negra na história brasileira apresentam um padrão de dominação e exploração dos negros voltados à acumulação de capital, assegurando a manutenção de privilégios da classe branca dominante. Segundo Gonçalves Filho (2007), é preciso ser capaz de demonstrar que os preconceitos são formas concretas da dominação para se buscar formas e mecanismos de sua superação.

No campo da teoria da discriminação como interesse, a noção de privilégio é essencial. A discriminação racial teria como motor a manutenção e a conquista de privilégios de um grupo sobre outro, independentemente do fato de ser intencional ou apoiada em preconceito (CARONE, et. al. 2002).

A maneira como a questão racial é tratada teórica e politicamente no Brasil faz parte de um esforço intelectual e ações concretas do movimento negro para compreender de maneira crítica essa expressão tão latente da “questão social” em nosso país. A partir disso, alguns autores iniciam pesquisas e investigações sobre as particularidades da questão racial no Brasil, possibilitando a construção de um arcabouço crítico-interpretativo sobre o racismo à brasileira.

2.2. A QUESTÃO RACIAL NO BRASIL: esboço crítico-interpretativo do racismo

A questão racial tem sua gênese na formação social do Brasil a partir da época da colonização portuguesa e essa particularidade se refletiu na classificação do tipo de racismo praticado no país até a atualidade. Reestruturada no capitalismo, a

dimensão racial ganha uma nova significação, que só pode ser apreendida a partir do conhecimento da história do negro na sociedade brasileira.

O escravismo foi uma experiência histórica crucial para os negros nas Américas, pois além do seu significado econômico, a importância da relação senhor-escravo, a clivagem em relação à classe e raça coincidem, principalmente pela forma como foi moldada a organização social, que originou a cultura e os meios de subsistência da classe subordinada (HASENBALG, 1979). O sistema de escravidão implementado no Brasil possui suas especificidades, principalmente no que se refere à forma como os negros foram explorados impiedosamente no decorrer dos ciclos econômicos.

De acordo com Hasenbalg (1979) o sucesso do escravismo não se deve à acomodação do negro, nem a uma suposta “preguiça” do escravo, as formas de dominação eram predominantemente desumanas e recorriam a práticas patriarcalistas, baseadas na organização de um trabalho altamente disciplinado, especializado e bem coordenado. As relações sociais entre senhores e escravos configuravam relações complexas que após a abolição se tornaram ainda mais conflituosas, já que o escravo é abandonado a sua própria sorte.

O racismo nasce no Brasil associado à escravidão, mas é principalmente após a abolição que ele se estrutura como discurso, com base nas teses de inferioridade biológica dos negros, e se difunde no país como matriz para a interpretação do desenvolvimento nacional (JACCOUD et. al., 2008). As teorias racistas, então largamente difundidas na sociedade brasileira, e o projeto de branqueamento vigoraram até os anos 1930, quando foram substituídos pela chamada ideologia da democracia racial

A substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre não vai garantir para os ex-escravos a inclusão em um regime assalariado, pois este processo de substituição dá-se de forma excludente. Mecanismos legais, como a Lei de Terras, de 1850³⁵, a Lei da Abolição, de 1888, e mesmo o processo de estímulo à imigração,

³⁵ Entre os fatores que impediram a emergência de um sistema econômico capaz de absorver a mão-de-obra livre está a promulgação da Lei nº 601/1850, a chamada Lei de Terras. Operando uma regulação conservadora da estrutura fundiária no Brasil, a Lei de Terras foi promulgada no mesmo ano em que se determinou a proibição do tráfico de escravos (Lei Euzébio de Queiroz), marco da transição para o trabalho livre. É nesse contexto que a nova medida legal começa a vigorar, restringindo drasticamente as possibilidades de acesso à terra na transição do regime escravista para

forjaram um cenário no qual a mão-de-obra negra passa a uma condição de força de trabalho excedente, sobrevivendo, em sua maioria, dos pequenos serviços ou da agricultura de subsistência (THEODORO et. al., 2008).

O processo de desestruturação do modelo escravista transformou-se em uma problemática para a classe dominante branca no sentido de manter seus privilégios, pois a população nessa época era majoritariamente formada por ex-escravos negros e mestiços, que de um dia para o outro passaram a ser “cidadãos brasileiros”. Surgiram nesse período diversas teorias contra os “homens de cor” e a miscigenação, afirmando que a mistura de raças levaria a uma degradação social (FERNANDES, 1978).

Teorias como o darwinismo social surgem a partir do século XIX e influenciaram o pensamento da elite brasileira da época que investirá no branqueamento da população brasileira negando-se ao convívio com o negro na sociedade.

A elite branca com um orgulho nacional ferido pelas teorias do racismo científico e pelo determinismo geográfico do século XIX, que instauravam um sentimento de inferioridade racial e cultural pressionando a dúvida a respeito do seu gênio industrial, econômico e civilizatório, apostou suas fichas na ideia de “branqueamento”. Consequentemente, surge uma reação cultural de “brasilidade” bem nascida, que encontra bases na antropologia, tendo grande impulso a partir das obras de Gilberto Freyre, com seu mito criador da nacionalidade (GUIMARÃES, 2012). O embranquecimento era considerado um caminho para a mobilidade social, mas pressupunha uma visão racista da negritude.

o de trabalho livre. Ao definir a compra como única forma de aquisição, a Lei de Terras pôs fim ao reconhecimento da posse, que havia sido realizado em 1822, pela resolução de 17 de julho. A instituição da Lei de Terras significou a recomposição do setor de subsistência sob a égide da grande propriedade. A nova legislação reconheceu as posses estabelecidas após 1822 somente se tivessem registros em cartórios ou paróquias dos municípios. A partir daí, ficou proibido o regime das ocupações, substituído pelos mecanismos de herança ou compra e venda, únicos instrumentos admitidos como legítimos no acesso à terra, inclusive no caso das terras devolutas. Além de alterar e regular a forma de aceder à propriedade da terra (inclusive das terras públicas) instituída nas duas décadas anteriores, a Lei de Terras procurou ainda definir os meios para operar a colonização, principalmente por incentivos à imigração de trabalhadores europeus pobres para trabalhar nas lavouras brasileiras, impedindo, assim, o acesso a terra para os trabalhadores pobres, os ex-escravos e seus descendentes (THEODORO et. al., 2008, pp. 33-34).

O incentivo à imigração³⁶ acentuará as desigualdades, pois a visão da elite branca brasileira era a de que o desenvolvimento nacional só seria possível com o branqueamento de toda população. Nesse período existia uma concentração da população de não-brancos em regiões pouco dinâmicas, fora da sociedade urbana e industrial que estava em formação, contribuindo para o atual quadro das desigualdades raciais (THEODORO et. al., 2008).

A política de imigração, financiada pelo governo brasileiro, levou a uma situação em que se privilegiava a entrada de imigrantes brancos europeus em detrimento da população não-branca, que aqui se encontrava apta a ser inserida no mercado de trabalho. Esse deslocamento afetou não apenas os quase 300.000 escravos liberados entre 1887 e maio de 1888, mas também o grupo de mulatos e negros livres que na época se aproximava de 1.500.000 no Sudeste até a década de 1920, que resultou no fechamento de espaços sócio-econômicos que de outra maneira teriam estado disponíveis para os não-brancos e o resto da força de trabalho nacional (HASENBALG, 1979).

Assim, a transição do trabalho escravo para o trabalho livre teve intervenção direta do Estado, sob a inspiração de uma ideologia racista e isto se refletiu em oportunidades desiguais de ascensão social após a abolição. O mercado de trabalho nacional formou-se em um ambiente de exclusão de parte significativa da força de trabalho, construindo condições para que se consolidasse a existência de um excedente estrutural de trabalhadores não-brancos (THEODORO et. al., 2008).

É necessário, para compreender essa problemática das relações raciais no contexto da “questão social” brasileira, discutir a ideologia racial que particulariza o país, formada primeiramente pela construção da nacionalidade. Esta foi “imaginada” como uma comunidade de indivíduos dissimilares em termos étnicos, que vinham de todas as partes do mundo, nomeadamente da Europa (GUIMARÃES, 1999). Nessa

³⁶ Segundo Theodoro (2008, p. 35) “A promoção da imigração era claramente assentada na ideologia do branqueamento. Em 1884, a Lei nº 28, aprovada pelo legislativo paulista, garantindo recursos para que o governo estadual financiasse a imigração, afirmava que os beneficiários seriam trabalhadores europeus e suas famílias (AZEVEDO, 1987, p. 167). Ainda em 1890, o governo republicano recém-instituído publica o Decreto nº 528, de 20 de junho, onde se institui a livre entrada de migrantes nos portos brasileiros, “excetuados os indígenas da Ásia ou da África, que somente mediante autorização do Congresso Nacional poderão ser admitidos, de acordo com as condições estipuladas”. Esse mesmo decreto garante incentivos a todos os fazendeiros que quisessem instalar imigrantes europeus em terras”.

formação, os *crioulos*³⁷ foram obrigados a aceitar o “esquecimento” de sua ancestralidade africana, diferentemente do tratamento dispensado aos europeus, que passam a ser considerados parte integrante desta nação.

Esse processo de formação nacional mescla a “raça”, “cor”, status e classe social gerando uma hierarquização que se fundamenta em parte pela ideologia liberal do século XIX, segundo a qual os pobres eram pobres porque eram inferiores. Esse sistema de hierarquização social estabelece gradações de prestígio formadas por classe social (ocupação e renda), origem familiar, cor e educação formal, baseando-se em dicotomias que, por três séculos, sustentaram a ordem escravocrata (GUIMARÃES, 1999).

Com base em Guimarães (1999), depois da escravidão, a “cor” passa a ser uma marca de origem, uma espécie de código cifrado para “raça”, pois não existia mais espaço para a “pureza do sangue” português colonizador, que acabou por ceder espaço, depois da independência do país, à idéia da mestiçagem. Inicia-se um processo ideológico de separação entre mestiços e negros, inclusive a “contagem” dos brancos no Brasil considerava como “branco” aqueles mestiços e mulatos claros que eram cristãos e possuíam domínio das letras.

A crença em uma mestiçagem positiva branqueadora levou homens importantes da elite brasileira no início do século XX a participarem do Congresso Internacional das Raças³⁸, realizado em Londres 1911, onde foi apresentada a tese “*Os Mestiços do Brasil*”, que defendia a ideia de que o país seria majoritariamente branco no prazo de um século, por meio do ingresso dos imigrantes brancos europeus e também da alta taxa de mortalidade da população negra (ARAÚJO; BARRETO; HEILBORN, 2010). Esses dois fatores eram a saída encontrada pela

³⁷ No Brasil, reserva-se geralmente a palavra “crioulo” para designar apenas os africanos nascidos aqui, chamando de “brasileiros” os descendentes de europeus (GUIMARÃES, 1999, p.45).

³⁸ Neste congresso o médico e cientista João Batista de Lacerda, que foi diretor do Museu Nacional e presidente da Academia Nacional de Medicina, afirmou que em 2010 não haveria mais negros no Brasil, devido à mestiçagem. Segundo ele o mestiço poderia se aproximar do branco e ser reabsorvido por ele; o negro permaneceria distante e tenderia a desaparecer. Dizia que depois de três gerações, filhos de mestiços apresentavam todas as características físicas da raça branca, ainda que em alguns persistissem traços da raça negra devido a influência do atavismo. Lacerda afirmava que a seleção sexual persistente acabaria por subjugar o atavismo e purgar os descendentes dos mestiços de todos os traços característicos do negro. Dizia ele que depois de um século, os mestiços teriam desaparecido do Brasil, e estaria extinta a raça negra (ARAÚJO; BARRETO; HEILBORN, 2010, p. 75).

elite para melhorar sua imagem diante de outros países, não deixando de basear-se no racismo.

É importante destacar também que no Brasil a abolição foi tida quase como uma dádiva, ou seja, um presente da monarquia e não uma conquista popular (SCHWARCZ, 2012). Essa concepção foi afirmada para minimizar a importância da luta e resistência da população negra.

A revolta da chibata é um exemplo dessa insatisfação do negro pós-abolição, pela forma como eram tratados na Marinha de Guerra do Brasil, que ainda utilizava o açoite com chicote como forma de punição dos marinheiros negros às vistas de seus companheiros, por uma oficialidade branca. A revolta dava lugar à organização entre eles para um levante, liderados por Francisco Dias, João Cândido e outros tripulantes de Minas Gerais. O levante foi vitorioso e conseguiu acabar com os castigos, mas seus líderes foram violentamente perseguidos e mortos (MOURA, 1989).

Esse conflito é um indício latente de uma expressão da questão social. As formas de negociação ou os conflitos demonstram um movimento de forças dos negros que buscavam um acesso mínimo a direitos. Porém, a classe social detentora do controle e poder almejava “apagar a história³⁹”, elevando sua imagem paternalista, no sentido de minimizar as passagens da escravidão, afirmando sua “superioridade” e “bondade” em relação aos negros (SCHWARCZ, 2012).

Então, em 1930 a estetização da democracia racial⁴⁰ ganha forças para enfatizar a mais recente articulação ideológica da elite sobre a “harmonia racial”, como característica do povo brasileiro, ou seja, como parte da nossa “brasilidade”, afirmando o não preconceito e a superioridade da mistura de raças, como forma de manutenção de uma homogeneidade do sujeito nacional. A mestiçagem e o

³⁹ De toda maneira, ao contrário de outras nações, onde o passado escravocrata sempre lembrou violência e arbítrio, no Brasil a história foi reconstruída de forma positiva, mesmo encontrando pouco respaldo nos dados e documentos pregressos. Em 14 de dezembro de 1890, Rui Barbosa - então ministro das Finanças - ordenou que todos os registros sobre escravidão existentes em arquivos nacionais fossem queimados. A empreitada não teve sucesso absoluto, mas o certo é que se procurava apagar um determinado passado e o presente significava um outro começo a partir do zero (SCHWARCZ, 2012, p. 42).

⁴⁰ É o termo usado para expressar a crença de que o Brasil escapou do racismo e da discriminação racial, diferentemente do que aconteceu nos EUA e em países africanos. Esta era a imagem que o Brasil vendia ao exterior: de um território democrático no quesito racial (ARAÚJO; BARRETO; HEILBORN, 2010, p. 83).

nacional-popular formavam a teia cultural da “autêntica nacionalidade brasileira” (SCHWARCZ, 2012).

Em termos políticos, a Frente Negra Brasileira - FNB representou a organização negra mais importante da primeira metade do século XX. Com tendências nacionalistas e anti-imigrantes, a FNB tornou-se um partido político em 1930 e buscou integrar os negros à sociedade brasileira pela mobilidade social. Este partido havia apoiado a ascensão de Getúlio Vargas ao poder por ser um representante e combatente do partido da oligarquia rural, considerado pelo FNB como representante da classe aristocrática dos antigos donos de escravos (TELLES, 2003).

Apesar de Vargas ter extinto todos os partidos políticos em 1937, inclusive a FNB, ele iniciou uma série de reformas com vistas à proteger os trabalhadores locais da competição com os imigrantes, assegurando assim que um grande número de negros e mulatos ingressasse na crescente força de trabalho e dando-lhes preferência para empregos governamentais.

Com o Estado Novo, os projetos de democracia racial passam a ser oficiais, no sentido de reconhecer e engrandecer a mestiçagem como traço típico da verdadeira nacionalidade brasileira. Tanto que em São Paulo, os Bandeirantes começam a ser retratados não como perseguidores de escravos e indígenas, mas sim como verdadeiros “heróis de uma raça”. Em 1933, é publicada a obra de Gilberto Freyre *Casa-Grande & Senzala*, que relatava a vida privada da elite brasileira, introduzindo estudos culturalistas, saudando em sua obra o surgimento de uma raça homogênea apesar de resultante de três raças distintas (SCHWARCZ, 2012).

A partir da Era Vargas, serão exaltados o carnaval e o futebol como símbolos representativos de uma auto-imagem de harmonia multirracial, de espírito festivo para o resto mundo. Assim, Vargas integrou de modo simbólico os negros e mulatos à cultura nacional, contribuindo para dissolver o protesto dos negros. Jogadores de futebol e os dançarinos do carnaval representavam todo o espectro de cor, sem qualquer atrito aparente causado por diferenças de raça. Getúlio Vargas faz do carnaval e futebol símbolos proeminentes da identidade nacional, aumentando seu próprio prestígio (TELLES, 2003).

Na perspectiva desta elaboração teórica sobre as relações raciais, Gilberto Freyre coloca a escravidão fora da ótica da simples dominação, relativizando as relações raciais no país e descrevendo um cenário idílico de convivência harmoniosa e historicamente articulado com relatos e dados onde se mostram escravos vivendo situações diferentes do trabalho compulsório nas casas e na lavoura.

Vale destacar que a miscigenação não significou a exclusão de preconceitos. Gilberto Freyre descreve um cenário de democracia racial argumentando que a distância social, no Brasil, foi resultante muito mais das diferenças de classe do que preconceitos de cor ou raça, ocultando a existência do preconceito das elites brancas no Brasil com os negros.

As movimentações culturais nacionais nas quais emergiu o movimento modernista, considerando sua maior repercussão o movimento modernista paulistano, incentivou os artistas brasileiros a olharem para elementos nacionais e populares, “abandonando” os europeus. A partir de então, nas décadas de 1930 e 1940, elementos da cultura negra foram incorporados à identidade nacional, funcionando como símbolos da nação brasileira. Nesse contexto, “raça” era ideologicamente substituída pela categoria “cultura”, reafirmando a democracia racial do país, que passa à desafricanização de vários elementos simbólicos, antes fortemente reprimidos, “branqueando-os” (SCHWARCZ, 2012).

A partir desta interpretação que destacava uma situação racial idílica vivenciada no país, em 1951 foi aprovado um projeto de pesquisa financiado pela Unesco, com base nas teses de Gilberto Freyre e Pierson. A instituição buscava usar “o caso brasileiro” como material de propaganda, e com esse objetivo se inaugurou o Programa de Pesquisas sobre Relações Raciais no Brasil. Este programa tinha por hipótese que o país sustentava um exemplo neutro na manifestação de preconceito racial e que seu modelo poderia servir de inspiração para outras nações cujas relações eram menos “democráticas” (SCHWARCZ, 2012).

A expectativa por parte dos financiadores do projeto era de que os estudos fizessem um elogio à mestiçagem, enfatizando o convívio harmonioso entre raças que supostamente vigoraria no Brasil. Alguns intelectuais envolvidos no projeto se engajaram no projeto de ideologia antirracista desenvolvido pela organização,

enquanto outros, a exemplo de Costa Pinto, Roger Bastide e Florestan Fernandes, passam então a revisar os modelos estabelecidos sobre a interpretação das relações raciais, denunciando as falácias do mito: em vez de democracia surgiam indícios de discriminação, em lugar de harmonia, o preconceito (SCHWARCZ, 2012).

Interessante notar que, em 1962, Gilberto Freyre havia se autoproclamado defensor do patriotismo brasileiro e da presença crescente de militares no governo. O conceito de democracia racial chegaria ao seu ápice como dogma no governo militar entre 1964 e 1985, perdurando no período de maior crescimento econômico do Brasil. A partir dessa perspectiva, a mera menção de raça ou racismo resultava em sanções sociais, na qual aquele que mencionasse era rotulado de racista (TELLES, 2003).

No contexto dos protestos negros nos Estados Unidos, o governo militar via no movimento negro uma ameaça de peso à segurança nacional. Para limitar ou evitar seu crescimento, os militares promoveram ainda mais a ideologia da democracia racial, enquanto reprimiam qualquer sinal do movimento negro e exilavam os principais acadêmicos brasileiros da área das relações raciais, que faziam duras críticas à ideologia de democracia racial⁴¹ (TELLES, 2003).

Nos anos de 1970, apesar da ameaça da repressão, emerge todo um movimento de contestação aos valores vigentes, que eram questionados na política oficial ou mais alternativa, na literatura, na música. Data desta época, também, o surgimento do Movimento Negro Unificado (MNU) que ao lado de outras organizações paralelas, passava a discutir as formas tradicionais de poder, baseado nos estudos de Florestan Fernandes e da Escola Paulista de Sociologia. O MNU passa a denunciar o lado mítico da democracia racial, que era exaltada como modelo, mas não possuía respaldo na realidade (SCHWARCZ, 2012).

As elites brasileiras orgulhavam-se de possuir a legislação mais progressiva do mundo, mesmo que inoperantes, principalmente quando se trata de direitos para os negros. Exemplo disso é a transformação do racismo em crime, instituído na lei Afonso Arinos, em 1951, fruto de esforços do movimento negro. Porém conta-se nos

⁴¹ Skidmore (1985) apud Telles (2003, p. 61), crê que o exílio forçado de Abdias do Nascimento, Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso e Octávio Ianni foi causado principalmente por questionarem o consenso nacionalista sobre raça.

dedos de uma mão as pessoas punidas até hoje por crimes de racismo (GUIMARÃES, 1999).

Assim, o racismo brasileiro se define sem cara, de acordo com Guimarães (1999, p. 57) “travestido em roupas ilustradas, universalistas, tratando-se a si mesmo como anti-racismo, e negando, como anti-nacional, a presença integral do afro-brasileiro ou do índio-brasileiro. [...] racismo [...] é o racismo do vizinho (o racismo americano)”. O racismo brasileiro tem seu caráter não oficial, que é um meio de segregação, na perspectiva do não convívio com o diferente, negando o outro até anular sua existência.

No Brasil, segundo Telles (2003), o termo “cor” equivale ao termo em inglês *race* e é usado para expressar uma combinação de características físicas, inclusive a cor da pele, o tipo de cabelo, a forma do nariz e dos lábios, sendo que os traços físicos das categorias não-brancas normalmente possuem conotações negativas. De forma semelhante, a ideia essencialista de que cada indivíduo pertence a um grupo racial é menos comum no Brasil do que nos Estados Unidos, principalmente porque a ideologia do branqueamento no Brasil permitiu uma flexibilidade significativa na classificação racial.

No entanto, tal como o termo *raça*, a cor de uma pessoa no Brasil normalmente carrega conotações sobre o valor e o *status* comuns às ideologias raciais de outras partes do mundo. A decisão da elite brasileira de promover o branqueamento através da miscigenação ao invés da segregação racial tornava desnecessárias as regras formais de classificação racial, assim a classificação racial brasileira é baseada na aparência e geralmente com base em categorias utilizadas de forma inconsistente (TELLES, 2003).

No Brasil, a classificação racial varia de acordo com a classificação utilizada. De acordo com Telles (2003), podemos distinguir três grandes sistemas de classificação racial para caracterizar a grande maioria de brasileiros de um *continuum* de cores do branco ao negro, sendo que cada sistema estabelece um conjunto de categorias que variam em número e grau de ambiguidades. São eles: o primeiro, censos com suas três categorias (branco, pardo e preto) ao longo de um *continuum*; o segundo mais utilizado pelo discurso popular consiste em múltiplas categorias, incluindo nela o termo especialmente ambíguo *moreno*, e por último o

sistema adotado pelo movimento negro que geralmente usa os termos negro e branco.

Esse sistema definido pelo movimento negro é uma opção política, posto que diferentemente dos Estados Unidos, no Brasil, o uso popular e oficial de múltiplas categorias de cores e uma hierarquização não oficial na qual os pardos são superiores aos negros, inibem a formação de uma identidade coletiva negra em torno da qual os afro-brasileiros podem se organizar contra as discriminações e exclusões que sofrem (TELLES, 2003). Segundo o autor, a escolha do termo “moreno” pode revelar a intenção das pessoas em se distanciar das categorias estigmatizadas relacionadas ao negro.

No Brasil, a existência das categorias mulato, pardo ou mestiço é, ao mesmo tempo, causa e consequência de uma ideologia de miscigenação e não o resultado automático do processo biológico real da mistura de raças. Na ideologia brasileira, os mulatos são valorizados no imaginário nacional como sendo o brasileiro típico, embora sejam frequentemente marginalizados e, na realidade, estejam mais próximos da condição dos negros do que dos brancos na estrutura de classes do Brasil (TELLES, 2003). Sendo assim, a posição socioeconômica dos negros na sociedade brasileira deve-se tanto à classe quanto à raça.

Segundo Guimarães (1999) o famoso “gradiente de cor” dos indivíduos é importante para determinar as chances de ascensão, mas, para, além disso, esse gradiente de cor corresponde a um gradiente quase que determinado de oportunidades. Dessa forma o “racismo à brasileira” acaba por estabelecer o lugar do negro na sociedade.

Nesse contexto, o privilégio dos brancos é, portanto, fortalecido através de uma defesa dos interesses de classe, que os brancos, por sua vez, costumam usar para assegurar e manter controle sobre as riquezas e os recursos socialmente produzidos, bem como para reduzir a competição por outras posições. Conclui-se então que no Brasil a raça é um fator marcante para a exclusão social, criando uma estrutura de classes na qual os negros são mantidos nos níveis mais baixos. A classe e a raça se tornam, então, conscientemente, determinantes de *status* na sociedade (TELLES, 2003).

Por isso, se faz necessária a inserção na agenda das políticas públicas brasileiras o recorte racial, ampliando a oportunidade de acesso à cidadania e direitos por parte da população negra, historicamente excluída.

É importante considerar que o movimento negro tem papel fundamental na construção dessas políticas.

2.3 A QUESTÃO RACIAL NA AGENDA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS BRASILEIRAS

O acesso a direitos e cidadania por parte da população negra se deve em virtude das lutas promovidas pelo movimento negro no decorrer da história do país.

A questão racial recebe expressão significativa ao longo do processo de formação e consolidação do movimento negro e de suas lideranças, que tem conseguido dar visibilidade nacional às demandas da população negra. O não reconhecimento da discriminação racial como fenômeno ativo na sociedade brasileira e como objeto legítimo da preocupação pública começou a ser duramente questionado durante a década de 1970, pelo então movimento negro, baseando-se nas conclusões apresentadas pela pesquisa da Unesco sobre relações raciais no Brasil de 1950 (JACCOUD, et. al. 2008).

Os governos militares, do período de 1964 até o fim da década de 1970, caracterizaram-se pela negação da existência de um problema racial no Brasil, tratando esse tema como questão de “segurança nacional”, o que resultou em um grande refluxo dos movimentos sociais antirracistas. Mas mesmo com a repressão, militantes do movimento negro participaram de congressos e eventos mundiais. Essa ativa participação política demonstra a efervescência de um movimento cujas bases serão extremamente importantes para as discussões políticas posteriores ao período militar (JACCOUD, et. al. 2008).

Ainda segundo esta autora, apesar dos esforços do movimento negro para denunciar a questão racial no país, parte da elite dirigente e diversos setores da sociedade civil, como partidos políticos, centrais sindicais, sindicatos de trabalhadores, sindicatos de empresários, movimentos sociais, igrejas (católica e protestante) entre outros, ainda interpretavam a questão racial pelo ângulo da pobreza e como resultado de um acúmulo de carências da população negra e de

seu suposto despreparo para participar do mercado de trabalho moderno que surgia gradualmente no país.

A década de 1980, entretanto, assiste a uma ampla mobilização em torno da questão racial. Em 1978, havia sido criado o Movimento Negro Unificado (MNU), em ato público, nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo, com a presença de mais de duas mil pessoas. Esse ato teve caráter explicitamente contestatório e reivindicativo, sobretudo porque naquele momento não existia nenhum tipo de organização pública que pudesse servir para atender as demandas do movimento, que exigia o reconhecimento da existência de racismo e desigualdade social entre as raças (RIOS, 2012).

A denúncia do racismo vinha associada à demanda por respeito à cultura dos descendentes de africanos e da afirmação da identidade negra. Após o protesto, o centenário da Abolição em 1988 entrou para a história do movimento negro como segundo marco nacional da luta antirracista contemporânea, promovendo uma série de marchas em várias localidades que tinham por objetivo questionar a data comemorativa de 13 de maio e se tratava de momento simbólico único para a nação, pois se realizava nas proximidades da campanha pela reforma constitucional, consolidando o movimento negro na cena política nacional⁴² (RIOS, 2012).

Essa mobilização crescente resultou, no âmbito do governo federal, na criação da primeira instituição voltada ao tratamento da temática racial no país. Foi criada em 1988, a Fundação Cultural Palmares - FCP⁴³. Apesar de seu viés predominantemente cultural, a FCP agregou as responsabilidades de identificação das comunidades remanescentes de quilombos e o apoio à demarcação e titulação de suas terras.

Em âmbito federal, essa Fundação representa uma nova etapa no tratamento da questão racial, passando assim, a ser reconhecida como portadora de demandas de reconhecimento e legitimidade, que será expressada na adoção da data de 20 de

⁴² Na cidade do Rio de Janeiro, a “Marcha contra a farsa da abolição” que ocorreu no dia 11 de maio de 1988, na Avenida Presidente Vargas, foi amplamente reprimida pelo comando militar, que mobilizou 600 soldados. Gerando um impacto do protesto frente à opinião pública causado pela repressão policial, a partir daí grupos políticos começam a apoiar a manifestação, sobretudo porque o embate entre o Exército e o movimento social rendera espaços nos meios de comunicação (RIOS, 2010, pp. 52-53).

⁴³ A Fundação Cultural Palmares nasce da Comissão do Centenário da Abolição da Escravatura do Ministério da Cultura (JACCOUD, et. al. 2008, p. 267).

novembro como dia da consciência negra e no reconhecimento de Zumbi como herói nacional. Tais conquistas apesar de terem grande peso simbólico, estavam muito aquém dos anseios da população afro-brasileira da época (JACCOUD, et. al. 2008).

Como produto desse contexto de luta, a Constituição Federal de 1988⁴⁴ representou um marco na afirmação da igualdade, combate aos preconceitos, repúdio ao racismo e defesa da pluralidade e da liberdade de culto. A partir do texto constitucional, o racismo é tratado como crime inafiançável e imprescritível, representando a continuidade da trajetória de luta iniciada durante os anos 1980, quando a denúncia contra o racismo e a reafirmação e valorização da cultura negra apresentavam-se como elementos centrais da estratégia política do movimento negro (JACCOUD, et. al. 2008).

As conquistas do movimento negro na nova Constituição, abriram uma agenda de ações para o ativismo negro, cujas demandas se voltaram para as ações de implementação de políticas direcionadas para a população negra, resultado do crescimento e da profissionalização de seus ativistas e suas organizações civis, tornando-se as principais protagonistas de iniciativas antirracistas durante a década de 1990 (ARAÚJO; BARRETO; HEILBORN, 2010).

Essa trajetória de mobilização sistemática tem seu ápice na Marcha do Tricentenário da Morte de Zumbi, cujo lema era: “Contra o racismo, pela cidadania e a vida”, em que os ativistas com experiência em realização de manifestações em seus estados passam a trabalhar por uma manifestação de cunho nacional, unificadora do movimento social. Estima-se que cerca de 30 mil pessoas caminharam em rememoração aos 300 anos de morte do herói quilombola, no dia 20 de novembro de 1995, na esplanada dos Ministérios, na gestão do Governo de Fernando Henrique Cardoso (ARAÚJO; BARRETO; HEILBORN, 2010; RIOS, 2012).

Essa mobilização resultou em um documento apresentado ao Presidente da República do Brasil, Fernando Henrique Cardoso, no encontro com a comitiva

⁴⁴ Durante a formação da Comissão de Estudos Constitucionais, Hélio Santos, que ocupava o cargo de presidente do Conselho da Comunidade Negra de São Paulo, foi nomeado em 1985, representante da população negra nesta comissão (JACCOUD, et. al. 2008, p. 266).

nacional do movimento⁴⁵, na qual foram apresentadas propostas concretas⁴⁶ de políticas públicas para a população negra. O enfretamento da questão racial sai da esfera meramente cultural, em que o Estado simplesmente libera recursos para o carnaval, passando à esfera política, em que o combate à desigualdade racial exige a destinação de verbas públicas para promoção de políticas específicas para essas demandas (ARAÚJO; BARRETO; HEILBORN, 2010).

Este documento apontava a existência de racismo na escola, que impede a valorização positiva da diversidade étnico racial, denunciando uma divisão racial do trabalho no país e destacando o acesso diferenciado às políticas públicas, como no caso da saúde, segurança pública e da justiça, o que demandava do Estado a criação de condições efetivas para a promoção da igualdade racial (JACCOUD, et. al. 2008).

Nesse contexto foi criado por decreto presidencial, de 20 de novembro de 1995, no Ministério da Justiça (MJ), o Grupo de Trabalho Internacional (GTI), que tinha por atribuições propor ações integradas de combate à discriminação racial. Ações foram esboçadas no âmbito de alguns ministérios na tentativa de ampliar o combate institucional à questão racial, sendo proposto em 1996, no Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH I)⁴⁷, um compromisso público do governo para a criação de políticas direcionadas para a população negra.

Entre esses compromissos estavam a inclusão do quesito cor em todos e quaisquer sistemas de informação e registro sobre a população e banco de dados públicos; apoio a grupos de trabalho e criação de conselhos; estímulo à presença dos grupos étnicos que compõe a população brasileira em propagandas institucionais do Governo Federal; apoio às ações de iniciativa privada que realizem “discriminação positiva”; formulação de políticas compensatórias que promovam a comunidade negra, alteração do conteúdo de livros didáticos e a ampliação do

⁴⁵ As organizações que fizeram parte da direção nacional do evento são: Agentes de Pastorais negros (APN's) Cenarab, Central de Movimentos Populares, Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT), Comunidades Negras Rurais, Fórum de Mulheres Negras, Movimento Negro Unificado (MNU), Movimento Pelas Reparações (MPR), Conun, União de Negros pela Igualdade (UNEGRO) e Grupo de União e Consciência Negra (GRUCON).

⁴⁶ Disponível em: http://www.ileliagonzalez.org.br/material/Marcha_Zumbi_1995_divulgacaoUNEGRO-RS.pdf.

⁴⁷ Documento disponível para consulta em: <http://portal.mj.gov.br/sedh/pndh/pndh1.pdf>

acesso de entidades da comunidade negra aos diversos setores do governo (ARAÚJO; BARRETO; HEILBORN, 2010).

Em 1998, organizações sindicais iniciaram uma *interpelação*⁴⁸ da Organização Internacional do Trabalho (OIT) ao Brasil referente ao tema do racismo no mercado de trabalho brasileiro, pois o Brasil era signatário da Convenção nº 111 da OIT, desde 1968, que obriga os países membros a formular uma política nacional de promoção da igualdade de oportunidades e tratamento em matéria de emprego e ocupação.

Em reposta, o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) criou, em 1996, o grupo de trabalho para a Eliminação da Discriminação no Emprego e na Ocupação (GTDEO) e, em 1997, lançou o Programa Brasil Gênero e Raça cujo objetivo principal era a criação de Núcleos de Promoção da Igualdade de Oportunidades de Combate à Discriminação.

Entretanto, o resultado prático dessas iniciativas foram bastante limitadas, já que na prática estes núcleos funcionavam efetivamente apenas no combate à discriminação e de colocação de pessoas com deficiência no mercado de trabalho, sendo 90% dos atendimentos realizados à população com deficiência (JACCOUD, et. al. 2008).

Foi somente em 2001, em decorrência dos desdobramentos da mobilização relacionada à realização, em Durban, na África do Sul, da III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Intolerâncias Correlatas⁴⁹, que o Brasil passa a assumir um compromisso efetivo em relação às políticas públicas voltadas para a população negra. Esta conferência altera definitivamente a relação do Estado com a questão racial, inclusive na participação de instituições como o IPEA e IBGE na realização de estudos e pesquisas referente às desigualdades raciais brasileiras (JACCOUD, et. al. 2008).

Assim, o Brasil ratifica a Declaração de Durban, que dispõe em seu art. nº 108:

Reconhecemos a necessidade de se adotarem medidas especiais ou medidas positivas em favor das vítimas de racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata com o intuito de promover sua plena integração na sociedade. As medidas para uma ação efetiva, inclusive as

⁴⁸ Interpelação é um aviso ou advertência judicial a fim de que seja cumprido um acordo firmado (ARAÚJO; BARRETO; HEILBORN, 2010, p. 115).

⁴⁹ As duas conferências anteriores da ONU sobre o tema foram realizadas em Genebra em 1978 e em 1983 (JACCOUD, et. al. 2008. p. 274).

medidas sociais, devem visar corrigir as condições que impedem o gozo dos direitos e a introdução de medidas especiais para incentivar a participação igualitária de todos os grupos raciais, culturais, lingüísticos e religiosos em todos os setores da sociedade, colocando todos em igualdade de condições (BRASIL, 2001).

Foi a partir dos trabalhos preparatórios para a Conferência Mundial de Durban que as ações afirmativas começaram a ser pensadas seriamente como instrumento para a redução da desigualdade racial no Brasil. Esta nova linha de intervenção assentou-se sob a constatação de que sob qualquer prisma, a população negra no Brasil auferia sempre os piores índices sociais, exigindo assim ações específicas (SARMENTO, 2006 *apud* JACCOUD, et. al. 2008, p. 77).

Em outubro de 2001, o Ministério Público Federal criou, através da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, o Grupo Temático de Trabalho sobre Discriminação Racial. Também em 2001 foi criado o Conselho Nacional de Combate à Discriminação Racial (CNDC)⁵⁰ como parte integrante da estrutura do Ministério da Justiça e da Secretaria de Direitos Humanos (SEDH) (ARAÚJO; BARRETO; HEILBORN, 2010).

Ainda em 2001, tiveram início os programas de ações afirmativas em alguns ministérios, destacando-se como as primeiras experiências realizadas em órgãos públicos no país. Esses programas foram implementados pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Ministério da Cultura (MinC) e Ministério da Justiça (MJ), estabelecendo cotas para negros em cargos de direção, no preenchimento de vagas em concurso público, na contratação por empresas prestadoras de serviços e por organismos internacionais de cooperação técnica. Contudo, tais iniciativas obtiveram resultados limitados (JACCOUD, et. al. 2008).

Em maio de 2002, o governo publica o Decreto nº 4.228, que institui no âmbito do Governo Federal, o Programa nacional de Ações Afirmativas que não será

⁵⁰ Órgão colegiado, integrante da estrutura básica da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, criado através da Medida Provisória 2216-37 de 31 de agosto de 2001. Conforme decreto nº 5.397 de 22 de março de 2005, ao CNCD, compete propor, acompanhar e avaliar as políticas públicas afirmativas de promoção da igualdade e da proteção dos direitos de indivíduos e grupos sociais e étnicos afetados por discriminação racial e demais formas de intolerância. Sua composição se dá por representantes do Governo Federal e de organizações da sociedade civil, com ênfase nos movimentos sociais das populações negra, indígena e de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais - LGBT que se ocupem de temas relacionados com a promoção da igualdade e o combate à todas as formas de discriminação (ARAÚJO; BARRETO; HEILBORN, 2010, p.109).

efetivado nesse período, mas servirá como referência para as políticas de ações afirmativas do próximo governo.

O governo de Luiz Inácio Lula da Silva iniciado em 2003, proporcionou maior abertura para a implementação da questão racial na agenda do governo federal, tendo seu marco na criação da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), órgão com *status* de ministério e responsável pela consolidação da ação governamental nessa área (ARAÚJO; BARRETO; HEILBORN, 2010).

Esta secretaria foi criada pela Medida Provisória nº 111, de 21 de março de 2003, convertida na Lei 10.678, e resultado do reconhecimento das lutas históricas do Movimento Negro brasileiro. A data é emblemática, pois em todo o mundo celebra-se o Dia Internacional pela Eliminação da Discriminação Racial, instituído pela Organização das Nações Unidas (ONU), em memória do Massacre de Shaperville. Em 21 de março de 1960, 20.000 negros protestavam contra a lei do passe, que os obrigava a portar cartões de identificação, especificando os locais por onde eles podiam circular. Isso aconteceu na cidade de Joannesburgo, na África do Sul. Mesmo sendo uma manifestação pacífica, o exército atirou sobre a multidão e o saldo da violência foram 69 mortos e 186 feridos.

Um marco importante da SEPPIR foi a realização da I Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial em 2005. Tendo como referência as propostas aprovadas nesta conferência e outras políticas já encaminhadas pelo Governo Federal, em 2009, foi lançado o Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial (PLANAPIR)⁵¹, com o propósito de “indicar aos estados brasileiros objetivos e metas a serem seguidos para superar as injustiças raciais existentes no país por meio da adoção de políticas de ações afirmativas, associadas às políticas universais” (ARAÚJO; BARRETO; HEILBORN, 2010, p. 110).

Este processo de construção da agenda sobre a temática racial implicará em avanços institucionais na formulação de diversos programas e política públicas voltadas a essa população, no âmbito de diversos ministérios. Merece destaque a

⁵¹ O Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial é composto por 12 eixos que se subdividem da seguinte forma: a) Eixos Setoriais - Trabalho e Desenvolvimento Econômico (Eixo 1); Educação (Eixo 2); Saúde (Eixo 3); Diversidade Cultural (Eixo 4); Direitos Humanos; Segurança Pública (Eixo 5); Desenvolvimento Social e Segurança Alimentar (Eixo 10); e Infraestrutura (Eixo 11); e b) Eixos Transversais: Comunidades Tradicionais de terreiro (Eixo 8); Política Internacional (Eixo 9); Juventude (Eixo 12). Íntegra do plano em: <http://www.seppir.gov.br/publicações/planapir> Acesso em Nov. 2013.

reivindicação da coleta do quesito cor/raça que instrumentaliza as políticas públicas para a população negra, pois através desta coleta e da utilização de indicadores para evidenciar a discriminação nas áreas de trabalho, saúde e educação é possível explicitar as desigualdades raciais (ARAÚJO; BARRETO; HEILBORN, 2010, p. 110).

Nessa área também foi instituído o Programa de Combate ao Racismo Institucional, iniciativa de um conjunto de instituições mobilizadas em torno da necessidade de expandir a capacidade do setor público para identificar e atuar contra o acesos desigual de grupos raciais aos serviços oferecidos, já que no Brasil o racismo era negado de forma sistemática (JACCOUD, et. al. 2008).

Conforme o Documento da Comissão for Racial Equality (1999) *apud* Sampaio (2003, p. 82) o racismo institucional pode ser definido como:

[...] o fracasso coletivo de uma organização para prover um serviço apropriado e profissional para as pessoas por causa de sua cor, cultura ou origem étnica. Ele pode ser visto ou detectado em processos, atitudes e comportamentos que totalizam em discriminação por preconceito involuntário, ignorância, negligência e estereotipação racista, que causa desvantagens a pessoas de minoria étnica.

O programa desenvolveu-se durante dois anos (2005-2006)⁵², período em que realizou oficinas de capacitação e produziu material institucional, visando permitir a identificação e abordagem do racismo institucional. Este programa contribuiu para a inovação da forma de realizar o debate institucional sobre o tratamento desigual entre brancos e negros no âmbito do Estado e das entidades privadas (JACCOUD, et. al. 2008).

No contexto dos elevados índices de desigualdade racial na educação brasileira, em que os negros possuem menor escolaridade em todos os níveis e enfrentam as piores condições de aprendizagem e maior nível de defasagem escolar⁵³, um dos motivos para debater as desigualdades raciais no sistema de ensino se refere à necessidade de equalização dos resultados entre alunos brancos e negros, pois existe a necessidade de se fortalecer a escola como espaço

⁵² Com o fim do programa, o Ministério da Saúde passou a desenvolver a Campanha de Combate ao Racismo Institucional que tem como objetivo sensibilizar e capacitar os gestores e profissionais da área de saúde para o tratamento do tema (JACCOUD, et. al, 2008, p. 282).

⁵³ Em relação à taxa de analfabetismo da última década, 9,6% do total da população se encontra nessa condição, sendo 5,9% de brancos e 13,2% de negros. Fonte: IBGE/Censo 2010.

propagador do valor de equidade e da diversidade, de combate a atitudes, ideias e princípios favoráveis ao preconceito e à discriminação (JACCOUD, et. al. 2008).

Entre as iniciativas adotadas nesse sentido, destaca-se a aprovação da Lei 10.639/2003, que estabelece a obrigatoriedade da inclusão, no currículo do ensino básico, do estudo da História e da cultura afro-brasileira⁵⁴. Esta lei tem por objetivo contribuir para a eliminação de preconceitos e valores racistas durante a formação do indivíduo, promovendo maior conhecimento da história brasileira.

As dificuldades encontradas na implementação desta lei referem-se à resistência de inclusão da temática por parte dos gestores estaduais e municipais, falta de capacitação dos professores na área, além do limitado número de cursos de graduação em História que incluem formação em História da África (JACCOUD, et. al. 2008). Apesar das dificuldades na implementação da lei, ela representa uma importante iniciativa na abertura de novas perspectivas para o trabalho com os temas do preconceito, discriminação e racismo em sala de aula, bem como da capacitação de professores para lidarem com situações de discriminação no ambiente escolar.

Outra conquista histórica do movimento negro foi a instituição de ações afirmativas, desde 2001, visando promover o acesso de estudantes negros ao ensino superior, nas universidades brasileiras. O julgamento favorável à reserva de vagas para negros no Supremo Tribunal Federal (STF) e a promulgação da Lei das Cotas (Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012), voltada para as instituições federais de ensino superior, representam importante passo na luta pela igualdade racial, que impacta diretamente no mercado de trabalho (SANTOS; SILVA; SILVA, 2013).

Essas ações estabelecem, mesmo que limitadamente, condições concretas para a população negra lutar pela mudança de seu “lugar” na estrutura social brasileira. Com efeito, o acesso aos mais elevados níveis educacionais, bem como a disparidade, qualidade e eficiência da educação ofertada desigualmente entre regiões, entre zonas urbanas e rurais, entre rede pública e privada, e entre brancos e não-brancos, reforçam a reprodução dos padrões de desigualdade no mundo do trabalho (SILVA, 2013, p. 21).

⁵⁴ Projeto de lei nº 259/1999 de autoria da Deputada Esther Grossi.

Entretanto, não são apenas esses fatores que interferem no campo do trabalho, pois a desigualdade persiste entre negros e brancos, evidenciando a existência do racismo nas relações de trabalho. No que se refere às desigualdades no mercado de trabalho, o respectivo acesso sofre influência das condições de gênero e de raça e a posição que os trabalhadores conquistam condensam os reflexos destas discriminações, como é o caso das mulheres negras que apesar de representarem 20,6% da População Economicamente Ativa (PEA), constituem 33,9% dos desocupados e apresentam a maior taxa de desocupação em relação às mulheres brancas, que correspondem a uma taxa de 22,3% da PEA e 23,8% dos desocupados⁵⁵ (SILVA, 2013).

Percebe-se assim, que as mulheres negras no mercado de trabalho estão em desvantagem em relação às brancas. Os negros são maioria entre os trabalhadores sem carteira, entre os não remunerados e entre os trabalhadores domésticos, sendo que as mulheres negras correspondem a 93% desta última categoria. Por sua vez, as mulheres negras representam 56% dos ocupados no trabalho doméstico, que empregava, em 2010, quase 6 milhões de trabalhadores, o que correspondia a 7% do total de trabalhadores ocupados (SILVA, 2013).

Em relação ao mesmo nível educacional, os homens negros, embora recebam em média menos que os brancos, estão em vantagem em relação às mulheres. Conforme Silva (2013, p. 25), isso se deve, principalmente, à distribuição dos trabalhadores, em níveis hierárquicos e setores da economia, condicionada fortemente pelos papéis de gênero. Todavia, no agregado, as mulheres brancas, seguimento com maior nível de escolaridade, apresenta remuneração média maior que homens e mulheres negras.

Ainda de acordo com a autora, os efeitos da segregação racial ficam explicitados na forma como os indivíduos participam do mercado de trabalho, em diferentes posições, setores de atividades e níveis hierárquicos, refletindo-se na diferenciação salarial entre negros e brancos, mesmo que apresentem a mesma escolaridade.

No que se refere à relação entre questão racial e acesso à terra, o atual cenário de contestação às terras protegidas e ao direito dos povos tradicionais

⁵⁵ Fonte: IBGE/Censos de 2000 e 2010.

acirra-se em decorrência da propositura e aprovação de dispositivos legais contrários aos seus interesses⁵⁶. As políticas públicas voltadas para estas comunidades sempre foram marcadas por grandes desafios, entre eles o de fazer valer o dispositivo constitucional que garante a estes grupos a propriedade definitiva das terras que ocupam há sucessivas gerações⁵⁷ (SANTOS; SILVA; SILVA, 2013).

A ocupação de antigos espaços por descendentes de quilombolas é especial, pois estes possuem uma relação com a terra que ultrapassa a mera questão produtiva. A terra é sua identidade e está intimamente ligada com seu modo de ser e se perceber no mundo, pois dela desdobram-se relações sociais, econômicas e culturais próprias (bens materiais e imateriais), representando uma luta de resistência por parte das comunidades negras (FONSECA SILVA, 2013).

Dessa forma percebe-se a necessidade de um debate da questão racial como forma de afirmação do Projeto ético-político do Serviço Social, destacando-se que as formas de exclusão da população negra perpassam as dimensões de raça, classe e gênero articuladamente.

⁵⁶ Neste sentido, a aprovação, na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados, da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) no 215/2000; o início do julgamento da ADI no 3.239/2004 no STF; e a publicação da Portaria nº 303 da Advocacia Geral da União (AGU) intensificaram a insegurança quanto à efetivação dos direitos fundiários destas comunidades. (SANTOS; SILVA; SILVA, 2013, p. 430).

⁵⁷ Conquanto existam mais de 1700 comunidades quilombolas certificadas pela Fundação Palmares, apenas 139 títulos foram emitidos. Consultar <http://www.incra.gov.br/index.php/estrutura-fundiaria/quilombolas/file/108-titulos-expedidos-ascomunidades-quilombolas>.

CAPÍTULO 3. FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL: A NECESSIDADE DO DEBATE DA QUESTÃO RACIAL PARA AFIRMAÇÃO DO PROJETO ÉTICO POLÍTICO

O Serviço Social surge, no Brasil, a partir do acirramento da questão social, nas décadas de 1920 e 1930, quando a estrutura econômica capitalista já se baseava no trabalho livre e assalariado. O trabalhador, nesse contexto, estava submetido a condições abusivas de exploração, que somente ganhariam um significado social maior por meio do enfrentamento coletivo da classe trabalhadora contra a ordem capitalista.

A luta do operariado começa a ser vista pela classe burguesa como um perigo aos seus estimados valores, como a ordem pública, moral e religiosa. Surge a partir disso a necessidade de apoio da classe dominante a um Estado forte, que pudesse realizar um controle social sobre a massa de trabalhadores “revoltados” (CARVALHO; IAMAMOTO, 2009). O Estado contou nesse processo com o apoio da Igreja Católica e do empresariado.

O Estado e a Igreja passam a agir na tentativa de minimizar as expressões da questão social, o primeiro através de coerção e o segundo cooptando pessoas para tornarem-se agentes sociais no intuito de desenvolver ações assistencialistas (CARVALHO; IAMAMOTO, 2009). Assim, emerge o Serviço Social, como uma profissão legitimadora da ordem burguesa, tradicionalista e conservadora, fundada nas influências da Doutrina social da Igreja Católica, cujo principal objetivo era a contenção da classe trabalhadora e seu adestramento à ordem e moral dominantes.

Entre os anos de 1930 a 1960 as tensões geradas pela contradição entre capital/trabalho impõe ao Estado Liberal novas formas no trato da questão social, exigindo ações institucionais para além da mera coerção. A partir de então, o Estado passa a absorver as práticas desenvolvidas pelo Serviço Social da época, movidas pelo assistencialismo, que recebia forte influência das Escolas Franco-belga e Norte-americana (PINTO, 2003).

Influenciado por teorias norte-americanas, o Serviço Social ainda guiado pela Igreja, passa a orientar-se também pela teoria funcionalista, acreditando que o

homem tinha a capacidade de mudar por si mesmo, responsabilizando o indivíduo em detrimento da sociedade capitalista.

O ajustamento do homem à ordem socialmente posta encontra também na matriz positivista um suporte teórico-metodológico, pois nesse sistema ideológico o indivíduo é tratado de forma fragmentada, não observando a realidade material em que ele está inserido, sendo uma das primeiras bases de qualificação técnica do Serviço Social (YAZBEK, 2009). Conforme a autora, o questionamento a esse referencial só acontece entre 1960 a 1970, no Movimento de Reconceituação⁵⁸, resultado das mudanças sociais e políticas configuradas no desenvolvimento do capitalismo mundial.

Diante desse contexto histórico, o Estado brasileiro amplia sua atuação por meio da incorporação de algumas demandas das classes subalternas, o que ao lado das instituições assistenciais abre campo de trabalho para o Serviço Social, impulsionando a profissionalização dos assistentes sociais (YAZBEK, 2009).

A formação em Serviço Social passou por diversas transformações no decorrer desse período, pois emergiram vertentes que disputavam a imposição de seus projetos político-ideológicos, implicando em um debate interno, que fará a profissão se questionar sobre os seus valores e sua posição sociopolítica. No Movimento de Reconceituação, entre essas vertentes a profissão inicia um contato com uma vertente mais progressista, de referencial marxista, resultando na busca de uma ruptura com o Serviço Social Tradicional.

De acordo com Braz e Teixeira (2009, p.194),

Desde os anos 1970, mais precisamente no final daquela década, o Serviço Social brasileiro vem construindo um projeto profissional comprometido com os interesses das classes trabalhadoras. A chegada entre nós dos princípios e ideias do Movimento de Reconceituação deflagrado nos diversos países latino-americanos somada à voga do processo de redemocratização da sociedade brasileira formaram o chão histórico para a transição para um Serviço Social renovado, através de um processo de ruptura teórica, política (inicialmente mais político-ideológica do que teórico-filosófica) com os quadrantes do tradicionalismo que imperavam entre nós.

⁵⁸ O movimento de reconceituação abordou a perspectiva modernizadora que é caracterizada pela incorporação de abordagens funcionalistas, estruturalistas e mais tarde sistêmicas (matriz positivista); perspectiva de reatualização do movimento assumida por parcela da categoria profissional que resiste ao processo de laicização, recusando o rompimento com o estatuto de subalternidade da profissão; já a perspectiva de intenção de ruptura é uma crítica sistemática ao desempenho tradicional do Serviço Social em seus suportes teóricos, metodológicos e ideológicos; apresenta um padrão de análise textual bastante produtivo (após a derrocada da ditadura) (NETTO, 2011).

No entanto, a profissão tem uma inserção mais crítica em relação aos projetos burgueses conservadores no início dos anos 1980, a partir de uma verdadeira interlocução com a teoria marxista, construindo-se um debate plural em relação à orientação hegemônica do referencial teórico-metodológico do Serviço Social (YASBECK, 2009). Na transição de 1980 para 1990 a profissão ainda vai enfrentar outro desafio referente à reestruturação do capital com as políticas neoliberais, que desestruturavam direitos conquistados no âmbito do trabalho.

Nessa conjuntura contraditória, o Serviço Social encontrava-se construindo seu projeto coletivo profissional. Na intenção de imprimir a direção social da profissão por meio da atuação dos assistentes sociais, conecta-se a um projeto maior: o societário, que por forças internas e externas pode transformar ou dar continuidade a ordem social. A dinâmica das desigualdades sociais que transparecem latentes na sociedade brasileira vai ser refletida nessas disputas de projeto coletivo.

Todo projeto e, logo, toda prática, numa sociedade classista, têm uma dimensão política [...] Ou seja, se desenvolvem em meio às contradições econômicas e políticas engendradas na dinâmica das classes sociais antagônicas. Na sociedade em que vivemos (a do modo de produção capitalista), elas são a burguesia e o proletariado. Logo, o projeto profissional (e a prática profissional) é, também, projeto político: ou projeto político-profissional (TEIXEIRA; BRAZ, 2009, p.188).

O projeto ético-político do Serviço Social brasileiro está vinculado a valores que pressupõe a transformação social, pois apesar da profissão ter em sua gênese o conservadorismo, cristianismo, elitismos e moralismos, aconteceram mudanças políticas significativas que reverteram sua direção. A partir do Movimento de Reconceituação, o Serviço Social assumiu um comprometimento com a classe trabalhadora.

Nesse aspecto, é importante considerar que o Serviço Social assumiu um compromisso com a classe subalterna, mas não um simples compromisso de classe, pois também abrange o prisma da desigualdade racial vivenciada no Brasil, refletindo esse comprometimento em seu projeto ético-político que

[...] Tem em seu núcleo o reconhecimento da liberdade como valor ético central – a liberdade concebida historicamente, como possibilidade de escolher entre alternativas concretas; daí um compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais. Consequentemente, o projeto profissional vincula-se a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem dominação e/ ou exploração de classe, etnia e gênero (NETTO, 1999, p.104-5).

Os componentes construídos e legitimados pela profissão coletivamente que consubstanciam o projeto ético-político, como o Código de ética, a Lei de Regulamentação da Profissão (Lei nº 8.662/93) e as Diretrizes Curriculares dos Cursos de Serviço Social referendadas pela ABEPSS em 1996, refletem as questões de classe, gênero e raça, pois, o assistente social, orientado por uma perspectiva crítica na sua atuação, tem que perceber a totalidade e desvelar a realidade para compreender, por exemplo, as demandas da questão racial.

Na perspectiva assinalada, os projetos de formação e profissional são mais progressistas, “[...] fruto e expressão de um amplo movimento da sociedade civil, que desde a crise da ditadura, afirmou um protagonismo dos sujeitos sociais na luta pela redemocratização [...]” (IAMAMOTO, 2012, p.50). Para tratar das expressões da questão social, como a questão racial, o Serviço Social teve que romper com o conservadorismo ético para construir coletivamente um código de ética que defendesse princípios fundamentados nos direitos humanos. Tais reivindicações possuem sentido pelo fato da sociabilidade burguesa não garantir os direitos da população (BARROCO; TERRA, 2012). Direitos que sofreram diversas violações antes mesmo de serem postos em prática no país, pois o contexto social da década de 1990 foi marcado pela generalização da barbárie, bem como a fragilização desses direitos conquistados na Constituição Federal de 1988. Isso vai complexificar ainda mais as expressões da questão social, afetando o Serviço Social, por se tratar de uma profissão que atua diretamente nesta realidade.

Por isso a concepção de direitos humanos, historicamente posta no Código de Ética de 1993, busca apreender esses processos contraditórios da sociedade burguesa, caminhado em sentido oposto, visando construir um projeto profissional vinculado à construção de uma nova sociabilidade, sem dominação e exploração. Portanto, o Código de Ética de 1993 é uma ferramenta imprescindível e legítima de atuação junto às demandas da questão racial. O código apresenta e defende princípios que pretendem repensar os valores postos na sociedade capitalista, como por exemplo, o preconceito, visto neste documento a partir de uma perspectiva negativa.

A partir da compreensão de Heller (2004) o Código de Ética do Serviço Social trata o preconceito como um “desvalor”, negativo, que impede a autonomia dos

homens, limita sua liberdade e suas escolhas, não sendo compatível com o compromisso que a categoria profissional assumiu para com a classe trabalhadora. Além de ser uma forma de “alienação moral” que destoa da construção de um novo projeto societário mais equitativo e justo.

O Código de Ética de 1993 prevê entre outros princípios, alguns que contemplam especificamente essa temática, tornando-os fundamentais para a atuação dos assistentes sociais, como por exemplo,

- VI. Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças;
[...]
- VIII. Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero;
[...]
- XI. Exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física.

Esses princípios, embora limitados em sua prática na sociabilidade capitalista, permitem uma noção ampla de como deve se orientar a ação do assistente social, para romper mesmo que de forma momentânea com a “moral alienada” reproduzida no cotidiano. Nessa incessante dinâmica da realidade social, que produz e reproduz preconceitos, por meio das relações sociais subordinadas ao capital é que o profissional deve considerar esse novo “*ethos*” (BARROCO, 2009).

O Código de Ética do Serviço Social está vinculado a um projeto de uma nova ordem societária e, por isso, a disseminação desse “*ethos*” para tratar das expressões da questão social é o primeiro passo para se alcançar esse objetivo. Esse projeto societário encontra-se de modo geral na formação do projeto coletivo da profissão, logo na formação de sua identidade dentro de uma realidade contraditória, sendo necessariamente uma parte legítima do projeto ético-político do Serviço Social (BRAZ; TEIXEIRA, 2009).

Todavia, a ordem societária do capital não é estática, e as suas transformações impactam no “fazer profissional”, como as crises que corriqueiramente suscitam novas exigências aos assistentes sociais, cobrando da formação atuações que abarquem as diversas demandas da ordem burguesa e do acirramento da questão social. Considerando essas demandas, se faz imprescindível, além de um código de

ética orientado por uma perspectiva crítica, também uma formação profissional de qualidade, crítica e democrática (KOIKE, 2009).

Na busca de assegurar a articulação entre o código de ética e o desvelamento da questão social na formação, a profissão se organizou para elaborar um novo Currículo Mínimo para o Serviço Social. De acordo com Koike (2009) a ABESS/CEDEPSS, à época, apoiada pelo CFESS/CRESS, ENESSO, participaram da construção desse novo Currículo, aprovado em 1996, fincando suas bases no compromisso ético-político junto às bases da classe trabalhadora e apropriando-se da teoria social crítica de Marx.

As Diretrizes Curriculares de 1996 do Curso de Serviço Social definem no currículo mínimo o objeto da profissão - a questão social, ou seja, suas expressões, que exigem do assistente social uma formação crítica em relação à realidade social brasileira. Nessa direção, as Diretrizes Curriculares para o curso de Serviço Social exigem do assistente social uma perspectiva crítica, pois o define como,

[...] Profissional que atua nas expressões da questão social, formulando e implementando propostas de intervenção para seu enfrentamento, com capacidade de promover o exercício pleno da cidadania e a inserção criativa e propositiva dos usuários do Serviço Social no conjunto das relações sociais e no mercado de trabalho (ABEPSS, 1996).

Os conteúdos curriculares do curso em Serviço Social também formam uma estrutura comprometida com o desvelamento da realidade social, indicando o caminho metodológico para um possível desvelamento das expressões da questão social no Brasil. Apresenta três núcleos centrais que se articulam entre si dialeticamente e, conforme Iamamoto (2012), constituindo níveis específicos e complementares, que sustentam o pilar da formação profissional.

O primeiro núcleo se refere aos *fundamentos teóricos e metodológicos da vida social*, indicando o arcabouço teórico e ético-político que o assistente social necessita apreender para analisar a realidade em que os indivíduos estão inseridos (ABEPSS, 1996). Como uma profissão inscrita na divisão sócio-técnica do trabalho, o assistente social precisa de ferramentas que o auxiliem com as demandas da questão social, para entender a dinâmica do capital e não incorrer em senso comum. Assim, a formação deve oferecer um caminho metodológico articulado ao projeto ético que assegure tal conhecimento crítico.

O segundo núcleo referente aos *fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira* dispõe sobre o conhecimento das particularidades da realidade nacional, considerando a construção histórica social (ABEPSS, 1996). Inclui o desenvolvimento urbano e rural, as peculiaridades das diversas regiões, tratando da necessidade do profissional compreender a formação das expressões da questão social dadas no país, desmistificando a naturalização dessas demandas. É um núcleo essencial que abrange a discussão da questão racial, sendo infundada uma análise da realidade brasileira que desconsidere a demanda racial.

O terceiro núcleo é composto pelos *fundamentos do trabalho profissional*, que compreende os elementos constitutivos do Serviço Social como profissão situada historicamente, com arcabouço teórico, metodológico e técnico, exposta à dinâmica social capitalista, que possui um projeto ético-político que orienta o exercício profissional e a formação (ABEPSS, 1996). Os elementos que pertencem ao “fazer profissional” do assistente social encontram-se contemplados nesse núcleo, como a pesquisa, o planejamento, o processo de trabalho e o estágio supervisionado.

Articulados, os núcleos apresentam verdadeiras ferramentas para a atuação do Serviço Social, como por exemplo, para entender as demandas da questão racial hoje e prestar serviços de qualidade para a população negra, é necessário a compreensão do que é a propriedade privada, a questão social, a formação do capitalismo no Brasil, como os negros foram incorporadas e tratados desde o início da formação nacional, a que classe pertencem, quais os mecanismos simbólicos que se perpetuam na ordem do capital no intuito de oprimir essa população como o preconceito, racismo, machismo, entre outros. A ação profissional a partir dessa construção e entendimento ético-político, deve considerar também o instrumental técnico-operativo necessário ao atendimento da demanda, com base em valores éticos diferenciados que buscam construir uma nova sociedade que suprima as formas de opressão e exploração vigentes.

Por meio das diretrizes curriculares, o Serviço Social busca romper com a lógica tradicionalista de currículo centrado apenas em disciplinas, incorporando também, de acordo com Iamamoto (2012), o contato com monitorias, oficinas, pesquisas, extensão, intercâmbios, seminários, como parte essencial da formação profissional.

Porém, apesar da construção coletiva de diretrizes progressistas em relação à formação, o projeto sofreu impactos no decorrer do processo de privatização da educação.

A década de 1990 é marcada pela investida neoliberal, pelo desemprego estrutural e pela flexibilização do trabalho, impactando diretamente na forma como o ensino brasileiro vai se estruturar. De acordo com Guerra (2010), a precarização dos direitos sociais, a mercantilização e o caráter assistencialista das políticas sociais, a focalização da pobreza, a rotatividade e intensificação do trabalho, impelem a ação profissional e a orientação da formação a corresponderem às necessidades do capital.

Dessa forma, proliferam-se cursos de Serviço Social, sem necessariamente assegurar a qualidade do ensino, enquanto esta é deixada de lado para efetivar o controle da classe subalterna e garantir a lucratividade do mercado. Segundo análise de Pereira (2010), existem dois pontos cruciais nessa discussão que historicamente perpassam pelo governo Fernando Henrique e o governo Lula⁵⁹, gerando consequências na atualidade.

O primeiro ponto é o direcionamento do empresariado para a difusão de cursos da área de Humanas, como o Serviço Social, pelo fato dos baixos custos e da alta lucratividade. Nessa perspectiva, o lucro é priorizado em detrimento de uma formação crítica. O segundo ponto refere-se à necessidade de manutenção de um consenso social em torno das reformas estruturais, em consonância com as políticas dos organismos internacionais do capital.

Nesse contexto histórico de contrarreforma⁶⁰ explanado pela autora, podemos entender que a classe dominante impõe sistematicamente a desestruturação da educação no país, visando manter seus privilégios e não assegurar direitos a classe trabalhadora. Dessa forma, utiliza o Serviço Social como um mecanismo de controle e reprodução de práticas descomprometidas e desconectadas das principais discussões sobre as expressões da questão social.

⁵⁹ Para um detalhamento dessa discussão, ver: PEREIRA, L. D. “A expansão do cursos de Serviço Social em tempos de contrarreforma do ensino superior brasileiro” (2010).

⁶⁰ “Nessa direção, compreende-se que a criação dos cursos na área de Humanidades, como o de Serviço Social – além de proporcionar novos campos de expansão ao capital, fundamentais na fase atual do capitalismo – responde à necessidade de formação de intelectuais difusores de uma sociabilidade conformista e colaboracionista” (PEREIRA, 2010, p. 324).

A autora ainda destaca que em 2003⁶¹ o governo respectivo buscou incentivar o empresariado a investir na proliferação de cursos, por meio de ampla isenção fiscal, principalmente pelo Programa Universidade para Todos (PROUNI), além de dobrar o quantitativo de alunos por turma via Programas de Apoio à Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). Apesar de ser positiva a ampliação de cursos em Instituições do Ensino Superior (IES) públicas e a entrada de mais pessoas para essa etapa do ensino, deve ser considerado dialeticamente a que custo essa reestruturação está sendo realizada⁶².

Além do mais, em 2002, o currículo mínimo do curso de Serviço Social postulado anteriormente pela ABEPSS em 1996 passou por um processo de “enxugamento”⁶³ junto ao MEC, configurando-se no currículo atual.

Para compreender como essas transformações afetam a dinâmica do curso de Serviço Social na Universidade de Brasília (UnB) é necessário primeiro conhecer sua construção histórica.

O curso de Serviço Social da UnB completou 42 anos em 2013, e seu surgimento se deu com a criação da primeira Faculdade de Serviço Social de Brasília⁶⁴ (FSS). Foi o único até 1988 a formar profissionais no Distrito Federal por quase três décadas, um quadro que só mudou pela aprovação da Lei de Diretrizes e Bases (1996) responsável pela expansão acelerada dos cursos privados.

O curso de Serviço Social da UnB busca, em seu projeto pedagógico e ações desenvolvidas, articular ensino, pesquisa e extensão para a graduação e pós-graduação, sendo a direção teórica do curso assegurada com muito esforço pela incorporação das diretrizes curriculares da ABEPSS (1996). O curso objetiva formar um profissional crítico, capaz de lidar com as diversas demandas da questão social, sem, contudo, subordinar a formação necessariamente aos ditames do mercado, apesar de todo o assédio do capital.

⁶¹ Ver Pereira (2010).

⁶² Especialmente no governo Lula, foi criada uma nova modalidade de Ensino - o Ensino à Distância (EaD), com 11 (onze) IES ofertantes de cursos de Serviço Social na modalidade EAD, sendo responsáveis pela oferta de 46.620 vagas de Serviço Social na modalidade EAD, enquanto as demais 199 (cento e noventa e nove) IES ofertam 24.824 vagas na modalidade presencial, anualmente (PEREIRA, 2010, p. 326).

⁶³ Ver Resolução nº 15, de Março de 2002, que estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Serviço Social. Disponível em: <http://www.cfess.org.br>. Acesso em 21/11/2013.

⁶⁴ Seu reconhecimento pelo MEC ocorreu por meio do Decreto nº. 058953 de 1º de agosto de 1966. Disponível em: <http://www.ser.unb.br>. Acesso em 21/11/2013.

A criação do curso de Graduação em Serviço Social no período noturno em 2010, resultado da política de expansão das universidades públicas brasileiras nos marcos do Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), implicou na intensificação do trabalho docente, entre outros. Nesse contexto, o Departamento de Serviço Social da UnB criou estratégias de enfrentamento dessas situações de precarização para manter a qualidade do ensino aos alunos⁶⁵.

Em 2009, o curso de Serviço Social da UnB passou por uma revisão curricular objetivando dar respostas às demandas advindas com a nova realidade.

O objetivo geral explanado por esse projeto curricular da UnB pretende consolidar uma formação profissional de caráter generalista e crítica, buscando um sólido embasamento teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo que possibilite ao futuro assistente social a apreensão do significado social da profissão, a compreensão dos desafios postos pela realidade social e a capacidade de materializar as possibilidades de ação nela contidas (PPP/UnB, 2009). Para formar esse profissional capaz de intervir nas expressões da questão social, o curso transforma as disciplinas e atividades extracurriculares em um eixo central para a construção do arcabouço teórico-metodológico e ético-político necessário para atuação do profissional.

Porém, o Projeto Político Pedagógico da UnB não pretende dar conta de toda a proposta curricular, mas possibilita a criação de espaços para o debate, adequando, na medida do possível, as propostas dos núcleos das Diretrizes Curriculares em um conjunto de matérias. Especificamente em relação à questão racial, o projeto pedagógico do Serviço Social da UnB contempla com disciplina optativa uma matéria denominada “Gênero, Raça/etnia e Política Social” ofertada no 8º semestre do curso. No primeiro período do curso é ofertada a disciplina obrigatória “Questão Social e Serviço Social”, também como forma de apresentar esse debate.

De acordo com o projeto pedagógico essa matéria articula os Núcleos de Fundamentos do trabalho profissional, problematizando a questão social; os Fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira, discutindo também a questão ético-política a partir dessa temática (PPP/UnB, 2009). No

⁶⁵ Disponível em: <http://www.ser.unb.br>.

entanto, a questão racial não é tratada como uma disciplina obrigatória, fragilizando a formação profissional do assistente social, posto que para entender a realidade social brasileira, é necessário compreender a formação da questão racial no país.

Diante disso, essa pesquisa analisa a percepção dos discentes do curso de Serviço Social em relação à efetivação do projeto pedagógico no que tange à questão racial na formação e a aproximação dessa demanda como parte da questão social. Procura-se saber como está sendo desenvolvido o debate sobre racismo como mecanismo de desigualdade racial e se existe uma articulação deste debate com o projeto ético-político, que será analisado à luz dos dados obtidos a partir dos questionários e entrevistas realizados, no qual os procedimentos metodológicos de coleta serão apresentados no tópico seguinte.

3.1. Percurso Metodológico

A respectiva pesquisa se baseia na abordagem metodológica materialista histórica e dialética, por meio da qual é possível o reconhecimento da totalidade e contradição dos aspectos sociais, econômicos, políticos e culturais que perpassam a vida em sociedade.

Por se tratar de um estudo descritivo-exploratório de abordagem qualitativa, considerado como o mais adequado para cumprir os objetivos propostos pela pesquisa, optou-se por utilizar a estratégia metodológica de coleta de dados por meio da aplicação de um questionário on-line na primeira fase da pesquisa e a realização de entrevista presencial na segunda fase da pesquisa, cujo roteiro semi-estruturado, com 24 perguntas abertas e fechadas, foi elaborado visando identificar a percepção sobre a temática étnico-racial como expressão da questão social, entre os discentes do curso de Serviço Social da UnB que estão matriculados nas disciplinas de Estágio em Serviço Social 1 e 2, tanto do diurno, quanto do noturno. Essa escolha se deu por considerar que esses estudantes já estão inseridos em campos de estágio, em um processo de relacionar dimensões teóricas e práticas do exercício profissional, e se deparam cotidianamente com as inúmeras expressões da questão social, traduzidas em demandas que se colocam para o Serviço Social e, dentre elas, a questão racial.

Em relação às entrevistas, a intenção foi realizar uma análise dos dados a partir do conteúdo apresentado, que consistiu em capturar o sentido dos mesmos, visando compreender de modo mais profundo e amplo os dados apresentados no questionário, além de buscar a interpretação de seus significados (CRESWELL, 2007).

Inicialmente foi solicitado à coordenação de estágio os endereços eletrônicos dos estudantes matriculados em estágio como forma de fazer o primeiro contato com os sujeitos da pesquisa e apresentar os propósitos do estudo.

Antes disso, é importante destacar que o projeto foi apreciado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UnB. Por isso foram tomados todos os cuidados éticos da pesquisa científica, de forma a garantir anonimato e sigilo nas informações prestadas.

Em seguida, após ter acesso aos endereços dos estudantes, foi encaminhado e-mail e o questionário foi disponibilizado na plataforma “GoogleDrive” no endereço eletrônico: www.google.com/drive, tendo sido enviado o link por e-mail aos participantes da pesquisa. Optou-se por esta forma de coleta de dados pela viabilidade e conveniência que possibilita que os participantes da pesquisa respondam o questionário no momento em que lhes for mais viável, evitando-se assim respostas apressadas que de outra forma poderiam comprometer as conclusões obtidas.

A partir de um levantamento de dados no sistema *Matrícula Web*, identificou-se o total de 95 estudantes matriculados em Estágio em Serviço Social 1 e 2 (diurno e noturno), sendo que deste total, 23 discentes responderam o questionário, o que corresponde a 24,2% do total. Dos 23 discentes respondentes, foram selecionados 4 estudantes cotistas para a realização das entrevistas.

A tabulação e a sistematização dos dados foram realizadas em programa Excel que possibilita a geração de gráficos e tabelas para melhor visualização e análise, bem como foi seguida da elaboração de uma categorização para a análise das questões abertas e para as que se mostraram mais relevantes e recorrentes nas respostas dos participantes.

Essa categorização se baseia em Lefevre e Lefevre (2012) buscando a construção do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC) dos alunos participantes da

pesquisa, considerando como atributos quantitativos de análise do discurso a intensidade que se refere ao número ou percentual de indivíduos que contribuíram com suas expressões-chave relativas às ideias centrais ou ancoragens semelhantes ou complementares, para a confecção de um dado discurso do sujeito coletivo.

O conceito de intensidade apresentado por Lefevre e Lefevre (2012) permite ao pesquisador conhecer, no campo pesquisado, o grau de compartilhamento das representações sociais entre a população pesquisada. Como o objetivo da pesquisa foi analisar a percepção dos estudantes de Serviço Social da UnB sobre a questão étnico-racial como expressão da questão social, considerou-se para a análise de dados as respostas e relatos de estudantes das disciplinas de Estágio em Serviço Social 1 e 2 do diurno e noturno. Também se analisou o projeto político pedagógico do curso de Serviço Social, suas diretrizes curriculares e o projeto pedagógico da UnB em relação à questão étnico racial.

3.2 Análise de dados

Serão apresentadas as análises dos questionários aplicados aos discentes do curso de Serviço Social da UnB, bem como as entrevistas que foram realizadas com os alunos cotistas selecionados, matriculados nas disciplinas de Estágio em Serviço Social 1 e 2, no intuito de identificar a percepção sobre a temática étnico-racial como expressão da questão social. Serão articuladas as repostas constantes nos questionários com o arcabouço teórico apresentado dos capítulos anteriores, para melhor visualização e compreensão os dados que foram sistematizados e apresentados sob a forma de gráficos.

Em relação às entrevistas, foram transcritos os trechos que possam vir a auxiliar na análise, possibilitando uma articulação entre dados objetivos e subjetivos da pesquisa. Da aplicação do instrumento de pesquisa foi possível obter os dados abaixo analisados.

Em relação aos dados acadêmicos, foi possível traçar um perfil dos participantes da pesquisa. No que se refere à posição no curso de Serviço Social, os discentes estão matriculados entre o 5º e o 8º semestre, sendo que, 17,4% (4) estavam no 5º semestre, 47,8% (11) se encontravam no 6º, 26,1% (6) no 7º e 8,7%

(8) dos alunos estavam no 8º semestre. Tendo em vista que as disciplinas de “Estágio em Serviço Social” possuem como pré-requisito as matérias “Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social” e “Fundamentos Éticos e Ética Profissional” e que estas fazem parte de um ciclo de formação articulados com o Projeto Ético-político do Serviço Social, pressupõe-se que os alunos já se apropriaram de categorias fundamentais para a discussão da questão étnico-racial.

Em relação ao turno em que se encontravam matriculados os alunos participantes da pesquisa, havia 12 no diurno e 11 afirmaram ser do período noturno. No que se refere à idade dos alunos pesquisados, observa-se que encontram na faixa etária entre 19 e 28 anos, sendo que havia uma aluna participante de 59 anos, correspondendo a uma média de idade de 22 anos. Dos participantes da pesquisa, 74% (17) se declararam do sexo feminino, enquanto que 26% (6) disseram ser do sexo masculino.

No que tange à cor/raça dos participantes da pesquisa, 52% (12) dos alunos se declararam pardos, 31% (7) se consideram brancos, 17% (4) afirmaram serem pretos e nenhum se declarou amarelo. Este dado demonstra que dos pesquisados a maioria é composta por pardos e pretos, conforme ilustra o Gráfico 1 a seguir.

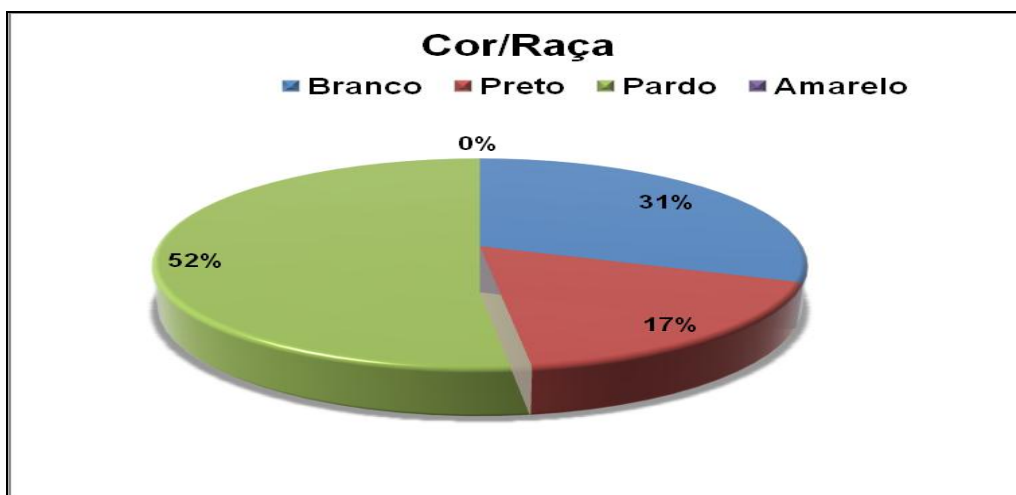


Gráfico 1 – Dados referente à Cor/Raça

Fonte: Pesquisa de campo. Elaborado pela autora.

A opção pelo levantamento do quesito cor/raça na pesquisa está vinculada a uma opção política e metodológica necessária para analisar como se auto-classificam os estudantes participantes da pesquisa. Considerando que no Brasil a ideia de raça encontra-se diluída na ideia de cor e que as categorias de cor são

construídas culturalmente para dar conta de caracteres fenotípicos, observa-se que a maioria (52%) dos participantes se auto-identificam com a categoria “pardo”. De acordo com Schwarcz (2012, p.98) esse termo surge em um emaranhado de conceituações branqueadoras da população, em que “Pardo é, pois, um termo paradoxal e de difícil tradução. Na linguagem oficial representa uma incógnita, já na popular tem cor definida e é silencioso, à semelhança do racismo vigente em nosso país”.

Essa escolha pela categoria “pardo” pode ser entendida como uma das estratégias utilizadas para contrabalancear práticas de discriminação, ou seja, constroem-se matizes que se aproximam do componente de pele mais clara, na busca de uma melhor aceitação social (ARAÚJO; BARRETO; HEILBORN, 2011). Assim, a atribuição da cor dos discentes se realiza de maneira que depende das relações sociais e vem revestida de significados no âmbito de um contexto histórico-cultural e social determinados.

Na realização das entrevistas uma das questões do roteiro se referia especificamente à compreensão dos entrevistados sobre racismo e discriminação racial. Das respostas que trouxeram subsídios relevantes de análise foram sistematizadas algumas categorias, como:

Compreensão sobre racismo e Discriminação

Eu acho que é racismo quando algumas pessoas, elas são discriminadas, menosprezadas, em função da sua cor (Entrevistado “B”).

Engraçado porque você me trouxe uma questão que eu chamei essa semana com uns amigos meus. A gente falando sobre cotas, sobre cotas sociais, cotas raciais, enfim né? E aí me veio essa questão. Aí eu falei: gente qual é a diferença entre racismo e discriminação? Assim, a meu ver, posso estar errada, mas, né, enfim. Racismo é quando...há um preconceito muito intitulado quanto à raça, quanto à cor que aquela pessoa tem, entendeu? E discriminação, eu acho que vem sobre outros detalhes, outros detalhes que chamam a atenção e aquela pessoa tem preconceitos sobre aqueles detalhes. Então racismo vem em questão da raça, da cor que a pessoa tem, né? Preconceito, tudo mais. E a discriminação vem sobre outros detalhes, a forma que ela fala, sotaque de outro estado, seja pela forma que ela se veste, seja pela...acho que é isso (Entrevistada “C”).

O racismo na verdade é a totalidade de todas as expressões que a discriminação traz, e a discriminação ela é a prática. Ela é quando o racismo é colocado em ato né (Entrevistada “D”).

As entrevistadas “C” e “D” demonstram uma compreensão mais aproximada sobre a conceituação das categorias de racismo e discriminação, enquanto que o entrevistado “B” demonstra certa insegurança para conceituar as categorias levantadas.

No questionário foi inserida uma pergunta visando obter informações sobre a forma de ingresso do estudante na UnB, se por cotas para negros ou não. A partir desse dado foi possível obter que dos respondentes 74% (17) disseram não ser cotistas, enquanto que 26% (6) afirmaram que ingressaram na UnB por meio de cotas raciais, conforme o Gráfico 2.

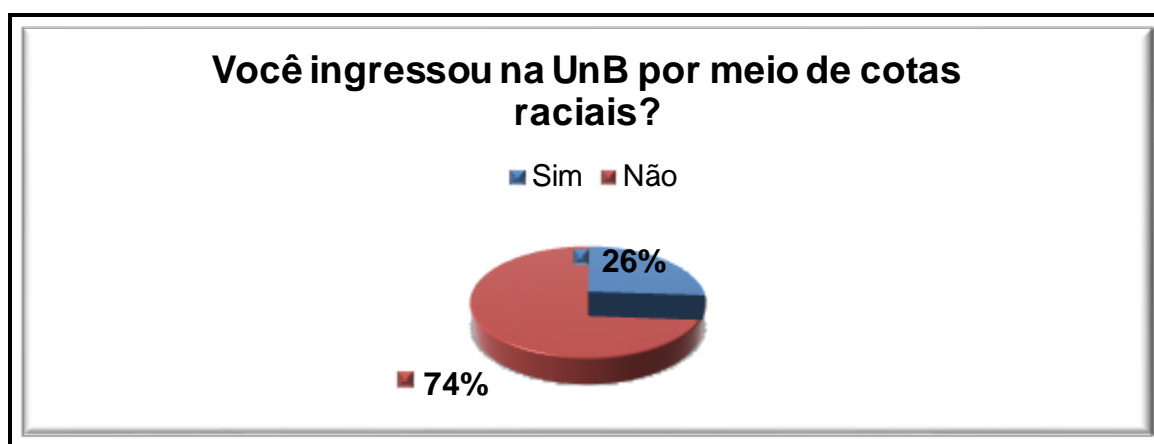


Gráfico 2 - Ingresso na UnB por Cotas Raciais

Fonte: Pesquisa de campo. Elaborado pela autora.

A UnB é pioneira na implementação de cotas raciais, reservando vagas para negros e indígenas desde 2004. Em abril de 2012, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que o sistema de cotas da UnB é constitucional. Tais ações afirmativas constituem políticas compensatórias que só possuem sentido quando o público alvo de tal política se encontra de fato em situação de inferioridade, desprivilegiada na sociedade.

Os alunos da pesquisa, em sua maioria, não recorreram às cotas, apesar dos “pardos” serem classificados pelas políticas públicas como parte constituinte da população negra. Mesmo assim, eles não utilizaram deste mecanismo. Isso se deve a diversos fatores que estão para além do alcance desta pesquisa, mas nos ateremos a uma linha de discussão sobre alguns motivos referentes a essa opção.

Se as cotas são desenvolvidas para pessoas desprivilegiadas no cenário nacional, qual o motivo para o indivíduo se auto-identificar como tal? Conforme Guimarães (1999, p.192) “Quem gostaria de ser negro para ingressar nas universidades, por exemplo, a não ser os negros? [...] Se ser negro é algo desvantajoso, quem gostaria de ser identificado como negro?”. A ação afirmativa possui como um dos seus objetivos o reforço da identidade racial, e nesse sentido é que se pressupõe que os estudantes pardos participantes da pesquisa podem ter tido dificuldades para reconhecer sua identidade étnico-negra positivamente, dentro de um contexto no qual ser negro é estar sujeito ao status de “inferioridade”.

Em relação à formação no ensino fundamental, dentre os participantes da pesquisa foi possível obter que 4% (1) estudaram em escola privada com bolsa, 35% (8) em escola privada e 61% (14) em escola pública. Já no ensino médio as respostas dos discentes apresentam os seguintes dados: 57% (13) dos alunos responderam ter feito o ensino médio em escola pública, 30% (7) estudou em escola privada durante esse período, enquanto que 13% (3) frequentaram escola privada com bolsa de estudos.

Interessante notar que a maioria dos estudantes cursaram o ensino médio e fundamental em instituições públicas ou com bolsas em escolas privadas, correspondendo a 65% para o ensino fundamental e 70% para o ensino médio. Infere-se que a maioria dos discentes fazem parte da classe trabalhadora constituída predominantemente por pretos e pardos. Na cultura educacional brasileira o ciclo básico de formação que compreende os níveis fundamental e médio possuem como *locus* privilegiado de ensino as escolas privadas.

Foi questionado aos discentes se eles conheciam a Lei nº 10.639/2003 referente a inclusão obrigatória da temática “História e cultura Afro-Brasileira” no currículo oficial da rede de ensino, que visa combater a intolerância no ambiente escolar, além de ser uma proposta para a formação de cidadãos com consciência de que a sociedade brasileira é multiétnica, culturalmente diversa e formada pela exploração de negros e indígenas. Constatou-se que 65% (15) dos alunos afirmaram desconhecer tal lei, enquanto que 35% (8) disseram ter conhecimento da mesma.

É importante ressaltar que a lei foi promulgada há mais de dez anos e tornou-se obrigatória no currículo da educação básica. No entanto, a maioria dos

entrevistados afirma não conhecê-la, o que pode implicar em diversos fatores, desde a alienação vivenciada pela população brasileira em relação à construção de políticas públicas, até mesmo a desmistificação de preconceitos por meio do conhecimento disseminado na formação básica. De acordo com Barros (2011, p. 01), “a democratização da educação é [...] um dos caminho privilegiados para o reconhecimento e a valorização histórica da população negra e, conseqüentemente, para o rompimento do etnocentrismo que fundamenta o racismo que se expressa em níveis individual e institucional”.

As experiências vivenciadas no período escolar são importantes para o desenvolvimento da identidade positiva do negro, pois a escola leva a criança negra a se defrontar com a questão étnico-racial, mas não a leva a construir sua identidade étnico-negra positiva (PINTO, 2003). Podemos articular esse entendimento com o fato de que no Brasil a educação sempre foi controlada, de certa forma, por uma elite branca, a quem nunca interessou desnaturalizar qualquer tipo de desigualdade.

Nos marcos do capitalismo, a precarização da educação é uma expressão da questão social que vincula-se mutuamente à questão racial em um processo de negatização social da população negra. Nesse contexto, pode-se apreender até o momento que os discentes participantes da pesquisa em sua maioria pretos e pardos, oriundos de escola pública, pertencentes a classe trabalhadora, não conhecem tal lei porque existem nesse país mecanismos que impedem a efetivação de direitos para essa população.

Quanto ao direito à educação superior pública como privilégio de pessoas brancas, foi questionado aos discentes se os mesmos consideram que a universidade ainda seja um espaço privilegiado de brancos. Constatou-se que 78% (18) afirmaram que sim, que a universidade é um espaço/reduto dos brancos em detrimento de outras pessoas, enquanto que apenas 22% (5) responderam que não acham isso, conforme apresenta o Gráfico 3.

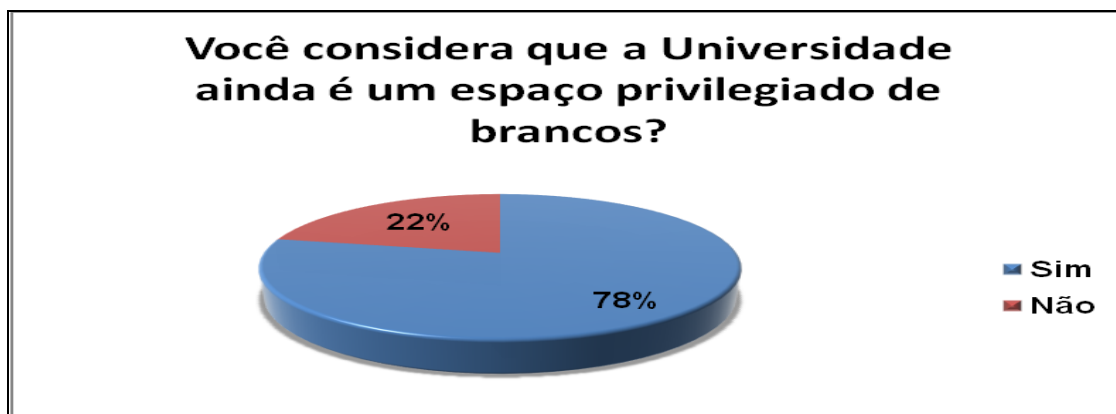


Gráfico 3 - Universidade como espaço privilegiado de brancos

Fonte: Pesquisa de campo. Elaborado pela autora.

É possível notar que os entrevistados, em sua maioria, compreendem que a universidade pública é um campo que reproduz privilégios de nossa sociedade, refletindo a desigualdade de acesso ao ensino superior da população negra⁶⁶. Analisando o contexto histórico da educação como uma expressão da questão social no Brasil, existem fatores postos pelo capital que contribuem para esse cenário da universidade pública.

Como explica Guimarães (2003), um fato marcante na política educacional brasileira, ocorrida a partir de 1964 na ditadura militar, foi a estagnação da rede de ensino público universitário, concomitante com a expansão do ensino privado em todos os níveis de educação. Essa política teve continuidade nos governos democráticos, o que representou uma forte desigualdade no acesso à universidade pública, pois as escolas privadas de ensino básico fortaleceram-se para conquistar as poucas vagas oferecidas pelas universidades públicas.

Com base na argumentação do autor, o ensino básico público foi sendo precarizado em contraponto ao privado, afetando diretamente a população negra de baixa renda, usuária dos serviços públicos. A classe média negra também foi prejudicada pelos efeitos dessa política, recorrendo às escolas privadas de baixo prestígio e obtendo diploma de nível superior em faculdades privadas, o que acentuava ainda mais a discriminação racial no mercado de trabalho.

⁶⁶ De acordo com o IBGE, o percentual de negros no ensino superior passou de 10,2% em 2001 para 35,8% em 2011. Disponível em: <http://noticias.terra.com.br/educacao/ibge-em-10-anos-triplica-percentual-de-negros-na-universidade>. acesso 26/12/2013.

A partir desse contexto, o acesso aos mais elevados níveis educacionais, bem como a disparidade de qualidade e eficiência da educação ofertada desigualmente entre escola pública e privada, e entre brancos e não-brancos, reforçam a reprodução dos padrões de desigualdade no mundo do trabalho (SILVA, 2013, p. 21). As cotas raciais para ingresso nas universidades públicas representam uma tentativa de mudança desse cenário.

A pesquisa objetivou também identificar a opinião sobre a importância das ações afirmativas como estratégias de combate à discriminação e segregação racial. Nesta questão foram obtidos os seguintes dados: 74% (17) dos alunos acreditam que as ações afirmativas sejam uma boa estratégia nesse sentido, enquanto que 13% (3) responderam negativamente à questão e outros 13% (3) disseram desconhecer sobre o assunto, conforme se apresenta no Gráfico 4.



Gráfico 4 – Considera importante as Ações Afirmativas?

Fonte: Pesquisa de campo. Elaborado pela autora.

Articulado com a questão, foi disponibilizado espaço para justificativa da resposta, das quais destacamos uma resposta favorável às ações afirmativas:

Sim. Porque trata os desiguais de forma desigual para que possam atingir a igualdade, o que está previsto constitucionalmente. Tal desigualdade é fruto de uma história perversa que tem encontrado espaço nos dias atuais (Aluna do 7º semestre).

Esta participante se declara como branca, não cursou nenhuma disciplina que abordasse a temática racial e afirma-se insegura no que se refere a agir como assistente social em caso de racismo e/ou discriminação. Apesar de ser favorável às

ações afirmativas observa-se que a aluna não teve contato até o momento com esse debate nas disciplinas do curso de Serviço Social.

Como resposta contrária, destaca-se o relato abaixo:

Não. Isso diz que a pessoa não tem capacidade suficiente para fazer o vestibular convencional como todos. Eu creio em ações sociais, ou seja, cota para quem realmente precisa ou melhorar o ensino público (Aluna do 6º semestre).

A discente se auto-declarou parda e afirmou que como futura assistente social seria capaz de identificar e agir em um caso de racismo e/ou discriminação racial. Também já cursou a disciplina de Ética no Serviço Social que segundo ela tratou da questão étnico racial. Apesar disso pode-se inferir de seu comentário que a aluna não teve contato com o debate mais aprofundado da questão.

E por último, como resposta sem opinião:

Não tem opinião. Não conheço o termo (Aluna do 6º semestre).

Esta aluna apesar de afirmar desconhecer o termo “ações afirmativas”, informa que teve acesso ao debate sobre a temática racial em praticamente todas as matérias, em especial na disciplina de Fundamentos Éticos e Ética Profissional, havendo uma contradição, ou até mesmo uma lacuna em relação à discussão sobre essa temática.

Apesar da maioria dos discentes serem favoráveis às ações afirmativas, percebe-se que o debate crítico em relação à questão racial não foi contemplado plenamente durante a graduação. Existe uma consciência da maioria dos discentes de que é necessária uma reparação histórica para com os negros, sendo as ações afirmativas reconhecidas como um instrumento para isso, mas não necessariamente significa a apropriação por parte dos alunos dos elementos críticos que compõe o debate.

Também por meio das entrevistas foi possível colher dados importantes que subsidiassem a análise do Discurso do Sujeito Coletivo (Lefevre e Lefevre, 2012) dos alunos sobre as ações afirmativas. A pergunta colocada foi: *O que você acha das ações afirmativas?*

Concepção das Ações Afirmativas

[...] antes eu não tinha isso, antes eu não falava que eu era cotista. Hoje eu já não vejo problema nenhum! Porque as pessoas repugnam tanto você ser cotista, pra mim não é absurdo nenhum velho, sou cotista sim! Sou mulher sim! Negra de periferia, sim! Assim sabe, antes eu não tinha essa afirmação de onde eu vim, hoje eu tenho, vejo essa necessidade de a gente ter sim, ações afirmativas. É uma necessidade muito grande, a gente tem que buscar isso, a gente tem que influir, a gente tem que é plantar essa sementinha nas pessoas sabe? (Entrevistada “A”).

Eu acho essencial, particularmente, sabe? Eu acho que até hoje a gente vê que mesmo com as cotas, aqui a gente tendo essa oportunidade de entrar, e não é uma oportunidade muito grande, são poucas vagas que tem né, para os cotistas, mas que é uma oportunidade de eles estarem ingressando, e muitos falam: *ah, é uma facilidade*. Tá tirando a facilidade de uma pessoa que ta entrando, né, pelo sistema universal, pra entrar na universidade, só que eu não encaro dessa forma, sabe? Porque mesmo eles se inserindo dentro da universidade por cotas ou não, ele é discriminado, ele sofre racismo, ele não é escutado, ele não tem voz, entendeu? [...] eu acho que essas ações afirmativas são essenciais. Pra desconstruir mesmo o que toda nossa história, desde a colônia vem trazendo com esses, com o machismo, com o preconceito, o racismo, enfim, tudo isso (Entrevistada “C”).

Eu sou extremamente a favor, independente da...compreendo, né, as dificuldades, mas eu sou extremamente a favor, porque isso é uma reparação histórica, e reparação histórica se faz durante um longo processo e as ações afirmativas, não é algo que veio pra ficar, é uma reparação de fato. Não é que defendemos, nós enquanto militantes do movimento negro contemporâneo, defendemos as ações afirmativas para todo o sempre dentro das universidades, enfim, dentro dos centros de ensino, não. Mas como uma reparação histórica (Entrevistada “D”).

Pelas transcrições é possível perceber que os entrevistados demonstram que são a favor das ações afirmativas, e, no caso da UnB, das cotas raciais, tendo em vista a reparação histórica propugnada por estas.

Foi levantada também a questão sobre o “lugar do negro” na sociedade brasileira no intuito de aferir a percepção dos alunos no que se refere às suas representações sociais sobre as relações étnico-raciais. Assim, a questão levantou a seguinte pergunta: *você considera que atualmente os negros têm ocupado espaços importantes na sociedade?* Das repostas foi possível obter que 56% (13) dos alunos responderam afirmativamente a esta questão, enquanto que 35% (8) acreditam que os negros não vêm ocupando espaços socialmente valorizados, bem como 9% (2) dos alunos disseram desconhecer essa questão, conforme o Gráfico 5.



Gráfico 5 - Considera que os negros têm ocupado espaços importantes?

Fonte: Pesquisa de campo. Elaborado pela autora.

Essa questão foi incorporada ao questionário pelo fato de o “lugar do negro” ser uma expressão autêntica da questão social, que se constrói na contradição entre capital/trabalho fundamentado em preconceitos e discriminações e na hierarquização social. Essa classificação é marcante para o negro, pois por muito tempo lhe foi negado o acesso aos meios materiais de subsistência, forçando-os a situações de superexploração em subempregos que criaram no imaginário social um sentimento de subalternidade referente ao “lugar do negro” (HASENBALG, 1979).

Tal situação vem melhorando paulatinamente devido ao grande esforço por parte do movimento negro que luta pelo reconhecimento e valorização da identidade negra. Neste quadro pressupõe-se que o discente cotista que se formará pela universidade pública terá mais possibilidades de acesso a melhores empregos. Contudo, este ainda tem que enfrentar a barreira do racismo como mecanismo de exclusão social no mundo do trabalho.

Outra interessante questão que informa sobre a percepção da configuração das relações raciais por parte dos discentes sujeitos da pesquisa é a que questiona se estes consideram que nossa sociedade seja racista. Dos dados obtidos 91% (21) responderam que sim, enquanto que apenas 9% (2) disseram que não acreditam que nossa sociedade seja racista e nenhum dos entrevistados disse desconhecer a questão, conforme o Gráfico 6.

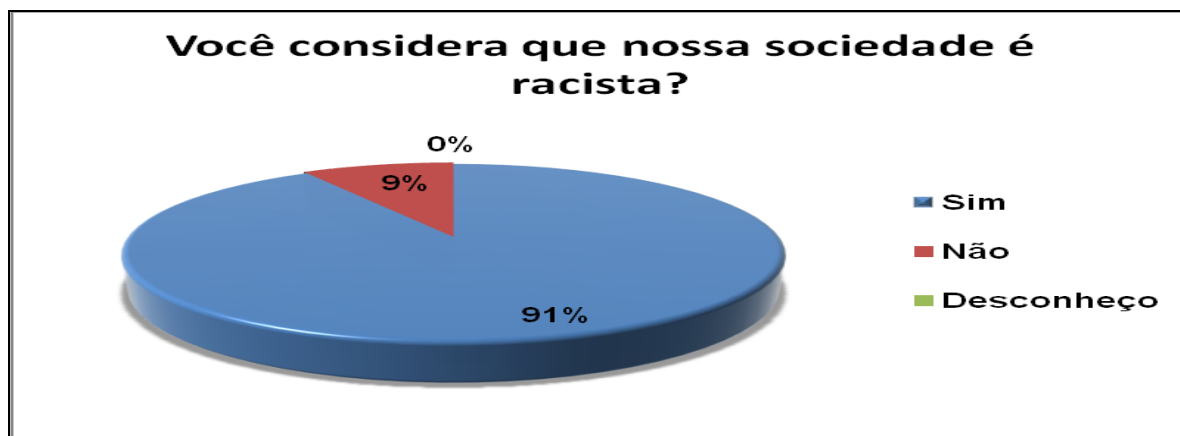


Gráfico 6 - Considera que a nossa sociedade é racista?

Fonte: Pesquisa de campo. Elaborado pela autora.

O racismo à brasileira se define sem cara, de acordo com Guimarães (1999, p. 57) “travestido em roupas ilustradas, universalistas, tratando-se a si mesmo como anti-racismo, e negando, como anti-nacional, a presença integral do afro-brasileiro ou do índio-brasileiro. [...] racismo [...] é o racismo do vizinho (o racismo americano)”. O racismo brasileiro tem seu caráter não oficial, que é um meio de segregação, na perspectiva do não convívio com o diferente, negando o outro.

No contexto do trabalho, da expansão do emprego, proteção social e da formalização na última década, por exemplo, a população negra ainda encontra-se em patamares inferiores quando se analisa a ocupação da força de trabalho, a posição na ocupação e a remuneração. Ou seja, os mecanismos de exclusão da população negra estão continuamente se reproduzindo e mesmo dentro de um país que vivenciou por muito tempo a falsa ideologia da democracia racial é perceptível o racismo impregnado na sociedade, apesar da resistência por parte de alguns em reconhecer tal realidade.

De forma geral os estudantes consideram a sociedade brasileira racista e isso pode ser uma consequência do processo de mudança no pensamento social em relação ao negro, diante do que o movimento negro vem realizando há mais de cinquenta anos. Por isso a importância de se inserir na agenda das políticas públicas brasileiras o recorte racial, ampliando a oportunidade de acesso à cidadania e direitos por parte da população negra, historicamente excluída do quadro de direitos, positivando a imagem do negro na sociedade e combatendo o racismo.

Nessa linha de investigação, o roteiro da entrevista previa uma questão que se referia às situações de preconceito ou discriminação que a pessoa tivesse sofrido. A pergunta era: *Já vivenciou algum tipo de preconceito e/ou discriminação?*

Preconceito e Discriminação

Já. Antes era por conta do cabelo, quando eu era mais nova. Ai essa neguinha tá fazendo o quê dançando aqui? Uma vez (na universidade), e foi paia, mas e aquele negócio, acho que é porque eu não me deixo abater por essas coisas assim, não assim, ah preto...eu não tenho isso, tipo de olhar e falar assim, ah sofrer, eu não me deixo abater por essas coisas sabe, eu fico véi, to de boa sabe, mesmo assim? Mais assim quando era mais nova, por conta do cabelo, e ai fui crescendo também, sofria por conta do cabelo, por conta da pele, por conta da família também, porque minha família tem uma galera que é bem visível que é negro né? Mas é isso (Entrevistada "A").

Eu acho que hoje em dia a gente naturaliza tudo, porque tá enraizado na nossa cultura, que eu posso ter sofrido, mas não identifico, infelizmente sabe. Não posso virar e dizer: não já fui, já sofri. Porque eu digo a verdade. Prefiro ficar nessa resposta, de não sei, não sei, porque a gente acha às vezes, ah não foi o momento, não me escutou, ou então não foi pelo meu modo de vestir, meu modo de falar, foi porque não prestou atenção, mas porque a gente acaba naturalizando isso na nossa história, entendeu? No nosso dia-dia, no nosso cotidiano. Porque eu acho que é bem essa questão mesmo, a gente tá desconstruindo isso todo dia. Eu sou cheio de preconceitos, todo mundo acho que é cheio de preconceitos e a gente tem que ir enxergando isso e desconstruindo isso, pouco a pouco, acho que é bem isso (Entrevistada "C").

No caso da entrevistada "A" é possível apreender elementos que permitem compreender como o estereótipo do negro é sistematicamente desvalorizado e como essa discriminação aflige a população negra, por meio da imposição de um padrão de beleza branco na qual seus traços característicos são negados, sendo que tais atributos destinados ao negro e ao branco constroem a própria ideia de negro e de branco. No caso do negro, tais atributos continuam a serviço de sua desumanização, de sua desmoralização, da desconstrução de um ser.

A pesquisa questionou também aos discentes se acreditavam que houve avanços em relação à questão racial no que tange a igualdade de acesso e de oportunidades entre brancos e negros no espaço público e obteve o seguinte resultado: 70% (16) dos alunos responderam que houve avanços, enquanto que 17% (4) disseram acreditar que não houve melhoria no que se refere à igualdade entre brancos e negros no acesso ao espaço público e 13% (3) disseram desconhecer essa questão (Gráfico 7).



Gráfico 7 – Avanços na igualdade entre negros e brancos?

Fonte: Pesquisa de campo. Elaborado pela autora.

Pressupõe-se que a maior parte dos alunos acredita que existam avanços por parte da população negra em relação aos espaços públicos, por causa das significativas conquistas que o movimento negro conseguiu. Mas a população negra ainda permanece subalternizada e sub-representada, distante do acesso a cargos públicos de maior expressão na Administração Pública. Na atualidade encontra-se em voga o debate sobre a necessidade de se implementar cotas no serviço público e os argumentos contrários a esta proposta indicam que segundo o último Censo do IBGE, 45% dos funcionários em âmbito federal, estadual e municipal pertencem a essa etnia. Nos governos das cidades e dos estados, eles são 81% e 51%, respectivamente. Nos órgãos federais, eles somam 33%.

Porém este dado oculta uma falha metodológica na coleta dos dados, posto que apresenta o somatório em que consideram os funcionários estatutários, os militares, os empregados públicos (que necessitam de concurso), cargos em comissão (que pode ou não ter sido contratado a partir de um certame) e terceirizados, que entram sem processo seletivo.

Nesse sentido, o professor Marcelo Paixão da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) relata que

Os terceirizados são os que cuidam da limpeza, da segurança, do refeitório e, de fato, são prioritariamente negros. Com certeza, o propósito [...] não é criar cotas para que as pessoas cuidem do refeitório". "Se essa proporção de 45% se estendesse de cima a baixo da administração pública, aí a política de cotas seria inócua. Mas a probabilidade de o número de negros nos altos escalões ser equivalente à quantidade nos postos mais baixos é

ínfima. Assim, as cotas se fazem necessárias (Correio Braziliense, 08/11/2013).

A grande desigualdade que existe na Administração Pública, está relacionada à ocupação nos cargos mais altos. O estudo de 2006 da Escola Nacional de Administração Pública (Enap) mostra que os negros representam 2% dos cargos de Direção e Assessoramento Superiores - DAS 4, 5 e 6, os cargos de confiança de maiores salários. Para “morenos” e pardos esse valor é de 16%. No que se refere ao chamado primeiro escalão essa proporção se repete, pois no governo atual, apenas a titular da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - SEPPIR é negra.

Essa constatação mostra que a construção da representação social do negro na sociedade brasileira está maculada pela desigual oportunidade no acesso aos espaços públicos de tomada de decisão, apesar de os participantes da pesquisa ter a percepção de que tem havido uma melhora nesse sentido, o que poderia ser estimulado pela maior presença de negros nas universidades públicas em decorrência, por exemplo, das políticas de cotas.

A próxima questão se refere à percepção da questão racial como expressão da questão social e se insere no âmbito da discussão central desta pesquisa. Os dados obtidos demonstram que a quase totalidade dos participantes, 96% (22) consideram que a questão racial seja expressão da questão social, enquanto que apenas 4% (1) diz que não a considera (Gráfico 8).

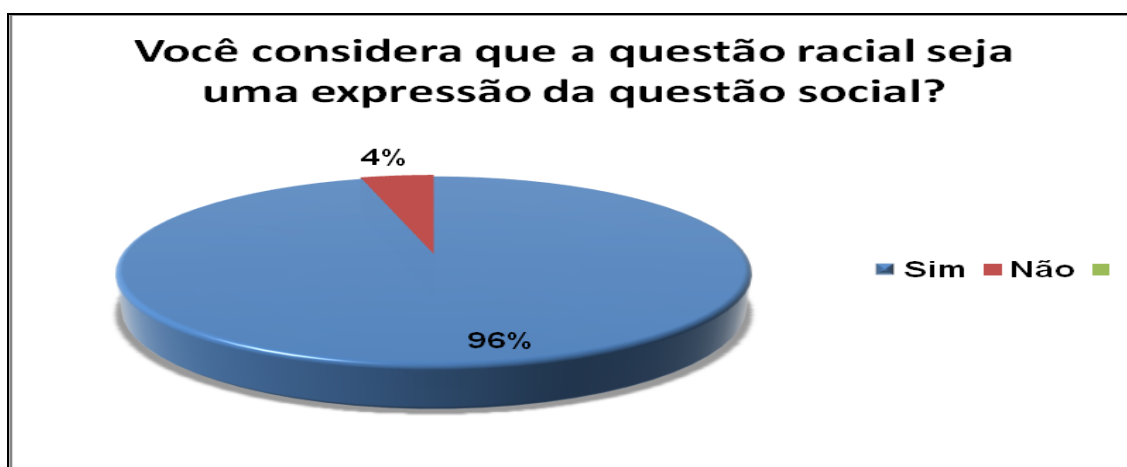


Gráfico 8 - Questão social como expressão da questão social.

Fonte: Pesquisa de campo. Elaborado pela autora.

Retomando, esta pesquisa objetiva analisar a percepção de estudantes do curso de Serviço Social da UnB sobre a temática étnico-racial como expressão da questão social. Portanto, a questão social se coloca como fundamental para o debate da questão racial no âmbito da formação em Serviço Social.

Dos discentes que responderam essa pergunta, apenas uma aluna se posicionou contrariamente e posteriormente na entrevista ao ser abordada sobre essa mesma questão esta discente afirma que:

Eu acho que a questão racial ela está separada da questão social, mas elas estão unidas pelo fator realidade. Porque como eu mencionei anteriormente. Grande parte da população negra, é moradora da periferia, então, é...do meio rural também, então a gente sabe que as políticas públicas demoram a chegar nesses lugares, só que eu defendo que a questão social é uma expressão da questão racial, porque hoje os problemas que a população branca enfrenta, são os problemas que os negros já enfrentam há muito tempo, e pelo contexto do Brasil, pelo contexto geográfico do Brasil, nós temos hoje brancos vivendo em periferias, brancos vivenciando hoje a realidade que os negros e que as negras já enfrentam há séculos, que é a falta de trabalho, falta de boas condições de trabalho, a falta de uma boa educação, enfim. (Entrevistada "D")

A afirmação de que os brancos vivenciam hoje as mesmas situações vivenciadas há séculos pela população negra no Brasil, pode levar a uma minimização do elemento racismo, que serve como mecanismo de exclusão de pretos e pardos, não afetando a população branca, nem mesmo quando esta se encontra na mesma situação da população negra. Segundo Telles (2003), o Brasil vive uma condição de *apartheid social*, pois o branco rico mora no centro da cidade e os pretos e pardos pobres moram nas periferias, segregando ainda mais quando analisado a moradia entre pardos e pretos. Mesmo na mesma periferia, a moradia dos pretos encontra-se na medida do possível separada dos pardos em situações mais precárias, demonstrando como a política de branqueamento e o racismo à brasileira é fatal para quem tem a cor mais escura no gradiente de cores do brasileiro.

A situação vivenciada hoje pelos brancos pobres e pelos negros pobres são resultado direto da contradição entre capital/trabalho que formam a questão social, em que a classe trabalhadora não possui propriedade privada e os meios de produção, restando-lhes apenas a venda de sua mão de obra. A formação e o desenvolvimento do capitalismo brasileiro em meio à ampliação das expressões da

questão social absorveram o racismo como um mecanismo de manutenção das desigualdades sociais, produzindo e reproduzindo de certa forma essa expressão.

De acordo com Hasenbalg (1979, p.115-116),

[...] a população negra tem sido explorada economicamente; os exploradores foram principalmente classes ou frações de classe economicamente dominantes brancas, indo de rentistas da terra até o capital monopolista. [...] Contudo, a teoria colonial afirma que a opressão racial beneficia não apenas os capitalistas, mas também a maioria da população branca - isto é, aqueles brancos sem propriedade dos meios de produção. [...] a opressão racial beneficia capitalistas brancos e brancos não capitalistas, mas por razões diferentes. Em termos simples, os capitalistas brancos beneficiam-se diretamente da (super) exploração dos negros, ao passo que os outros brancos obtêm benefícios mais indiretos. A maioria dos brancos aproveita-se do racismo e da opressão racial, porque lhe dá uma vantagem competitiva, vis-à-vis à população negra, no preenchimento das posições da estrutura de classes que comportam as recompensas materiais e simbólicas mais desejadas.

A partir dessa perspectiva, a subjugação do negro tem um objetivo primordial nesse sistema que é perpetuar as diferenças entre classes sociais e estabelecer uma forma específica de ordem social, na qual o pertencimento étnico-racial determina o posicionamento assimétrico e desprivilegiado dos não-brancos na estrutura social. Como anteriormente citado, atualmente, quem separa o racismo da luta de classes tende ao desconhecimento dos dois fenômenos. O racismo foi sempre uma manifestação especial da dominação, compreendendo que a dominação moderna combina racismo e luta de classes (GONÇALVES FILHO, 2007).

Seguindo esse raciocínio, a questão racial é uma expressão da questão social, por estar sujeita duas vezes mais às implicações da questão social. Mas é importante salientar que isso não significa dizer que o racismo só existe no sistema capitalista ou que a precarização só é vivenciada por negros. Na verdade são demandas dialéticas que inseridas no sistema capitalista ganham uma proporção maior e mais complexa.

Observa-se dos resultados obtidos que os discentes majoritariamente visualizam a questão racial circunscrita à questão social e isso pode ser atribuído em parte a luta pelo reconhecimento de direitos da população negra, de forma que existe uma ligação estrutural e dinâmica entre essas questões, mostrando a

complexidade posta nas formas de produção e reprodução das relações sociais no capitalismo.

Na configuração sócio-histórica capitalista atual não é possível separar o racismo da luta de classes e da questão de gênero, pois a dominação moderna articula todas essas categorias produzindo a desigualdade no âmbito social (GONÇALVES FILHO, 2007).

Tanto na percepção dos estudantes quanto nas orientações do Projeto Político Pedagógico da UnB, existe a visão de que é necessário conhecer as demandas da questão social em suas múltiplas expressões. Porém, a conclusão a que se chega é que o debate da questão racial ainda não é uma temática obrigatória para o curso de Serviço Social.

Ainda nessa linha investigativa, foi posta a questão sobre se os discentes haviam tido contato com alguma disciplina que tivesse debatido as relações étnico-raciais durante o curso de graduação em Serviço Social. Das repostas obtidas 61% (14) responderam negativamente à questão, sendo um percentual bastante expressivo, enquanto que 39% (9) disseram já ter tido contato com essas questões nas disciplinas ofertadas durante o curso de graduação em Serviço Social (Gráfico 9).

Dentre as disciplinas elencadas pelos que disseram ter debatido as relações étnico-raciais estão: *Movimentos Sociais, Questão Social e Serviço Social, Política Social: Trabalho, Pesquisa Social, Introdução ao Serviço Social, Fundamentos Éticos e Ética Profissional e Gênero, Raça/Etnia e Política Social*.



Gráfico 9 – Cursou disciplina que tratou de relações étnico-raciais?

Fonte: Pesquisa de campo. Elaborado pela autora.

Fazendo uma articulação dessas conclusões com as categorias levantadas na entrevista, consideramos importante transcrever os trechos mais significativos para a compreensão do debate aqui colocado.

Contato com disciplina que trata da questão racial

Quando questionados na entrevista sobre se tiveram contato com alguma disciplina que tratam da questão racial no curso de Serviço Social foi possível obter as seguintes respostas:

Hoje eu já tenho uma compreensão maior, hoje eu até faço uma matéria que é identidade, raça e gênero que estuda o feminismo negro, que [...] é da sociologia...que tá me trazendo uma compreensão maior quanto à minha identidade, quanto à necessidade de me identificar, e de me colocar como mulher negra na sociedade. Com essa matéria eu vi muito que a gente sofre desde quando o mundo é mundo, né? É...o processo de embranquecimento, os Gregos queriam se colocar como os melhores, como os mais avançados tecnicamente, tecnologicamente naquela época, só que tem estudos mostrando que eram os egípcios e os egípcios eram negros, né? Por ser mulher e negra, eu sofro mais. Há um problema tanto com o machismo, o patriarcado e paternalismo e contra o racismo que não vem só da questão da cor, mas vem da questão de raça, então índios pardos também sofrem com isso. Então assim, hoje eu tenho uma compreensão maior, procuro mais entender mesmo, porque eu vejo essa necessidade. É, confesso que fui falha durante a minha formação com isso, mas cada dia que passa, eu me vejo mais nesse processo de mulher negra (Entrevistada "A").

Não, não, não tive essa discussão. Não me lembro de nenhuma disciplina que a gente tenha discutido essa questão (Entrevistada "B").

Sim, com certeza. A primeira disciplina que é "Gênero, raça e etnia" que entramos a fundo mesmo. Não digo nem a fundo, mas tendo esses debates sobre essas questões de como surgiu e tudo o mais (Entrevistada "C").

Nota-se nos relatos das discentes que o Serviço Social deveria tratar melhor essa questão, considerando as diversas problemáticas e situações que cercam o debate da questão racial. Mesmo na disciplina específica percebem a necessidade de ter contato com essa discussão. Apesar de não ser um debate aprofundado, os discentes participantes da entrevista de modo geral compreendem como essencial essa aproximação com a temática étnico-racial.

Outra questão relevante para essa perspectiva de análise é a que se relaciona com a pergunta do questionário quanto à inserção do debate sobre a questão racial

no âmbito do Serviço Social. Os dados obtidos foram os seguintes: 96% (22) dos alunos participantes da pesquisa consideram que esta questão deve fazer parte da graduação em Serviço Social, enquanto que apenas 4%, ou seja, 1 aluno respondeu negativamente a esta questão conforme representado no Gráfico 10.



Gráfico 10 - Questão racial no Serviço Social

Fonte: Pesquisa de campo. Elaborado pela autora.

Isso demonstra uma particularidade do Discurso do Sujeito Coletivo (Lefevre & Lefevre, 2012) dos alunos participantes da pesquisa, também o grau de compartilhamento das representações sociais sobre relações étnico-raciais entre os mesmos, enquanto existe uma percepção da necessidade do debate sobre a configuração das relações étnico-raciais no Brasil ao longo do curso de graduação em Serviço Social:

Debate da questão racial no curso de Serviço Social da UnB

[...] eu acho que o nosso curso poderia ser um pouco mais...trabalhar mais essa questão étnico-racial. Porque, por exemplo, eu busquei uma matéria na sociologia. Hoje que tá tendo mais uma matéria no serviço social que está buscando mais essa compreensão, e a matéria nem é tanto assim focada pro racial, e tem essa necessidade, a gente tem que perceber que o nosso curso tem muitas mulheres, tem muitos negros, entendeu? Tem muitas pessoas da assistência, então e a gente tem que voltar pra essa necessidade, e outra, a gente tem que entender que estamos sendo assistente social em formação, a gente vai lidar com uma população negra sim, a gente vai lidar com uma população muito grande negra, entendeu? A gente vai ter que lidar muito com essa questão da identidade negra na nossa profissão sabe, e eu acho isso muito importante como profissionais e até como pessoas mesmo, pra gente se colocar, para que cada dia mais se combata o racismo no nosso país (Entrevistada "A").

[...] o Serviço Social aqui da Universidade de Brasília não contempla essa questão, não trabalha. Tem trabalhado agora, mas de uma forma rasa. A questão racial é algo muito profundo que precisa de um debate crítico, político, e um debate para além dos enfrentamentos do cotidiano. Mas é... para além precisa de toda uma construção histórica. Acho que é necessário

entender a história pra saber o que a gente passa hoje, e quais são essas expressões do racismo hoje em dia (Entrevistada “D”).

No que se refere à formação acadêmica e profissional em Serviço Social foram questionados se a mesma deveria contemplar o debate sobre as relações étnico-raciais, bem como foi solicitado que assinalassem qual o grau de relevância, numa escala de intensidade de 1 a 4, estes alunos atribuíam à questão. Dos dados obtidos foi possível concluir que 65% (15) dos alunos assinalaram como muito relevante a esta questão, 4% (1) dos alunos marcou como relevante, 9% (2) dos alunos marcaram como pouco relevante e 22% (5) dos discentes consideraram irrelevante a afirmação constante no título da questão, como demonstrado no Gráfico 11.

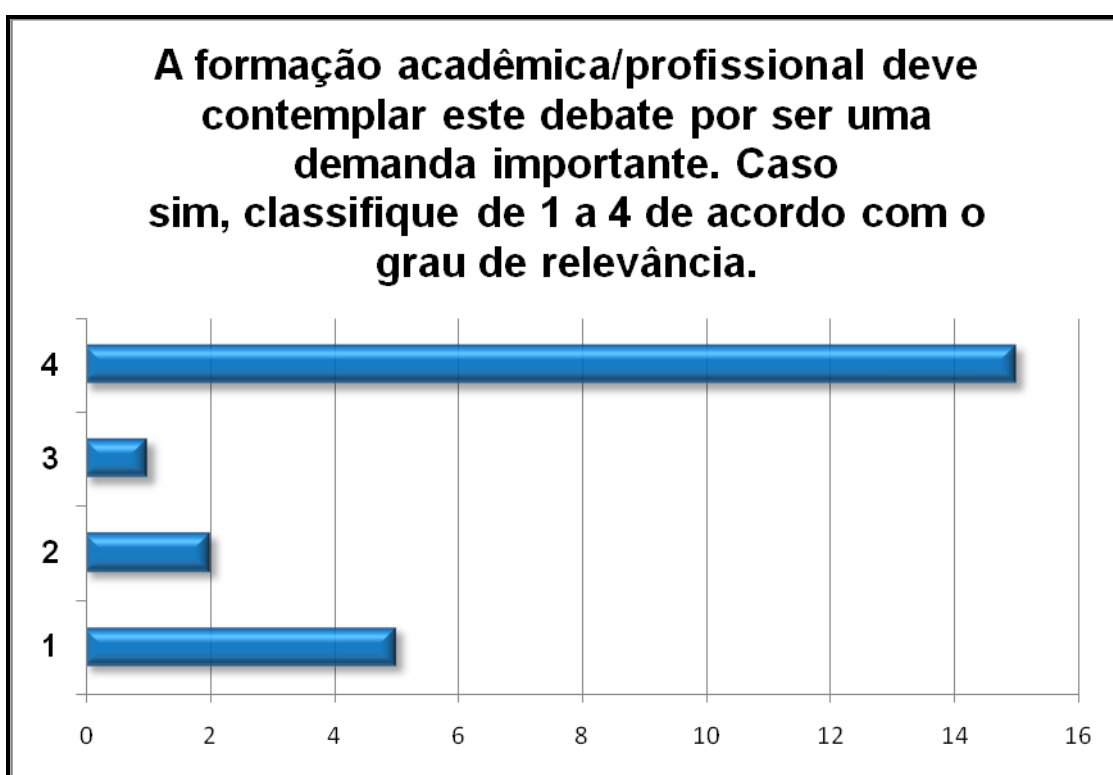


Gráfico 11 – Formação acadêmica deve contemplar o debate da questão racial?

Fonte: Pesquisa de campo. Elaborado pela autora.

Sobre a importância do estudo da temática étnico-racial durante o curso de graduação foi levantada a questão sobre se os discentes achavam importante que esta fosse inserida na estrutura curricular do curso de Serviço Social. Nesse caso 96% (22) dos alunos responderam que sim, pois acreditam que essa temática deva fazer parte da estrutura curricular, enquanto que apenas 4% (2) disseram que não

acham importante a inserção curricular desta temática. Como anteriormente abordado, os alunos percebem a importância do contato com o debate sobre a questão étnico-racial e nesse contexto podemos considerar relevante a apropriação destas categorias por parte dos profissionais de Serviço Social.

Assim, foi elaborada uma questão que se referia à prática profissional em Serviço Social no campo de estágio, perguntando aos participantes da pesquisa se durante o estágio já haviam se deparado com alguma questão relacionada à temática étnico-racial no que se refere a preconceito e discriminação. Dos dados obtidos, 74% (17) dos alunos disseram que não presenciaram nenhuma situação relacionada à temática étnico-racial que configurasse preconceito ou discriminação racial, enquanto que 26% (6) afirmaram ter se deparado com esse tipo de situação, conforme o Gráfico 12.



Gráfico 12 – Situação de discriminação e/ou preconceito no Estágio.

Fonte: Pesquisa de campo. Elaborado pela autora.

Esse dado também representa uma contradição no discurso do sujeito coletivo da pesquisa, pois se anteriormente os discentes afirmaram em sua maioria que a sociedade brasileira é racista, que é importante e necessário compreender a questão racial por ser uma demanda do Serviço Social, então no campo de estágio podemos inferir que isso não foi apresentado.

De acordo com Rocha (2009, p. 541), “[...] sob a égide do mito da democracia racial as demandas advindas de discriminações raciais quase sempre são

invisibilizadas, mesmo quando visíveis por meio de indicadores de desigualdades sociais”. Durante a realização das entrevistas também foram constatadas afirmações nesse sentido, nas respostas à pergunta: *No estágio supervisionado, você já presenciou alguma situação relacionada ao preconceito e discriminação?*

Identificação de situações de preconceito e discriminação no campo de estágio

Não. Que eu me lembre não (Entrevistado “B”)

Sim. Mas eu não posso dizer que foi só, apenas com racismo, mas foi uma série de fatos né? Foi uma menina, adolescente, negra, que foi violentada sexualmente e o discurso feito, quando foi fazer a perícia, né, foi um discurso totalmente opressor, uma criança que acabou de sofrer um abuso, assustada, não sabia exatamente o que tava acontecendo, e tipo uma pagação de sapo. Assim né, de um jeito bem rústico, como se ela tivesse procurado, que a culpa fosse dela, e tudo mais sabe? Então assim, eu uso esse exemplo, porque digamos eram todos os fatores juntos né, que a gente traz da discriminação (Entrevistada “C”).

O relato da entrevistada “C” demonstra uma percepção mais apurada no que se refere aos mecanismos de opressão vigentes na sociedade atual, mas no conjunto dos estudantes que participaram da pesquisa ainda se reflete uma minoria no que tange à apropriação dos elementos que compõe o debate da questão étnico-racial.

No mais, a próxima questão se refere a como o futuro profissional de Serviço Social se sente em relação a um caso de racismo caso viesse a vivenciá-lo no decorrer de sua trajetória profissional e se estaria apto a agir. Dos alunos que responderam a questão 74% (17) dizem que estariam aptos a agir nesse caso específico, 22% (5) não sabem o que dizer a respeito e apenas 4%, ou seja, 1 aluno disse que não saberia agir em relação a um caso de racismo e/ou discriminação racial (Gráfico 13).

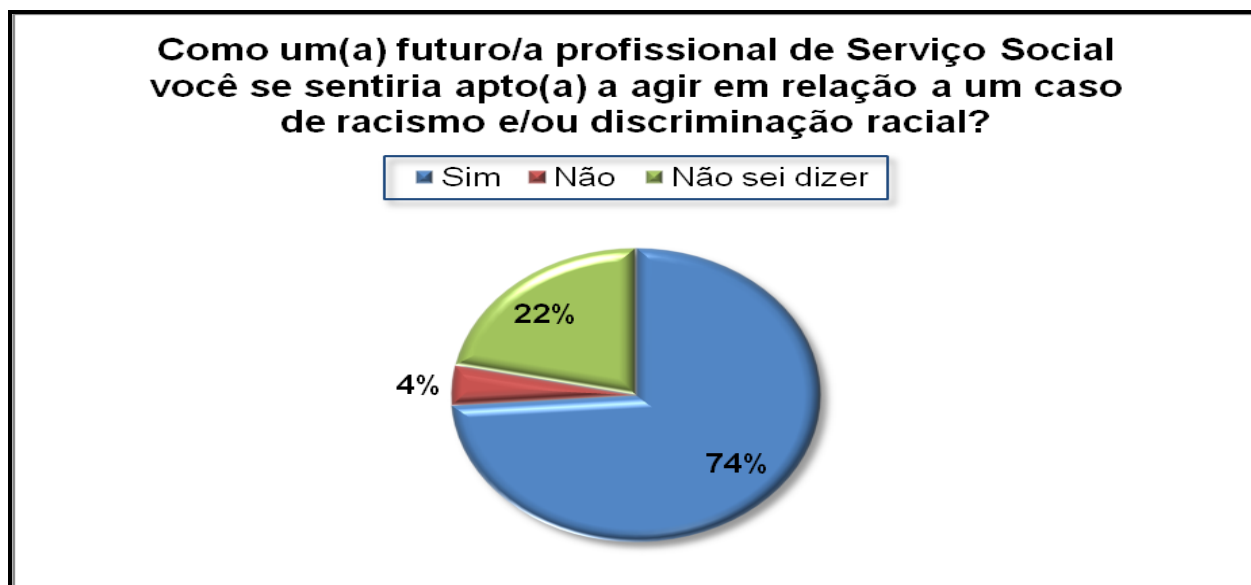


Gráfico 13 – Como futuro Assistente Social está apto a agir em caso de racismo?

Fonte: Pesquisa de campo. Elaborado pela autora.

Como assistente social, sabe-se que grande parcela dos usuários em busca da efetivação dos seus direitos são da população negra, ou seja, compreender a especificidade dessa temática é instrumentalizar-se para buscar o atendimento das demandas por parte dessa população de forma mais efetiva, evitando-se casos de racismo institucional e de preconceito racial por parte desses profissionais.

Dando continuidade à análise, os discentes afirmaram em sua maioria que se sentem aptos a agir em casos específicos de racismo e/ou discriminação, apesar de anteriormente afirmarem que não tiveram contato com a temática étnico-racial no decorrer do curso. Conforme os núcleos das Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996 que prevêem a articulação entre conhecimento teórico-metodológico e ação profissional, o dado apresenta uma contradição direta do Discurso do Sujeito Coletivo a esses núcleos fundamentais para a formação na profissão de Serviço Social.

Segundo Rocha (2009, p.544),

O impacto da pouca reflexão acerca da temática racial no processo de formação certamente será sentido no exercício da prática profissional. Diante do quadro de grande desigualdade social de nosso país, em que está subjacente a discriminação racial, o profissional que foi educado no seio de uma sociedade cuja cultura, ainda hegemônica, é a do mito da democracia racial e que não obteve no período de sua formação instrumentos de análise crítica das relações raciais constituintes do seu país, poderá ter dificuldade em intervir de forma competente e

comprometida com a restituição de direitos violados da população historicamente discriminada por condição étnico-racial.

As entrevistas relativas a esta temática específica trazem subsídios que nos permite ampliar a análise sobre a atuação profissional em um possível caso de preconceito e/ou discriminação. Foi questionado: Como futuro Assistente Social está apto a agir em caso de racismo e/ou discriminação?

Acredito que eu teria muita dificuldade. Muita dificuldade pra agir. Pelo menos nesse momento eu acredito que eu tenho muita dificuldade (Entrevistado “B”).

Essa fala demonstra a insegurança do estudante no que se refere à atuação como profissional de Serviço Social em um cenário simulado durante a entrevista em que ele deveria intervir em uma possível situação de preconceito e/ou discriminação. Outro relato demonstra uma posição divergente.

Sim. Mas não pela minha formação acadêmica, não a formação acadêmica, não pelo meu processo de formação do curso, e sim pelo meu envolvimento com outros movimentos (Entrevistada “D”).

Outros alunos participantes da pesquisa demonstram que se sentem aptos a agir em relação a um suposto caso de racismo e/ou discriminação, como apresenta a entrevistada “D”, que demonstra possuir capacidade para lidar com essa situação, mas justifica que tal capacidade se deve ao seu envolvimento com os “movimentos”, o que corrobora a hipótese de uma lacuna na formação desses alunos em relação à temática étnico-racial.

No tocante ao debate sobre questão racial nas entidades representativas e organizativas da categoria profissional dos Assistentes Sociais, foi questionado aos participantes da pesquisa, se a forma que essas entidades contemplam o debate da questão racial em seu âmbito de atuação é satisfatória.

Os dados obtidos foram: 35% (8) dos discentes assinalaram como “boa” a forma como as entidades tratam a questão racial, enquanto que 26% (6) disseram que é “ruim” esse debate em âmbito representativo, 18% (4) acham que é “fraca” e apenas 4% (1) dos alunos considera que se dá de forma “satisfatória” o debate nessas entidades, como apresentado no Gráfico 14.

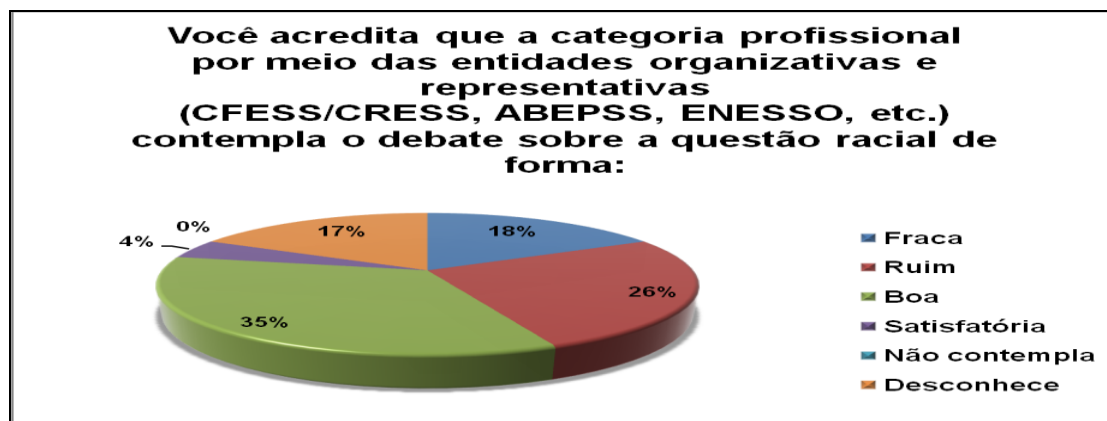


Gráfico 14 – Questão Racial nas Entidades Representativas.

Fonte: Pesquisa de campo. Elaborado pela autora.

Percebe-se que as entidades organizativas e representativas do Serviço Social em relação à essa temática racial ainda demonstram dar pouca visibilidade, afetando diretamente a percepção dos alunos pesquisados. Apesar de ações como as que aconteceram no CFESS em 2010 em que houve um manifesto para o Dia da Consciência Negra intitulado: *“Diversidade, equidade e igualdade: a questão racial na agenda do Serviço Social”*⁶⁷ e na ABEPSS em que há diversos Grupos Temáticos de Pesquisa, como por exemplo o grupo: *“Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração, Sexualidades”*⁶⁸ ainda são tímidas tais ações.

Diante do exposto, fica evidente que analisar a inserção da temática étnico-racial no processo de formação profissional de Serviço Social e sua relevância para a efetivação do Projeto ético-político da profissão configura-se como um desafio, pois o enfrentamento das desigualdades sociais, como exposto pelo Código de Ética Profissional, requer, para além da competência técnico-operativa, compromisso ético político, que busque o fortalecimento da cidadania, a superação de relações discriminatórias, preconceituosas e acima de tudo a liberdade, democracia, autonomia e uma ordem societária emancipada, sem opressão e exploração de classe, gênero e raça.

⁶⁷ Disponível em: http://www.cfess.org.br/_CFESSManifesta_ConscienciaNegra.pdf Acesso em 23/11/2013.

⁶⁸ Disponível em: <http://abepss.org.br/ensino/gtp/documento-gtp/> Acesso em 23/11/2013.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Brasil, a formação do capitalismo teve por particularidade a constituição de um sistema de discriminação e exclusão baseadas na cor da pele, ancoradas no racismo como fator de manutenção de privilégios de uma classe. Nesse sentido a questão racial permanece como elemento estruturante da sistemática exclusão dos negros do quadro de direitos.

Porém, a população negra não aceita essa exclusão de maneira passiva, tendo no movimento negro sua expressão política mais combativa. Este movimento no seio de suas conquistas consegue por em xeque o mito da democracia racial, que permanece latente em nossa sociedade, inserindo também a discussão sobre o quesito cor para implementação de políticas públicas.

O Serviço Social como uma profissão inscrita na divisão sócio-técnica do trabalho, surge no país para dar conta das diversas expressões da questão social, direcionado por uma visão de mundo conservadora posta pela elite branca e pela Doutrina Social da Igreja Católica. A partir de 1970 por meio do movimento de reconceituação, a profissão buscou coletivamente romper com esse tradicionalismo, assumindo um compromisso com a classe trabalhadora e com os direitos humanos.

Para tratar das expressões da questão social, como a questão racial, o Serviço Social constituiu coletivamente o código de ética de 1993 que defende princípios fundamentados nos direitos humanos. Esse código apresenta e defende princípios que pretendem repensar os valores postos na sociedade capitalista, como por exemplo, o preconceito racial e as diversas formas de discriminação.

Ao se analisar a questão racial como expressão da questão social, na perspectiva da formação em Serviço Social, percebe-se a necessidade de um debate sobre a inserção definitiva da questão étnico-racial como parte integrante da estrutura curricular.

As Diretrizes Curriculares articulam três núcleos essenciais para a formação, sendo que o primeiro núcleo se refere aos *fundamentos teóricos e metodológicos da vida social* que indica o arcabouço teórico e ético-político; o segundo núcleo referente aos *fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira* dispõe sobre o conhecimento das particularidades da realidade nacional e sua

construção histórica e o terceiro núcleo é composto pelos *fundamentos do trabalho profissional* que compreende os elementos constitutivos do Serviço Social como profissão situada historicamente.

Esses núcleos formam a estrutura básica do conhecimento do assistente social, resultando na articulação dos três níveis essenciais para a profissão: teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo. Por meio desses núcleos é que se percebe a necessidade de compreender a questão étnico-racial no Brasil.

No entanto, na conjuntura capitalista, principalmente a partir da década de 1990, com a implementação do neoliberalismo e sua correspondente fragmentação de direitos, a formação em Serviço Social sofreu seus impactos sendo sistematicamente precarizada, como no decorrer do processo de privatização da educação. Além do mais, em 2002, o currículo mínimo do curso de Serviço Social postulado anteriormente pela ABEPSS em 1996 passou por um processo de “enxugamento” junto ao MEC, configurando-se no currículo atual.

Esse processo impacta na formação profissional dos assistentes sociais na Universidade de Brasília - UnB, sendo refletido, por exemplo, na intensificação do trabalho docente, apesar do esforço destes para manutenção da qualidade no ensino. Esforço refletido no Projeto Político Pedagógico de 2009 que pretende formar profissionais capazes de intervir nas expressões da questão social, transformando disciplinas e atividades extracurriculares em um eixo central para a construção do arcabouço teórico-metodológico e ético-político necessário para atuação do profissional.

A partir desse contexto foram delineados os percursos da pesquisa realizada entre os discentes de Serviço Social da UnB, com o objetivo de identificar a percepção sobre a temática étnico-racial como expressão da questão social, na qual permitiu observar que a maioria dos discentes demonstra insegurança na apropriação e conceituação das categorias do debate sobre a questão étnico-racial, ainda que alguns alunos demonstrem conhecimento por parte de seu contato com disciplinas que tratam da temática.

A pesquisa permitiu identificar também que os discentes compreendem a universidade como espaço privilegiado de brancos, e ainda percebem que é necessário recorrer às políticas de ações afirmativas, como estratégia no combate à

discriminação e segregação racial. Demonstra também uma receptividade favorável à discussão mais aprofundada da questão racial no curso de Serviço Social.

Diante dos dados apresentados, considera-se essencial discutir como os futuros assistentes sociais compreendem a questão racial, o que de um modo geral se mostrou incipiente, ou seja, os discentes ainda não se apropriaram de discussões fundamentais para atuação profissional junto à população negra. É necessário que o assistente social consiga identificar as demandas advindas da questão racial, o que coloca desafios para a formação em Serviço Social no sentido de garantir um perfil profissional crítico, teoricamente qualificado e politicamente articulado a valores progressistas, democráticos e emancipatórios.

REFERÊNCIAS

ABEPSS, Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **Diretrizes Gerais para o curso de Serviço Social**. Rio de Janeiro, novembro de 1996.

BARROCO, M. L. S.; TERRA, S. H. **Código de Ética do/a assistente social comentado**. Conselho Federal de Serviço Social - CFESS (org.) São Paulo: Cortez, 2012.

BARROCO, M. L. S. Fundamentos éticos do Serviço Social In: CFESS; ABEPSS. **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

BARROS, Z. **Educação e Diversidade Étnico-Racial**. 2011. Disponível em: http://www.academia.edu/1497112/Educacao_e_diversidade_etnico-racial. Acesso em: 22/11/2013.

BAPTISTA, M. V. **A investigação em Serviço Social**. São Paulo: Veras, 2006.

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. **Política social: fundamentos e história**. 7ª Ed. São Paulo: Cortez, 2010.

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do Pensamento Marxista**. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro. Zahar, 1993.

BRASIL. Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010. **Estatuto da Igualdade Racial**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/Lei/L12288.htm> Acesso em 26/11/2013.

BRASIL, **Constituição da República Federativa**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL, Presidência da República. **Lei de Regulamentação da profissão de assistente social**, n. 8.662 de 07 de junho de 1993.

BRASIL, Presidência da República. **Lei Orgânica de Assistência Social**, n. 8742, de 07 de dezembro de 1993.

BRASIL, Ministério da Cultura (MinC). **III CONFERÊNCIA MUNDIAL CONTRA RACISMO, DISCRIMINAÇÃO RACIAL, XENOFOBIA E INTOLERÂNCIA CORRELATA**. *Declaração de Durban e plano de ação*. Brasília: FCP/MinC, 2001.

BRAZ, M.; TEIXEIRA, J. B. O projeto ético-político do Serviço Social. In: CFESS; ABEPSS. **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

CARONE, I. & BENTO, M. A. S. (Orgs.). **Psicologia social do racismo: estudos sobre a branquitude e branqueamento**. 4ªed. Petrópolis: Vozes, 2009.

CASTEL, R. **Metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. 10ª Ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

CARDOSO DE MELLO, J. M. **O capitalismo tardio**. 9ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1994.

CFESS, Conselho Federal de Serviço Social. **Código de Ética do Assistente Social**. Aprovado pela Resolução CFESS n. 273, 1993.

CNE/CES. **Resolução CNE/CES 15**, de 13 de março de 2002. Estabelece as diretrizes curriculares para os cursos de Serviço Social. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES152002.pdf>>.

CRESWELL, J. W. **Projeto de Pesquisa**: Métodos Qualitativo, Quantitativo e Misto. Trad. Magda Lopes. 3 ed. Porto Alegre: ARTMED, 2010.

FAUSTO, B. **História do Brasil**. 5ª edição. São Paulo: Edusp, 1997.

FERNANDES, F. **A Integração do Negro na Sociedade de Classes**. 3ª ed. São Paulo: Ática, 1978.

FILHO, G. C. **A “Questão Social” no Brasil**: crítica do discurso político. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

FRY, P. **A persistência da raça**. Ensaios antropológicos sobre o Brasil e a África Austral. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. 32ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2003.

GIAROLA, F. R. **Racismo e teorias raciais no século XIX**: Principais noções e balanço historiográfico. 2010. Disponível em: <http://www.historiaehistoria.com.br/materia>. Acesso em 25/11/2013.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

GONÇALVES FILHO, J. M. Humilhação Social: humilhação política. In: Souza, B. P. (org.) **Orientação à queixa escolar**. São Paulo, Casa do Psicólogo, 2007.

GOES, F. L.; SILVA, T. D. **Igualdade no Brasil**: reflexões no Ano Internacional dos Afrodescendentes. Brasília: IPEA, 2013.

GUERRA, Yolanda. A formação profissional frente aos desafios da intervenção e das atuais configurações do ensino público, privado e a distância. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 104, Dez. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php>>. Acesso em 26/11/2013.

GUIMARÃES, A. S. A. **Racismo e Anti-racismo no Brasil no Brasil**. São Paulo: Ed. 34, 1999.

_____. **Classe, raças e democracia**. São Paulo: Ed. 34, 2002.

_____. Acesso de Negros às Universidades Públicas. **Temas em Debate, Caderno de Pesquisa**, n.118, (p.256) março /2003.

HASENBALG, C. A. **Discriminação e desigualdade raciais no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

HEILBORN, M. L., ARAÚJO, L. BARRETO, L. (Orgs.) A. **Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça - GPP – GeR: módulo III**. Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres - SPM, 2010.

_____. (Orgs.) A. **Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça - GPP – GeR: módulo IV**. Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres - SPM, 2010.

HERINGER, R. Desigualdades raciais no Brasil: síntese de indicadores e desafios no campo das políticas públicas. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 18, supl. jan. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.org/scielo>. Acesso em 13 nov. 2013.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. São Paulo: Cortez, 2009.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 23ª ed. São Paulo: Cortez, 2012.

_____. Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social. In: CFESS; ABEPSS. **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

_____. **Serviço Social em tempo de Capital Fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

IANNI, O. **A Idéia de Brasil Moderno**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

_____. Dialética das relações raciais. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 18, n. 50, Abril. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php>. Acesso em 21/11/2013.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010: características da população e dos domicílios, resultados do universo**. Rio de Janeiro: 2011.

IPEA. **Retrato das desigualdades de gênero e raça**. 3ª ed. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres/ Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada/ Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher, set. 2008.

JACCOUD, L.; LUIZ, C.; ROSA, W.; SILVA, A. Entre o racismo e a desigualdade: da constituição à promoção de uma política de igualdade racial (1988-2008), In: IPEA; SAE. **Políticas Sociais**: acompanhamento e análise – Nº 17. IPEA/SAE, 2008.

KOIKE, M. M. Formação profissional em Serviço Social: exigências atuais. In: CFESS; ABEPSS. **Serviço Social**: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

LEFEVRE, A. M. C.; LEFEVRE, F. **Pesquisa de Representação Social**: Um Enfoque Qualiquantitativo. A metodologia do Discurso do Sujeito Coletivo. Série Pesquisa. 2ª ed. Brasília: Liber Livro, 2012.

LIMA, R. A. **A lei geral de acumulação capitalista e as crises cíclicas**. Artigo submetido ao XXXVII Encontro Nacional de Economia da ANPEC. Área 1 - Escolas do pensamento econômico, metodologia e economia política. 2009. Disponível em: <http://www.anpec.org.br/encontro2009/>. Acesso em 11/11/2013.

MARTINELLI, M. L. **Pesquisa qualitativa**: um instigante desafio. São Paulo: Veras, 1999.

MARX, K. **O capital**. Livro I. 18ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. v. 1 e 2.

_____. ENGELS, F. **Manifesto do partido comunista**. In: O leitor de Marx. Netto, J. P. (org.) Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

MEDINA, C. **Entrevista**: o diálogo possível. São Paulo: Ática, 2008.

MINAYO, M. C. S. **O Desafio do Conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1993.

_____. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 25ª ed. Petrólis, Vozes, 2007.

MUNANGA, K. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**: identidade nacional versus identidade negra. 3ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

MOURA, C. **História do Negro Brasileiro**. São Paulo: Ática, 1989.

NASCIMENTO, Bárbara. Negros já ocupam 45% dos cargos no serviço público. **Correio Braziliense (DF)**, 08/11/2013. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=20514&Itemid=75 Acesso em 23/11/2013.

NETTO, J. P. A construção do projeto ético-político contemporâneo. In: **Capacitação em Serviço Social e Política Social**. Brasília: CEAD/ABEPSS/CFESS, 1999.

_____. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2009.

_____. (org.) **O Leitor de Marx**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

_____. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. 16 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

NOGUEIRA, C. M. **A feminização no mundo do trabalho: entre a emancipação e a precarização**. Campinas: Autores Associados, 2004.

OLIVEIRA, D. D.; GERALDES, E. C.; LIMA, R. B.; SANTOS, S. A. (orgs.). **A cor do medo: homicídios e relações raciais no Brasil**. Brasília: Editora da UnB; Goiânia: Editora da UFG, 1998.

PASTORINI, A. **A categoria “questão social” em debate**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.

PEREIRA, L. D. A expansão dos cursos de Serviço Social em tempos de contrarreforma do ensino superior brasileiro: impactos na formação profissional em Serviço Social. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, 2010, p. 323-331.

PINTO, E. A. **O Serviço Social e a questão étnico-racial** (um estudo de sua relação com usuários negros). São Paulo: Terceira Margem, 2003.

PONTES, R. P. **Mediação e serviço social: Um estudo preliminar sobre a categoria teórica e sua apropriação pelo Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1995.

PRADO JÚNIOR, C. **História econômica do Brasil**. 46ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.

QUEIROZ, R.; ROBLES, S. **Escravidão negra no Brasil**. 3ª ed. São Paulo: Ática, 1993.

QUIJANO, A. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. In: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Edgardo Lander (org). Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. setembro 2005. pp.227-278. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lander/pt/Quijano.rtf>

RIBEIRO, M. As abordagens étnico-raciais no Serviço Social. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 79, 2004.

RICHARDSON, R. J. (et. al.) **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

RIOS, F. O Protesto Negro no Brasil Contemporâneo (1978-2010). **Lua Nova**. São Paulo, nº. 85, p. 41-79, 2012.

ROCHA, R. F. A Questão étnico-racial e a sua relevância no processo de formação em serviço social. **XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais**. UFBA – Bahia. Agosto de 2011.

_____. R. F. A questão étnico-racial no processo de formação em Serviço Social. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, Cortez, n. 99, 2009.

SAE - Secretaria de Assuntos Estratégicos. **Banco de dados sobre população negra brasileira é lançado em São Paulo** (Agência Brasil, em 21.03.2012) disponível em: <http://www.sae.gov.br>. Acesso em 13/11/2013.

SANTOS, J. S. **Questão Social**: particularidades no Brasil. 1ª ed. São Paulo: Cortez, 2012.

SANTOS, V. C. **Da era fordista ao desemprego estrutural da força de trabalho**: mudanças na organização da produção e do trabalho e seus reflexos. VI Colóquio Internacional Marx e Engels. 2009.

SANTOS, A. E. C. dos; SILVA, J. M.; SILVA, T. D. Igualdade Racial. In: IPEA; SAE. **Políticas Sociais**: acompanhamento e análise – Nº 21. IPEA/SAE, 2013.

SAMPAIO, E. O. Racismo institucional: desenvolvimento social e políticas públicas de caráter afirmativo no Brasil. **Interações – Revista Internacional de Desenvolvimento Local**, Campo Grande, v. 4, n. 6, p. 77-83, mar. 2003. Disponível em: http://www3.ucdb.br/mestrados/RevistaInteracoes/n6_elias_olveira.pdf Acesso em 12/11/ 2013.

SCHWARCZ, L. M. **Nem preto nem branco, muito pelo contrário**: cor e raça na sociabilidade brasileira. 1ª ed. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

SETUBAL, A. A. **Pesquisa em Serviço Social**: utopia e realidade. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2005.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SILVA, N. C. P. Questão Social e Questão Racial no Brasil: a visão de Octávio Ianni. **Revista em Pauta**, Rio de Janeiro, v. 6, N. 23, p. 191-202, jul. 2009.

SILVA, E. L.; MENEZES, E. M. **Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação**. 3ª ed. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção. Laboratório de Ensino a Distância. 2001. Disponível em http://cursos.unisanta.br/civil/arquivos/Pesquisa_Cientifica_metodologias.pdf. Acesso em 10/05/2013.

SILVEIRA, D. B. da. **Patrimonialismo e a Formação do Estado Brasileiro**: uma releitura do pensamento de Sergio Buarque de Holanda, Raymundo Faoro e Oliveira Vianna. 2005. Disponível em: <http://www.conpedi.org.br/manaus/arquivos/anais/Daniel%20Barile%20da%20Silveira.pdf> acesso em 29/10/2013.

SOUSA, R. **Doutrina Keynesiana**. Disponível em: <http://www.brasilecola.com/historiag/doutrina-keynesiana.htm> acesso em 11/11/2013.

TEIVE, M. D. L. **A Política de Cotas na Universidade de Brasília**: desafios para as ações afirmativas e combate às desigualdades raciais. Brasília, 2006. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Programa de Pós-Graduação em Política Social, UnB, 2006.

TELLES, E. E. **Racismo à brasileira**: uma nova perspectiva sociológica. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Ford, 2003.

THEODORO, M. (org.); JACCOUD, L.; OSÓRIO, R.; SOARES, S. **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil**: 120 após a abolição. Brasília: IPEA, 2008.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação – o positivismo, a fenomenologia, o marxismo. São Paulo: Atlas, 2008.

WEFFORT, F. **Clássicos da Política**. v. 2. São Paulo, Ática, 2008.

YAZBEK, M. C. Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social In: CFESS; ABEPSS. **Serviço Social**: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

APÊNDICE

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Você está sendo convidado a participar da pesquisa “Questão Racial como expressão da Questão Social: um debate necessário para o Serviço Social”, de responsabilidade de Renata Maria da Conceição, aluna de graduação da Universidade de Brasília. O objetivo desta pesquisa é analisar se a questão étnico racial está inserida no processo de formação profissional em Serviço Social, com ênfase para identificar a percepção de estudantes do curso de Serviço Social da UnB sobre a temática étnico racial como expressão da questão social. Assim, gostaria de consultá-lo(a) sobre seu interesse e disponibilidade de cooperar com a pesquisa.

Você receberá todos os esclarecimentos necessários antes, durante e após a finalização da pesquisa, e lhe asseguro que o seu nome não será divulgado, sendo mantido o mais rigoroso sigilo mediante a omissão total de informações que permitam identificá-lo(a). Os dados provenientes de sua participação na pesquisa, tais como questionários, entrevistas, fitas de gravação ou filmagem, ficarão sob a guarda do pesquisador responsável pela pesquisa.

A coleta de dados será realizada por meio questionário e entrevista semi-estruturada. É para estes procedimentos que você está sendo convidado a participar. Sua participação na pesquisa não implica em nenhum risco.

Sua participação é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício. Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper sua participação a qualquer momento. A recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade ou perda de benefícios.

Se você tiver qualquer dúvida em relação à pesquisa, você pode me contatar através do telefone (61) 9167- 2772 ou pelo e-mail: renatamariabsb@hotmail.com.

A equipe de pesquisa garante que os resultados do estudo serão devolvidos aos participantes por meio de artigo de Trabalho de Conclusão de Curso, podendo ser publicados posteriormente na comunidade científica.

Este projeto foi revisado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília - CEP/IH. As informações com relação à assinatura do TCLE ou os direitos do sujeito da pesquisa podem ser obtidos através do e-mail do CEP/IH cep_ih@unb.br. Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o(a) pesquisador(a) responsável pela pesquisa e a outra com o senhor(a).

Assinatura do (a) participante

Assinatura do (a)
pesquisador (a)

Brasília, ____ de _____ de _____

Roteiro de entrevista**Nome:** _____**Período do curso:** _____ **Turno:** _____

1. O que você compreende sobre racismo e discriminação racial?
2. Em sua opinião, o racismo pode ser visto como causa de desigualdades sociais? Por quê?
3. Você acredita que políticas públicas como ações afirmativas são estratégias eficazes de combate ao racismo?
4. Antes de ingressar na universidade você participou de discussões relacionadas a racismo e preconceito étnico-racial?
5. Houve debates no espaço acadêmico durante sua formação sobre as relações raciais no Brasil? Caso sim, em quais instâncias? Quais eram as opiniões e posicionamentos que se destacaram?
6. Você considera necessária inserção dessa temática na formação acadêmica do profissional de Serviço Social? Por quê?
7. Você tem conhecimento sobre alguma ação, evento ou campanha realizada pela categoria profissional que contemple a questão étnico-racial?
8. Sua inserção no curso de Serviço Social proporcionou alguma mudança na sua concepção sobre a questão étnico-racial (racismo, preconceito racial, cotas, identidade negra, movimento negro, etc.)?
9. Você identifica avanços no âmbito do Serviço Social e nas relações sociais cotidianas no que se refere à questão étnico-racial? Caso sim, de que forma?
10. Você acredita que o pertencimento étnico-racial transforma as pessoas em vítimas preferenciais de um sistema de exploração capitalista e de dominação racista e sexista?
11. No seu trabalho cotidiano ao se deparar com uma situação de discriminação por raça, qual você acredita que deve ser o posicionamento e/ou procedimento adotado por um (a) assistente social?
12. Você acredita ser necessária a inserção de uma disciplina específica sobre relações étnico-raciais e que a mesma pode proporcionar uma reflexão teórica partindo do currículo como elemento indispensável para a promoção de uma educação anti-racista?

QUESTIONÁRIO DE PESQUISA
A QUESTÃO RACIAL COMO EXPRESSÃO DA QUESTÃO SOCIAL:
UM DEBATE NECESSÁRIO PARA O SERVIÇO SOCIAL

Pesquisadora responsável: Renata Maria da Conceição

Orientador: Prof. Dr. Reginaldo Guiraldelli

1. Semestre (no curso de Serviço Social):_____. Turno: _____
2. Idade:_____.
3. Sexo: () Masculino () Feminino
4. Cor/raça: () Branco () Preto () Pardo () Amarelo
5. Você ingressou na UnB por meio de cotas? () Sim () Não
6. Sua formação no ensino fundamental se deu em escola:
() Pública () Privada
7. Sua formação no ensino médio se deu em escola:
() Pública () Privada
8. Você considera que a Universidade ainda é um espaço privilegiado de brancos?
() Sim () Não
9. Você considera que atualmente os negros têm ocupado espaços importantes na sociedade?
() Sim () Não () Desconheço
10. Você considera que nossa sociedade é racista?
() Sim () Não () Desconheço
11. Você considera que a questão racial seja uma expressão da questão social?
() Sim () Não

12. Você considera que o debate sobre questão racial deve ter espaço no âmbito da graduação em Serviço Social?

☐ Sim. ☐ Não.

13. Como um(a) futuro/a profissional de Serviço Social você se sentiria apto(a) a agir em relação a um caso de racismo e/ou discriminação racial?

☐ Sim ☐ Não ☐ Não sei dizer

Caso sim, classifique de 1 a 4 de acordo com o grau de relevância.

☐ Enquanto assistente social posso me deparar com essa demanda.

☐ A formação acadêmica/profissional deve contemplar este debate por ser uma demanda importante.

☐ Enquanto assistente social devo garantir o direito de grupos socialmente discriminados a exemplo das minorias étnicas.

14. Você já cursou alguma disciplina de Serviço Social que debateu as relações étnico-raciais?

☐ Sim ☐ Não

Quais? _____

15. Acha importante que a temática étnico-racial faça parte da estrutura curricular do curso de Serviço Social?

☐ Sim. ☐ Não.

16. Considera que os outros cursos universitários deveriam abordar a temática racial e incluir disciplinas sobre o assunto?

☐ Sim ☐ Não

17. Você acredita que a categoria profissional por meio das entidades organizativas e representativas (CFESS/CRESS, ABEPSS, ENESSO, etc.) contempla o debate sobre a questão racial de forma:

☐ Fraca ☐ Regular ☐ Boa ☐ Satisfatória ☐ Não contempla ☐ Desconhece

18. Você pensa que a problematização das relações étnico-raciais na formação acadêmica/ profissional no âmbito do Serviço Social é:

☐ Fraca ☐ Regular ☐ Boa ☐ Satisfatória ☐ Não se aborda o debate

19. Em seu estágio você já se deparou com alguma questão relacionada à temática étnico-racial no que se refere a preconceito e discriminação?

☐ Sim. ☐ Não.

20. Você conhece a Lei que inclui no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira" (Lei nº 10.639 de 2003)?

☐ Sim. ☐ Não.

21. Você considera que as ações afirmativas sejam importantes estratégias de combate à discriminação e segregação racial?

☐ Sim. ☐ Não ☐ Desconheço

22. Sobre as ações afirmativas, você é:

☐ Favorável ☐ Contrário ☐ Não tem opinião

23. Você acredita que ao longo do curso de Serviço Social mudou sua percepção sobre a discriminação racial?

☐ Sim ☐ Não

Por quê?

24. Você acredita que houve avanços em relação a questão racial no que tange a igualdade de acesso e de oportunidades entre brancos e negros no espaço público?

☐ Sim ☐ Não ☐ Desconheço

25. Deseja acrescentar mais alguma informação?

Obrigada pela sua contribuição.